



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Miguel Adolfo Couto Novais

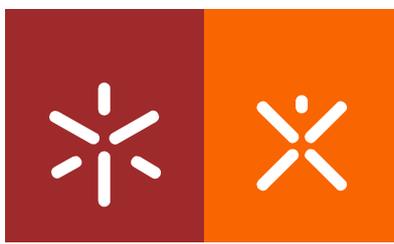
**Percursos de vida de jovens
pós-institucionalizados no
Colégio São Caetano.**

Com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH / BM / 16644 / 2004).

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DO ENSINO SUPERIOR



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Miguel Adolfo Couto Novais

**Percursos de vida de jovens
pós-institucionalizados no
Colégio São Caetano.**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança
Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com
Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Tomás de Almeida

Março de 2012

DECLARAÇÃO

Nome: Miguel Adolfo Couto Novais

Endereço eletrónico: macnovais@gmail.com **Telefone:** 965112738

Número do Bilhete de Identidade: 11531455

Título da Tese Mestrado: Percursos de vida de jovens pós-institucionalizados no Colégio Cão Caetano.

Orientador: Professora Doutora Ana Tomás de Almeida

Ano de conclusão: 2012

Designação do Mestrado: Mestrado em Estudos da Criança – Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de investigação, agora sintetizado nesta tese de mestrado, resultou da colaboração e disponibilidade de um conjunto de pessoas e entidades, às quais desde já agradeço, e ilustra uma partilha de experiências, saberes e conhecimentos só possíveis graças à colaboração de todos.

Em primeiro lugar, à minha orientadora Professora Doutora Ana Tomás de Almeida e a todos os professores que tive durante o Mestrado...

Em segundo lugar, quero agradecer aos jovens que colaboraram comigo e se mostraram disponíveis para partilhar as suas experiências de forma sincera e aberta aquando da entrevista...

A todos aqueles que me incentivaram, dando-me força para continuar...

Aos diretores e aos educadores da instituição em estudo, que tão gentilmente colaboraram fornecendo dados sobre os jovens que constituem a amostra...

Aos meus Pais, ao meu irmão Vitor e à Ana Rita, por todo o apoio e amor que tiveram e tem para comigo.

RESUMO

Com este trabalho pretende-se conhecer os “Percurso de Vida de Jovens Pós-institucionalizados no Colégio São Caetano”.

O principal objetivo da presente investigação consiste em conhecer os fatores individuais e institucionais que influenciaram a integração social de 41 jovens que saíram da instituição em estudo, no período compreendido entre janeiro de 1999 e dezembro de 2004. A população alvo do estudo foram jovens com mais de 16 anos que tivessem deixado a instituição há mais de 6 meses e cuja permanência na instituição tivesse sido superior a 6 meses.

O estudo incidiu sobre quatro períodos da vida dos jovens (antes, durante, transição e após a institucionalização) de acordo com cinco áreas de integração social (família; habitação; educação; emprego; comportamento social e relações interpessoais).

Procuramos saber “**Qual o Índice de Integração Social dos jovens pós-institucionalizados, em estudo?**” de forma a classificarmos a Integração Social dos Jovens em três níveis: Bom, Regular e Deficiente. Em termos gerais, o Índice de Integração Social dos jovens em estudo, apresentaram resultados muito favoráveis para a sua integração, tendo em conta o passado vivido enquanto crianças.

Quisemos também saber “**Quais as áreas que se mostraram mais influentes na Integração Social dos Jovens Pós-institucionalizados, em estudo?**” e concluímos que houve uma influência muito significativa por parte de quatro áreas: o emprego, o comportamento social, a escolaridade e a habitação.

Ao longo da estadia das crianças e jovens na instituição, esta procurou que se realizassem contactos regulares com as famílias de origem ou pessoas de referência, permitindo assim, que a reintegração familiar surgisse com naturalidade. Esse trabalho da instituição é visível nos resultados obtidos, uma vez que a reintegração familiar foi a via mais utilizada pelos jovens aquando da saída da instituição.

Palavras-chave: pós-institucionalização, crianças de risco, institucionalização, integração social

ABSTRACT

This work aims at knowing “the life paths of post-institutionalized youngsters in Colégio S. Caetano”.

The main objective of this survey consists of knowing the individual and institutional factors that have influenced the social integration of 41 youngsters who left the institution under study, from January 1999 to December 2004.

The target population of this study was constituted by young people over 16 who had left the institution for more than 6 months and whose permanence in the institution had been superior to six months.

The study focused on four periods of these youngsters' life (before, during, transition and post-institutionalization) according to five social integration areas (family, housing; education; employment; social behavior and interpersonal relationships).

We tried to know “Which is the social integration index of the studied post-institutionalized youngsters?” in order to classify their social integration in three levels: Good, Fair and Poor. In general terms, the indicator of the studied youngsters' social integration shows very auspicious results, regarding their past as children.

We also wanted to know “Which areas were more influential in the studied post-institutionalized youngsters' social integration?” and we concluded there was a very significant influence from four areas: employment, social behavior, education and housing.

During children and youngsters' stay in the institution, this tried to promote regular contacts with the original families or reference people, thus allowing a natural family reintegration. That work from the institution is perceptible in the results achieved, since the family reintegration was the most pursued way by youngsters when they left the institution.

Key words: post-institutionalization, children at risk, institutionalization, social integration.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	xii
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1. Institucionalização e Exclusão Social.....	3
1.1. A Exclusão Social e a Pobreza	3
1.2. A Institucionalização como fator de exclusão social	5
2. A Institucionalização: conceptualização e traços históricos da sua evolução em Portugal.....	8
2.1. A reforma legislativa no quadro da proteção às crianças e jovens em situação de institucionalização	11
2.2. Modernização do modelo institucional	14
2.3. Novas tendências na institucionalização.....	24
3. Caracterização da Instituição em Estudo.....	29
METODOLOGIA.....	35
4. Enquadramento Metodológico	35
4.1 Objetivo do estudo	36
4.2 Amostra.....	36
4.3 Instrumentos de Avaliação.....	37
4.4 Questões e variáveis do estudo	39
4.5 Tratamento Estatístico	40

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	41
5. Percursos de Vida	41
5.1. Período antecedente à institucionalização.....	41
5.2. Período de institucionalização.....	46
5.3. Fase de transição.....	49
5.4. Período pós institucionalização.....	57
5.5. Relação com a instituição.	64
DISCUSSÃO DE RESULTADOS	69
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	79
ANEXOS.....	83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo do Sistema Nacional de Acolhimento e Acompanhamento de crianças em situação de perigo (IDS/MTS, 2000).	15
<hr/>	
Figura 2 - Triângulo relacional ideal no acolhimento institucional de crianças e jovens. (IDS/MTS, 2000).	17
<hr/>	
Figura 3 - Tipologia dos lares de crianças em função dos eixos de relacionamento (IDS/MTS, 2000).	17
<hr/>	

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Número de crianças sinalizadas entre 2004 e 2009.	14
Quadro 2 - Idade dos jovens	36
Quadro 3 - Índices de Integração Social	38
Quadro 4 - Habitação onde viviam antes da institucionalização.	42
Quadro 5 - Relação entre a Idade de entrada e a escolaridade das crianças/jovens antes de entrar na institucionalização.	42
Quadro 6 - Problemas de saúde	43
Quadro 7 – Profissão dos pais	45
Quadro 8 – Situação conjugal dos pais	45
Quadro 9 – Motivo de entrada na instituição	46
Quadro 10 – Quem propôs a institucionalização da criança/jovem	46
Quadro 11 – Reação da família à influência da criança/jovem	47
Quadro 12 – Regularidade dos contatos com a família durante a institucionalização	47
Quadro 13 – Qualidade da relação com a família durante a institucionalização	47
Quadro 14 – Participação dos jovens nos cursos de formação profissional	48
Quadro 15 – Motivos de saída da instituição	49
Quadro 16 – Preparação da saída por parte da instituição	50
Quadro 17 – Desejo dos jovens em sair da instituição	50
Quadro 18 - Relação entre a idade de saída da instituição e a situação de integração à data da realização deste estudo	53
Quadro 19 – Relação entre os motivos de saída e o tipo de encaminhamento à saída	53
Quadro 20 – Tipos de apoios recebidos à saída da instituição	53
Quadro 21 – Relação entre a idade e a escolaridade à saída da instituição	54
Quadro 22 – Tipo de envolvimento que tiveram com a escola	55
Quadro 23 – Agregado familiar atual	57
Quadro 24 – Situação profissional	58
Quadro 25 – Contactos com a família durante a institucionalização	58
Quadro 26 – Envolvimento em agressões físicas	59
Quadro 27 – Relação entre o envolvimento com a justiça e a idade de saída da instituição	59
Quadro 28 – Relação entre o envolvimento com a justiça e a escolaridade dos jovens	59

Quadro 29 – Consumos de substâncias ilegais	60
Quadro 30 – Relacionamento entre pessoas da mesma idade, família de origem e com adultos fora da família	60
Quadro 31 - Frequência com que contacta com pessoas da mesma idade, família de origem e com adultos fora da família	60
Quadro 32 – Frequência do relacionamento com grupos comunitários	61
Quadro 33 – One-Simple Chi-Square Test ao Índice de Integração Social	62
Quadro 34 – One-Simple Chi-Square Test às Áreas de Integração Social	63
Quadro 35 – Pessoa de confiança na instituição	66
Quadro 36 – Recordações positivas e negativas da institucionalização	67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Localidade dos jovens à data da realização da entrevista.	37
Gráfico 2 - Com quem vivia a criança/jovem, antes da institucionalização.	41
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos pais das crianças/jovens	43
Gráfico 4 - Atividade dos pais	44
Gráfico 5 – Idade das crianças e jovens à data de saída da instituição	49
Gráfico 6 – Tempo de preparação da saída	50
Gráfico 7 – Sentimentos dos jovens à saída da instituição	51
Gráfico 8 – Com quem foi viver, à saída da instituição	51
Gráfico 9 – Tipo de encaminhamento à saída da instituição	52
Gráfico 10 – Escolaridade à saída da instituição	55
Gráfico 11 – Número de retenções escolares	56
Gráfico 12 – Percentagem de Integração Social dos Jovens em estudo	61
Gráfico 13 – Percentagem de Integração Social dos jovens de acordo com o tempo de institucionalização	62
Gráfico 14 – Áreas do Índice de Integração Social	63
Gráfico 15 – Influência da instituição na vida dos jovens	64
Gráfico 16 – Tratamento com respeito	64
Gráfico 17 – Qualidade dos serviços da instituição	65
Gráfico 18 – Recomendação da instituição	65
Gráfico 19 – Foste muito ajudado com os serviços que recebeste?	66
Gráfico 20 – Mantiveste contacto com algum colega/amigo do tempo em que estiveste na instituição	66
Gráfico 21 – Dificuldades sentidas à saída da instituição	68
Gráfico 22 – Achas que a instituição podia ter feito mais alguma coisa para o(a) apoiar na vida?	68

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo milhões de crianças e jovens vivem em meios pobres, muitas vezes sem retaguarda familiar e em situações de exclusão social. Esta grave situação afeta toda a humanidade e coloca-lhe desafios inquestionáveis ao nível dos direitos humanos e qualidade de vida de grandes grupos populacionais. Muitas das crianças e jovens nestas condições são acolhidas em instituições, que surgem como uma resposta social, no sentido de substituir as famílias de origem, para acompanhar crianças e jovens em risco no seu desenvolvimento integral, físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade. Muito embora o processo de institucionalização subentenda a conjugação de múltiplos fatores de risco e proteção, por períodos de desenvolvimento mais ou menos prolongados, invariavelmente, a influência e o significado da institucionalização para a grande maioria crianças e jovens estão associados a experiências de vida marcantes.

O objetivo deste trabalho é pensar os efeitos da institucionalização partindo de uma análise e reflexão sobre um período da vida destas crianças e jovens, considerando a importância destes dados para repensar os contextos e os processos intrínsecos à institucionalização.

Partimos da análise de uma instituição de forte tradição no acolhimento de longa duração na cidade de Braga, e questionámo-nos sobre as características sócio-familiares das crianças e jovens acolhidos nesta instituição. A segunda questão do estudo prendeu-se com a preparação da saída destes jovens, com os processos que a antecipam e com o acompanhamento após o acolhimento. A terceira questão concerne à integração social dos jovens adultos no período pós-institucionalização e determinação dos índices de integração social contemplados nas políticas sociais e em estudos realizados sobre o tema.

Conhecer aqueles aspetos vivenciais da vida na instituição que se relacionam de forma mais direta com a preparação para a saída e para a sua integração social dos jovens acolhidos permitir-nos-á responder a algumas destas questões, tão pertinentes hoje em dia numa altura em que Portugal continua a apresentar uma taxa de institucionalização elevada.

Assim, o objetivo deste estudo passa por conhecer os fatores que mais influenciaram a integração social dos jovens pós-institucionalizados, de uma instituição em particular.

Para efetuar esta reflexão, este documento foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, é feito um enquadramento teórico através de uma análise global onde se procura rever a origem e a evolução das questões em estudo:

- A institucionalização e a exclusão social;
- A institucionalização: conceptualização e traços históricos da sua evolução em Portugal;
- Caracterização da instituição em estudo.

No segundo capítulo explicita-se o desenho metodológico do trabalho, no sentido de clarificar, os diferentes procedimentos e opções tomadas ao longo da investigação.

O capítulo dos resultados constitui o terceiro capítulo, onde apresentamos os dados obtidos sob o formato de gráficos e tabelas. Em função dos resultados obtidos discutiremos os mesmos à luz da revisão bibliográfica efetuada, procurando responder às principais questões colocadas.

Finalmente, no quarto capítulo, apresentamos a reflexão final sobre o trabalho desenvolvido e as “inquietações” que este estudo colocou.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Institucionalização e Exclusão Social

“Antes eu pensava que era *pobre*; depois disseram-me que não era pobre, mas antes *carenciado*; depois disseram-me que mostrar-me carenciado era contra mim próprio e o que eu sofria era de *privações*; depois convenceram-me que sofrer de *privações* me dava uma má imagem e o que eu era mesmo era *desprivilegiado*; depois, ainda, disseram-me que *desprivilegiado* era exagero e que o que eu era mesmo era *desfavorecido*... ainda não tenho um tostão, mas eu tenho um vocabulário formidável”
(referido em Unidade de Formação da Open University – Inglaterra).

1.1. A Exclusão Social e a Pobreza

Vale a pena falar da institucionalização e da exclusão social, dada a sua articulação com a integração social.

Salgueiro (2000) menciona que o conceito de exclusão social ultrapassa o de precariedade, associada à falta de recursos e de emprego, para incluir as representações e a crise dos laços sociais, acentuando, portanto, a dimensão social e a da cidadania. Os conceitos de pobreza implicam alguma marginalidade e exclusão, traduzidos na falta de acesso aos sistemas que fornecem bens e serviços de que a pessoa precisa e aos sistemas que fornecem fontes de rendimento (propriedade, mercado de trabalho, segurança social), bem como na quebra de laços afetivos e de relações, mas a pobreza tradicional não implica necessariamente isolamento social - os pobres são encarados como pessoas em situação transitória de integração. Pelo contrário, distingue-se os excluídos dos pobres tradicionais pela sua menor inserção pessoal e familiar, facto que depois também dificulta a saída dessa situação.

Ana Luzia Reis (1998; *in* Segurança Social, 2005) parte do conceito de risco de exclusão social para definir as situações que combinam uma série de fatores com modelos espaciais de desenvolvimento. O risco de exclusão social foi definido, através de três dimensões: privação (incapacidade de acesso a bens de consumo, padronizada pelo poder de compra); “desqualificação social objetiva” (des/inserção no mercado de emprego e des/escolarização) e de des/afiliação (risco de rutura de ligação familiar e social).

Enquadramento Teórico

Bento e Barreto (2002) referem que o termo “exclusão social” remete para “o estado final de um processo que pode começar na pobreza e que se caracteriza pela rutura com os três principais sistemas de suporte social:

- os mercados de trabalho, de habitação;
- o Estado, Segurança Social, pensões não contributivas;
- a família, enquanto apoio social e económico.

Robert Castel (1992; *in* Bento & Barreto, 2002) descreve a exclusão social como um processo descendente que envolve três zonas de inserção/exclusão no espaço de vida social:

- uma zona de integração social que se caracteriza pelo trabalho estável e uma inscrição relacional sólida (onde podemos incluir a pobreza, mas uma pobreza integrada);
- uma zona de vulnerabilidade social, que se caracteriza pelo trabalho precário e/ou pela fragilidade dos suportes sociais e familiares;
- uma zona de marginalidade ou exclusão social, marcada pela ausência de trabalho e por isolamento social.

Bento e Barreto (2002) consideram que o termo “exclusão social” designa não apenas o estado final, mas um processo de sucessivas rupturas com os vários sistemas sociais básicos (o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas).

As políticas de combate à pobreza mereceram uma atenção particular pelos governos da Comunidade Europeia, recomendando a todos os estados membros a adoção de medidas para a erradicação da pobreza. Portugal adotou a recomendação e passou a incorporar no seu sistema de proteção social a Medida Rendimento Mínimo Garantido, inscrita como prioridade no primeiro plano do Programa do XIII Governo Constitucional, através da Lei nº10-A/96 do Diário da República n.º 149, de 29 de junho.

Porém o alcance das mesmas é visto como limitado e a sua efetividade dependente de não se restringirem ao «assalariamento da pobreza» e envolverem de forma ativa um conjunto de atores numa gestão participada dos programas de inserção. Na verdade, estas medidas não se revelaram capazes de fazer face aos desafios mais contemporâneos, traduzidos por novas formas de precariedade e de insegurança social. De facto, a estabilidade histórica das estruturas de socialização que garantiam a integração, como a família, a escola, os sistemas produtivos, foi abalada, deixando a inserção de ser um processo social «normal» para se tornar num «problema social» tratado pelos dispositivos públicos (Capucha, 1998).

O Rendimento Mínimo Garantido, sendo uma medida entre outras de combate à pobreza e à exclusão social continuará, assim, a promover uma ação integrada e coordenada das várias instituições que tenda para um melhor aproveitamento dos recursos existentes, bem como para

uma construção mais eficaz de respostas em termos de integração social das populações mais desfavorecidas. (Capucha, 1998).

De acordo com Costa (1998; *in* Bento & Barreto, 2002), a pobreza remete para uma situação de privação por falta de recursos, da qual resultam más condições de vida, de acordo com os padrões médios da sua classe social (pobreza relativa), ou de acordo com as condições mínimas de sobrevivência, como má nutrição, problemas de saúde graves e outros (pobreza absoluta).

Num estudo longitudinal, desenvolvido por diversos autores, verificou-se que a inexistência ou o afastamento prolongado da mãe-que-cuida nos primeiros meses ou anos de vida e o internamento institucional daí decorrente, sobretudo se este fosse também prolongado, acarretava consequências nefastas para o desenvolvimento global dos sujeitos. Especificando, a conjugação destas duas circunstâncias justificaria os atrasos e/ou perturbações pronunciadas nos planos: intelectual, linguístico, motor, afetivo, social e comportamental que a maior parte dos indivíduos apresentavam. Estes atrasos e/ou perturbações afiguravam-se como duráveis e aparentemente irreversíveis. Portanto, mesmos após a saída da instituição e ainda que as condições de vida melhorassem (em virtude, por exemplo, da adoção ou da colocação em famílias), muitos revelavam, ainda na infância ou, mais tarde, na adolescência, diversas sequelas. Entre essas sequelas contavam-se: limitações cognitivas e linguísticas; baixo rendimento académico (mesmo nas áreas básicas da leitura, escrita e aritmética) e abandono escolar; perturbações da personalidade, estabelecimento de relações interpessoais efémeras e superficiais; alterações perceptivas; dificuldades de atenção e hiperatividade; reações inadequadas a solicitações do meio e dificuldade de controlo dos impulsos; desajustamento social e, mesmo, delinquência e criminalidade (Andry, 1962; *in* Damião da Silva, 2004)

1.2. A Institucionalização como fator de exclusão social

A criança e o jovem procuram adaptar-se aos tempos “modernos”, no entanto, sentem-se presas, limitadas, rodeadas de perigos de uma segurança muitas vezes limitada: a família. O aumento da pobreza e da exclusão social, o desemprego, a incompatibilidade de horários, a violência, etc, ..., marcam diretamente a vida de muitas crianças (Catarina Tomás, comunicação pessoal, 14 a 16 novembro, 2002).

Ao abordarmos a problemática da institucionalização nas crianças e jovens de risco, falamos de uma população que se encontra “conotada negativamente” pelo facto de se encontrar institucionalizada. No entanto, este fator encontra-se associado a todo um percurso de vida, não só do jovem, mas também do seu ambiente familiar, ou a inexistência deste. Assim, a exclusão social de crianças institucionalizadas não se deverá apenas ao facto de terem

passado por um processo de institucionalização, mas devido ao um vasto número de fatores que influenciaram o percurso de vida das crianças e jovens de risco.

Damião da Silva (2004) realizou um estudo com crianças e jovens a cargo de instituições, procurando analisar os riscos reversíveis e irreversíveis dessa institucionalização. Neste estudo, numa das análises efetuadas, verificou-se que quando comparado o desenvolvimento de crianças internadas com o desenvolvimento de crianças que viviam com as suas famílias, verificou-se que aquelas podiam apresentar níveis superiores aos destas, nomeadamente nas dimensões cognitiva e linguística. Este facto constituiu um forte indício de que certos riscos a que as crianças estão expostas em meio institucional não são necessariamente maiores do que aqueles a que estão expostas em meio familiar. Assim, começava a ser razoável encarar, em certas circunstâncias, o acolhimento institucional parcial ou total, não como perturbador do desenvolvimento, mas como vantajoso para o próprio desenvolvimento.

No entanto, através de relatos dos professores, foi possível apurar que estes indivíduos denotavam, de forma recorrente, falta de atenção, desobediência a regras, hiperatividade, irritabilidade, relacionamento superficial e conflituoso com os colegas e apatia.

Por outro lado, também se constatou que em condições muito semelhantes à institucionalização, as crianças e os jovens apresentavam diferentes níveis de resistência face à adversidade, demonstrando uma surpreendente capacidade de resiliência, isto é, os que tendo sido, desde muito cedo, privados de um contacto relacional privilegiado e/ou tendo sido vítimas de maus-tratos e, posteriormente, tendo sido expostos a condições institucionais de grande adversidade, evidenciaram uma invulgar resistência física e psicológica, fazendo progressos muito nítidos e rápidos nos planos intelectual e relacional quando as suas condições de vida melhoravam.

Cunha & Cardoso (2004) descrevem no seu estudo que o abandono escolar precoce é um fenómeno estritamente ligado à exclusão social e apenas surge nos bairros pobres das nossas cidades. Isto porque a sua expressão estatística é nula nos outros bairros e é elevada nos bairros socioeconomicamente desfavorecidos. Observou-se que os jovens oriundos de um mesmo bairro socioeconomicamente desfavorecido criam percursos escolares diferenciados: uns abandonam precocemente a escola, e outros permanecem nela. Assim, verificou-se que os jovens que permanecem na escola vão acumulando pequenos sucessos que lhes permitem aumentar a autoestima, rompendo com a cadeia de acontecimentos negativos.

Assim, ainda de acordo com Cunha e Cardoso (2004) “a capacidade destes alunos (expostos como outros a um severo fator de risco, o da pobreza) em romper com a adversidade, fornece indicações singulares de grande valia, além de apontar caminhos alternativos”.

Apesar de os jovens institucionalizados serem uma população propícia para uma maior exclusão social, verifica-se que não são apenas os jovens institucionalizados que estão sujeitos

à exclusão, mas sim os jovens em geral, devido às condições sociais e macroeconómicas em que se vive.

De acordo com o Observatório Europeu LEADER (2000), existem alguns fatores determinantes na exclusão social. A perda do emprego (ou, para os jovens, o não acesso ao emprego) constitui geralmente o elemento que desencadeia o processo de exclusão: despedimento por razões económicas, fim do contrato a prazo, desemprego parcial, reforma antecipada e todas as outras formas de interrupção do emprego. É verdade que a perda do emprego não se traduz automaticamente pelo início de um processo de exclusão, mas verificou-se que basta uma situação de desemprego prolongado associada a um baixo nível de qualificações para desencadear este processo. No entanto, a perda do emprego não é o único elemento que pode desencadear o processo de exclusão. Existem outros fatores, eventualmente associados à perda do emprego, que podem conduzir a este processo. Certos elementos são específicos de determinados períodos da vida especialmente expostos. Na adolescência, por exemplo, alguns acontecimentos frequentemente ligados à pobreza ou à marginalização das famílias – insucesso escolar, abandono pela família, etc. – podem provocar situações de exclusão em cadeia e destruir a vida dos jovens atingidos por essas situações.

De um modo geral, as categorias sociais mais afetadas pelo desemprego de longa duração são:

- os jovens – a taxa de desemprego é duas vezes maior nos jovens que nas faixas etárias mais elevadas (até quatro vezes em França e na Grécia), ainda que nos últimos anos se tenha registado uma tendência para uma redução do número de jovens desempregados e para um aumento do desemprego das pessoas mais idosas;
- as mulheres – o grande aumento, em termos relativos, do emprego feminino nos anos 1995-98 não impediu que a taxa média do desemprego feminino na Europa se mantivesse a um nível elevado durante esse período, em média 3% superior ao do desemprego masculino.

De acordo com Bento e Barreto (2002), a norma do trabalho tem sido na época moderna o principal critério para a definição do que é a integração social. O trabalho é o grande organizador social, a partir do qual o indivíduo afirma a sua pertença a uma comunidade e garante a sua subsistência e alojamento. Por outro lado, o sem-abrigo, o vagabundo, reportam-se à norma da Exclusão social.

Garnier-Muller (2000; *in* Bento & Barreto, 2002) referem que com o desemprego, a generalização do trabalho precário e outras formas de trabalho como programas ocupacionais, estágios e atividades de inserção, o trabalho enquanto norma de integração social tende a assumir novos contornos. Atualmente julga-se que o progresso económico e tecnológico

tenderá a rejeitar do circuito de trabalho um número crescente de pessoas que serão consideradas inúteis do ponto de vista das necessidades produtivas.

Um dos procedimentos mais utilizados para conhecer e avaliar a exclusão social é o dos indicadores. Todas as instâncias internacionais publicam relatórios que utilizam indicadores sociais, no sentido de descrever determinados aspetos da realidade social e que servem para avaliar os resultados das políticas e medidas e fazer um acompanhamento das mesmas.

Os indicadores referentes às condições de vida são os que se aproximam mais dos objetivos que pretendemos atingir, pois incluem dimensões como: emprego, educação, habitação, saúde, bens de consumo duradouro, delinquência, acesso a serviços, justiça, ócio e integração sociocultural.

No documento «Opportunity for All», emanado pelas autoridades britânicas, dentro da prioridade outorgada à pobreza infantil, são estabelecidos 12 indicadores, relacionados com a educação, com os rendimentos familiares, com a situação de trabalho na família, com a saúde infantil, com as condições de habitação e com as relações familiares (Estivill, 2003).

2. A Institucionalização: conceptualização e traços históricos da sua evolução em Portugal

Na origem do acolhimento institucional em lar está a vivência de situações de risco que precipita a ocorrência de um acontecimento futuro incerto e/ou de perigo sobre as crianças e/ou jovens.

Quando se fala de crianças e jovens de risco refere-se uma determinada população que tem “uma probabilidade mais ou menos acentuada de apresentar um desenvolvimento problemático ou indesejado, segundo um ou diversos parâmetros” (Fonseca, 2004).

De acordo com Pianta & Walsh (1999; *in* Fonseca, 2004) uma criança está em risco quando “partilha com um grupo uma determinada probabilidade de ocorrência futura de um determinado acontecimento ou de uma determinada evolução que é superior à probabilidade da população geral”.

Também se pode dizer que um jovem se encontra em risco quando não atingiu os níveis de desenvolvimento esperados para a sua idade ou condição biopsicosocial ou desenvolveu uma condição indesejada (i.e., delinquência juvenil, etc.), ou que possui uma maior probabilidade de a atingir ou desenvolver se o compararmos com o grupo a que pertence.

Enquadramento Teórico

A vulnerabilidade das condições sócio-familiares destes menores coloca desde tempos remotos a necessidade de respostas institucionais que possam suprir a precariedade dos contextos de desenvolvimento. A institucionalização como contexto residencial de acolhimento pelo tempo necessário à reorganização do sistema familiar supõe a capacidade de atender às necessidades das crianças enquanto se mantêm afastadas do seu meio natural de vida (Valle & Zurita, 2005). Porém, a situação atual é bem diversa dos tempos em que a institucionalização estava associada às orfanidades e a crenças sociais de teor imobilista que sepultavam a esperança da criança que entrava numa instituição retornar à família e desta à sua revalidação de competências.

Pelo menos até 1498, ano da fundação da Misericórdia de Lisboa, não aparecem referências muito explícitas em relação à existência de estabelecimentos especificamente vocacionados para a assistência a prestar às crianças órfãs ou abandonadas.

Em Portugal, no século XV, através das ordenações manuelinas, atribuía-se a educação e a criação dos expostos (expostos: crianças rejeitadas e que eram abandonadas) aos Hospitais ou Albergarias de cada cidade, vila ou lugar. Nos locais onde não existiam esses hospitais, as crianças deviam ser criadas à custa de rendas do concelho. Atribuía-se assim, pela primeira vez, ao poder público a responsabilidade de proteger e acolher crianças órfãs e enjeitadas (Colen, 2005).

Entre os séculos XVI e XVIII, ocorreu um período de institucionalização massiva, durante o qual surgiram grande número de hospícios com dois propósitos: o de depósito e o de casas de correção de “crianças e jovens de risco”.

A institucionalização teve uma forte ligação ao cristianismo, tendo como objetivo o alojamento de pessoas socioeconomicamente desfavorecidas, dedicaram-se à recolha de doentes, sem abrigo ou dementes. As crianças eram recolhidas juntamente com os adultos, pois não existia uma conceção de infância diferenciada da de idade adulta.

Devido à dificuldade do Estado em ter hospitais para acolher os expostos, os municípios são obrigados a assegurar todas as despesas inerentes aos menores. A par desta responsabilização progressiva dos poderes públicos, surge também a preocupação de organizar mecanismos de resposta para as crianças carenciadas e em situação de precariedade, criando-se para o efeito algumas instituições, de que é exemplo a Casa Pia de Lisboa, constituída em 1780. Desta forma, a ação do Estado estende-se a um nível preventivo, uma vez que esta tinha como objetivos não só acolher crianças e jovens que vivessem em situações de mendicidade, mas também proporcionar-lhes uma formação moral, académica e profissional.

Enquadramento Teórico

Em 1783, a situação dos expostos é reorganizada em todo o país, passando a responsabilização para as Câmaras Municipais. Assim, são criados diversos locais para os “meninos órfãos e expostos”, como é o caso da instituição em estudo, o Seminário dos Meninos Órfãos e Expostos de São Caetano, constituído em 1791, por iniciativa do Arcebispo de Braga, D. Frei Caetano Brandão, como uma instituição jurídica canónica, pública, sem fins lucrativos.

Neste contexto, “o internamento surge como solução institucional em épocas sociais marcadas por transformações socioeconómicas, culturais e ideológicas profundas. No entanto, na origem do acolhimento institucional encontra-se, normalmente, a vivência de situações de risco no seio da família; as crianças institucionalizadas provêm de famílias que não têm condições (materiais, sociais, psicológicas) necessárias para originar na criança ou no jovem, um desenvolvimento biopsicossocial equilibrado, falhando na sua função educativa” (Amado, *et. al.*; 2003:27).

Já no séc. XX, com a implantação da República, são definidas duas intervenções prioritárias:

- As iniciativas de proteção dos menores contra a exploração laboral;
- A promulgação de documentos que perspetivavam a forma como se encara a delinquência juvenil e as situações de risco que lhe estão associadas.

O Estado Português demonstrou preocupar-se com as questões dos menores desprotegidos e abandonados ao formalizar, em 1911, a Lei de Proteção da Infância. A partir de 1962, através da criação da Organização Tutelar de Menores (OTM), o Estado legitima a sua intervenção, junto das crianças e dos jovens em situação considerada problemática. Este texto foi revisto em 1978, através do Decreto-lei 314/78, de 27 de outubro, e manteve-se em vigor até ao ano de 2000 (Concelho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005).

Em 1959, é elaborada a Declaração dos Direitos da Criança. Proclamada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, sublinha que a criança deve beneficiar de uma proteção especial e ver-se rodeada de possibilidades e facilidades concedidas pela lei e por outros meios, a fim de se poder desenvolver de uma maneira sã e normal, no plano físico, moral espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (ONU, 1959).

Na década de 80, os direitos da criança tiveram bastante relevo na elaboração dos instrumentos jurídicos internacionais, principalmente após a Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada em Nova Iorque em 26 de janeiro de 1990 (Assis, 2001), da qual Portugal foi um dos primeiros subscritores.

Nesta fase, consideram que “a criança temporariamente ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente, tem direito à proteção e assistência especiais do Estado”, as quais incluem, se necessário, a

colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças (artigo 20º) (ONU, 1989).

Segundo Assis (2001), a Convenção “assume uma perspetiva centrada na criança, em que as responsabilidades dos pais, da sociedade e do estado são abordadas e definidas em razão da criança e da forma como os seus direitos devem ser protegidos e respeitados”.

Durante a década de 90, o modelo de proteção que tinha vindo a ser seguido é posto em causa, quer pela eficácia da intervenção do Estado, quer pela legitimidade de tal intervenção, pois considerava que todo o “menor-problema era considerado carecido de proteção e, por esse facto, o Estado julgava-se legitimado a intervir” (Assis, 2001).

Verifica-se assim uma rutura com o modelo de proteção, optando-se pela definição de regras onde as crianças e os jovens são considerados como sujeitos de direito. Toma-se consciência de que as famílias têm um papel insubstituível e central em tudo o que aos menores diga respeito, e que o apoio às famílias se deve traduzir em medidas positivas, numa perspetiva de responsabilidade e solidariedade sociais.

2.1. A reforma legislativa no quadro da proteção às crianças e jovens em situação de institucionalização

A rutura torna-se efetiva com medidas legislativas no quadro da proteção à criança. O ponto principal da reforma acaba com um modelo exclusivo de proteção e baseia-se na diferenciação entre a Intervenção Tutelar de Proteção e a Intervenção Tutelar Educativa. A Intervenção Tutelar de Proteção (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) procura dar resposta às situações de crianças em perigo, carecidas de proteção e assistência por serem vítimas de maus-tratos ou de situações de abandono ou desamparo, ou, ainda, por se encontrarem em situação de pré-delinquência ou para-delinquência. A Intervenção Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro) procura fazer face à realidade específica das crianças e jovens agentes de atos qualificados pela lei penal como crime, através da adoção de um sistema “educativo”.

Em 1991, criam-se em Portugal as Comissões de Proteção de Menores em Risco (CPM) (Decreto-Lei 189/91, de 23 de novembro), na sequência duma revisão da OTM. Assim, as CPM são pensadas como um instrumento de superação do “modelo de proteção”, assumindo uma necessidade de melhorar a situação problemática das crianças e jovens, ao nível interdisciplinar e interinstitucional, de forma sistémica e global.

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJP) “são concebidas como instituições não judiciárias de cooperação interinstitucional e interdisciplinar do Estado e da comunidade, as quais, evitando ou protelando a intervenção dos tribunais, constituem o centro

do novo sistema, passando a funcionar nas modalidades de “comissão alargada”, a quem compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo, e de “comissão restrita”, com competência para intervir nas situações concretas em que uma criança ou jovem está em perigo, decidindo a aplicação de medidas de proteção, excetuadas apenas as medidas de internamento que continuam a ser de aplicação exclusiva dos tribunais” (Assis, 2001).

Sendo as crianças de risco um problema comunitário, a resposta também deve ser comunitária, ou seja, deve ser promovida pela sociedade em geral, criando-se um clima de responsabilidade coletiva, principalmente das populações que têm uma maior relação de proximidade com cada caso (família, vizinho, escola, bairro, freguesia, etc.).

Embora a resposta comunitária se preconize em primeira instância e vise o maior envolvimento, a colaboração de forma integrada e responsabilização das entidades com competência na proteção, sempre que no meio natural de vida não seja possível garantir a sua segurança e direito ao desenvolvimento integral, a lei prevê medidas em regime de colocação.

Deste modo, de acordo com o seu artigo 1.º do Diploma, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), visa a “promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”. Esta lei prevê que “as medidas possam ser executadas no meio natural de vida da criança e do jovem (é o caso do apoio junto dos pais, do apoio junto de outro familiar, da confiança a pessoa idónea e do apoio para a autonomia de vida) ou em regime de colocação (as medidas de acolhimento familiar ou de acolhimento em instituição), devendo ser adotada, em concreto, a medida que traduza a menor intervenção possível face aos direitos da criança e dos seus pais, devendo preferir-se aqueles que colham a adesão, incentivem a responsabilização dos pais e se executem no seu meio natural de vida” (Assis, 2001).

A Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) considera, no ponto 2 do artigo 3º, que “a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento

Enquadramento Teórico

sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A Legislação foi revista, pela Lei nº 31/2003, de 22 de agosto. Aqui procura-se mobilizar a participação coordenada de vários serviços na definição em tempo útil de um projeto de vida familiar para as crianças cujos pais biológicos não existam, se revelem incapazes ou definitivamente indisponíveis para recuperarem a sua função parental. Com vista à futura adoção da criança, é concedida a sua confiança à família candidata. O processo relacional de conhecimento e adaptação mútua é monitorizado em permanência por equipas especializadas da Segurança Social, que recolhem informação pormenorizada sobre as condições dos candidatos e os aspetos pertinentes para o processo (Comissão Nacional dos Direitos da Criança, op. cit.).

A Lei da Adoção, de 2003, consiste num conjunto de alterações, aditamentos e revogações de artigos vários, designadamente do Código Civil, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, do Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de maio, da Organização Tutelar de Menores (Lei nº 31/2003, de 22 de agosto).

Além das alterações previstas na Lei nº 31/2003, de 22 de agosto destaca-se a necessidade de haver um instrumento de diagnóstico sobre a situação das crianças e jovens em risco. No entanto, verificou-se que existem muitas dificuldades na garantia da dinamização dos projetos de vida das crianças e jovens em situação de acolhimento, fruto de constrangimentos ao nível das equipas técnicas das instituições de acolhimento. Com a aplicação do Plano de Intervenção Imediata (PII), o estado passou a compreender melhor a situação das crianças e jovens em situação de acolhimento e das necessidades das instituições. Em 2007 um outro plano de intervenção visou a qualificação da intervenção técnica e dos interventores das instituições. Este plano denominou-se de Plano DOM, acrónimo de Desafios, Oportunidades e Mudanças (Instituto da Segurança Social, 2010).

O Plano DOM (Despacho n.º 8392/2007) consubstancia-se em duas medidas: a Medida 1, que consiste na dotação ou reforço das equipas técnicas pluridisciplinares dos Lares de Infância e Juventude, adequando-as ao número de crianças e jovens acolhidos; e a Medida 2, que se traduz na qualificação da intervenção e dos interventores, através de formação às equipas e criação de instrumentos técnicos de intervenção.

Assim, o PII, enquanto instrumento de diagnóstico e o DOM, enquanto plano de intervenção assente nas necessidades diagnosticadas, têm sido fundamentais para garantir que a monitorização de ambos se passe a fazer de forma consertada, a fim de se avaliar o impacto da intervenção articulada entre cada um.

Quadro 1 - Número de crianças sinalizadas entre 2004 e 2009.

(Adaptado do Instituto da Segurança Social, 2010).

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Crianças e Jovens caracterizadas	15.118	13.833	15016	14380	13910	12579
Crianças acolhidas	10.714	13.833	12.245	11.362	9.956	9.563
Cessaram o Acolhimento			2.771	3.017	3.954	3.016
Taxa de Desinstitucionalização			19%	21%	27%	21%

Nota: A ausência de dados relativos a 2004 e 2005 justifica-se pela alteração dos instrumentos de recolha de informação em 2006 e 2007, que passaram a permitir a distinção clara entre acolhidos e cessação de acolhimento (Instituto da Segurança Social, 2010). O quadro representa um resumo dos dados recolhidos dos Relatórios de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento entre o ano 2006 e 2010.

Verificamos que o número de crianças e jovens em acolhimento familiar e institucional tem vindo a diminuir de forma progressiva ao longo dos últimos anos.

2.2. Modernização do modelo institucional

Apesar de os lares juvenis não substituírem o papel da família, aqueles apresentam-se como “equipamentos sociais que têm por finalidade o acolhimento de crianças e jovens proporcionando-lhes estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade.” (Art. 2.º. Decreto-Lei n.º 2/86, de 2 de janeiro).

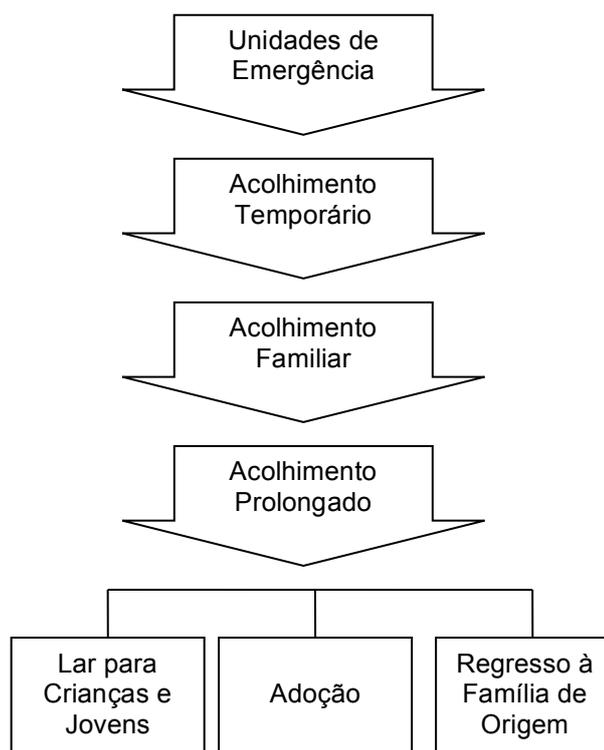
O Sistema Nacional de Solidariedade Social, na dependência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, é o responsável pela implementação do Sistema Nacional de Acolhimento e Acompanhamento de Crianças e Jovens em Situação de Risco. Existem três níveis distintos de intervenção, em função das necessidades técnicas decorrentes da análise das problemáticas com que se lida:

- a **unidade de emergência**, que se destina a acolher crianças e jovens em situação de perigo iminente por um período de tempo que não ultrapasse as 48 horas, intuito para o qual as instituições de acolhimento permanente congelam vagas, constituindo aquilo que se designa por Unidades de Emergência;
- o **acolhimento temporário**, que visa o acolhimento, por um período que não exceda os 6 meses, de crianças e de jovens em situações para as quais se diagnosticou, tecnicamente, a necessidade de afastamento temporário das famílias de origem. Este objetivo cumpre-se nas Casas de Acolhimento Temporário ou pelas Famílias de Acolhimento e, finalmente;

- o **acolhimento de longa duração** para crianças e jovens desprovidas de meio familiar ou cujas problemáticas justificam o afastamento definitivo em relação às famílias de origem.

Este sistema nacional foi concebido para funcionar em rede e para ser implementado de acordo com uma sequência lógica. No entanto, verifica-se que nem sempre funciona da melhor forma, existindo por vezes etapas que são ultrapassadas.

Figura 1 - Modelo do Sistema Nacional de Acolhimento e Acompanhamento de crianças em situação de perigo (IDS/MTS, 2000).



O acolhimento prolongado apresenta-se como o último recurso, depois de esgotadas todas as outras possibilidades. De acordo com a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, art. 49º, o “Acolhimento em Instituição” é definido como a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamentos de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”

É ao nível de respostas sociais para crianças e jovens de carácter prolongado que situamos os lares, a par da adoção. Refira-se que, após um período de afastamento temporário, a criança ou o jovem pode regressar ao seio da sua família de origem, se o diagnóstico técnico da situação considerar que esta é a solução mais adequada.

Enquadramento Teórico

As famílias de adoção e de acolhimento devem ser fomentadas como alternativa prévia à institucionalização, em busca não apenas do «bem-estar físico», mas igualmente do «bem-estar psicológico». A institucionalização deve surgir como resposta quando está esgotada a sequência ou cascata de alternativas mais integracionistas” (Conselho Técnico Científico da Casa Pia de Lisboa,2004).

Os Lares para Crianças e Jovens procuram suprir as falhas no exercício da função parental das famílias de origem das crianças e jovens, pretendendo proporcionar-lhes condições de vida semelhantes às que ocorrem em contexto familiar normativo.

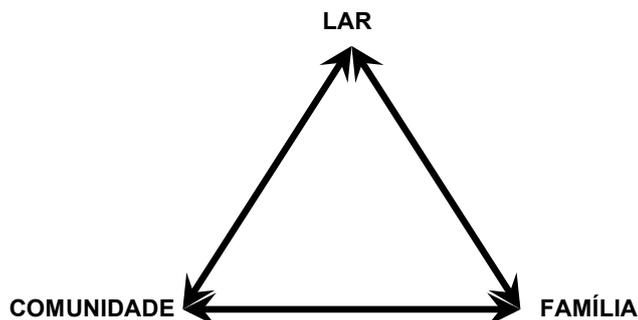
Assim, o acolhimento institucional para crianças e jovens entende-se como uma assunção de responsabilidades educativas (ao nível jurídico, moral, social e escolar) cometidas normativamente aos progenitores biológicos, por parte dos lares que acolhe mas crianças e/ou jovens. Estas responsabilidades, implicando a substituição das famílias de origem, incluem o acompanhamento das crianças e dos jovens quer ao nível do seu desenvolvimento físico (alimentação, cuidados de saúde), quer ao nível psicológico (equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afetivo), tendo em conta a adequação à sua idade, género de pertença, origens sociais, percursos de vida e caracterização de personalidade” (IDS/MTS, 2000).

Tal como já foi referido anteriormente, os princípios e os objetivos dos diversos lares de acolhimento definitivo para crianças e jovens em risco deve ser genérico na maioria das instituições, devendo proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade. Esta tarefa passa pelo (re)estabelecimento de laços afetivos e emocionais, quer com os técnicos e pares que constituem a nova família da criança e/ou do jovem acolhido, quer com as famílias de origem (quando tal não se revele desaconselhável, do ponto de vista do interesse da própria criança), quer ainda com a comunidade envolvente, nas atividades nas quais as crianças e jovens acolhidos devem ser estimulados a participar(IDS/MTS, 2000).

A lei prevê que estes lares funcionem em regime aberto e pretende-se que sejam organizados em unidades que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida personalizada e a integração na comunidade.

Pode-se, assim, estabelecer um triângulo de relações criadas a partir do lar no contexto do acolhimento institucional infantil e juvenil, entre a instituição, a família e a comunidade(IDS/MTS, 2000).

Figura 2 - Triângulo relacional ideal no acolhimento institucional de crianças e jovens. (IDS/MTS, 2000).



Em função deste triângulo de relações, é possível definir-se dois eixos, no cruzamento dos quais definiremos a tipologia de lares de crianças e jovens. O primeiro eixo diz respeito ao tipo de relação que o lar estabelece com as famílias de origem das crianças e jovens que acolhe, que vai da relação de proximidade à relação de afastamento.

O segundo eixo que podemos delinear a partir do triângulo de relações concerne ao tipo de relação que a instituição estabelece com a comunidade envolvente e que vai de uma relação de abertura a uma relação de isolamento.

Do cruzamento destes dois eixos, que traduzem princípios e objetivos de funcionamento, obtemos uma tipologia de lares de crianças e jovens, construída em função das características do seu funcionamento.

Figura 3 - Tipologia dos lares de crianças em função dos eixos de relacionamento (IDS/MTS, 2000).



Através da figura 3 podemos visualizar diferentes tipos de lares que tanto podem promover a proximidade da criança ou do jovem à família e à comunidade como o afastamento, tendo em atenção os processos objetivamente diferenciáveis de:

- **Acolhimento**, que privilegia a manutenção e preservação da proximidade da criança à sua família de origem, em detrimento da abertura à comunidade;
- **Acompanhamento**, que consiste em proporcionar às crianças e jovens institucionalizados uma proximidade com a sua família de origem, ao mesmo tempo que os mantém abertos à comunidade envolvente, permitindo quer a participação em atividades promovidas por esta, quer a participação da comunidade em eventos por si realizados.
- **Incorporação**, que promove um afastamento entre as crianças e a família e uma aproximação destas à comunidade, fomentando um relacionamento entre dois vértices no triângulo de relações apresentado na figura 2;
- **Institucionalização**, que não promove a aproximação da criança/jovem, nem com a sua família de origem, nem com a comunidade envolvente;

Num estudo realizado pela Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), entre 1998/1999, intitulado “Inquérito às Crianças e Jovens que Vivem em Lares”. envolvendo 9561 crianças e adolescentes em lares de acolhimento, constata-se que 6225 dos inquiridos (66%) permanece no lar para além de 2 anos, tendo 10% sido acolhidos no lar há 12 ou mais anos (IDS/MTS, 2000: p. 67-68). De novo, sem um projeto de vida definido ou, pior ainda, assumindo-se a institucionalização como castigo (Coias, 1995), os jovens saem da instituição aos 18 anos com fracas competências para se enquadrarem socialmente, sem projeto formativo ou profissional e, por vezes, sem qualquer rede de suporte à sua inserção psicossocial. Esta situação tem claras repercussões negativas no futuro pessoal, profissional e familiar destes indivíduos.

Paralelamente, um outro estudo recente, realizado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Colen, M., 2005) procurou perceber as trajetórias de vida de 150 jovens após uma fase de institucionalização. Neste estudo avaliou-se o Índice de Integração Social (IIS) dos Jovens após a institucionalização, e obteve os seguintes resultados: 37% dos jovens encontravam-se no IIS = Bom, 57% encontravam-se no IIS = Regular e 6% no IIS = Deficiente (Colen, M., 2005). Concluindo-se deste estudo que a maior parte dos jovens encontra-se no nível Regular de Integração Social.

Santos e Marcelino (1996, *in* Machado e Gonçalves, 2002), a institucionalização pode provocar um impacto negativo sobre as vidas dos jovens. Entre os vários fatores que contribuem para o impacto negativo Carvalho (1999; *in* Machado e Gonçalves, 2002) aponta para o facto de o internamento deslocar muitas vezes o jovem para longe da sua zona de origem, uma vez que a colocação e depende mais das disponibilidades do momento do que das características da instituição e do indivíduo”. As consequências desta opção concorrem para que, segundo o

mesmo autor, o internamento promova a desresponsabilização das famílias, levando na prática a que estas se afastem do menor, desenvolvendo nele o sentimento de não ser importante e de ser esquecido.

O Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa (2005) cita que “a institucionalização prolongada no tempo, quando não é pensada na lógica da construção e da prossecução de um projeto específico de vida para cada criança ou adolescente, acaba por reproduzir e consolidar no tempo o risco social e psicológico inicial que justificou a sua efetivação. A institucionalização pode revelar-se um fator de risco pela ausência de oportunidades ou pelo desinvestimento noutras alternativas (Carvalho, 2000; Formosinho *et al.*, 2002; Raymond, 1998)

A criança que é separada dos seus pais, por mais negligentes que estes tenham sido, sofre. A criança passa por um sentimento de perda e angústia, onde a institucionalização traduz sempre uma separação e uma adaptação ao desconhecido.

Amado (2003: 32) refere que “a sintomatologia inerente ao processo da institucionalização é agravada não só pelo afastamento da família, como também pelas características da instituição, a época, o motivo e a duração acolhimento.”

A adaptação não é fácil, pois a criança tem que se adaptar a um conjunto de regras específicas à instituição e a um conjunto de vínculos com companheiros e educadores. De acordo com Amado, (2003: 31) as instituições agem de acordo com o objetivo da “ressocialização e reintegração”; no entanto, não têm em conta a individualidade de cada criança ou jovem, tratando-os de forma homogénea, com respostas padronizadas e globalizadoras. A criança deveria sentir-se mais acompanhada por alguém que lhe desse afeto e atenção.

Embora as instituições de acolhimento tenham como objetivo prevenir, precisamente, a exclusão e a marginalização, o facto é que a própria história de vida dos internos (que têm pelo menos em comum a separação da família) faz com que raramente consigam ultrapassar os problemas de ordem psicológica e social que permitiriam uma plena integração das crianças e jovens na sociedade. O que se verifica é que viver num Lar é também em si mesmo (ainda que de certo modo paradoxalmente) uma situação de risco (Expert, 1989; *in* Amado *et. al.*, 2003).

Torres (1994; *apud* Leal, 2000: 73; *in* Amado *et al.*, 2003) refere que a investigação tem demonstrado que estas crianças em risco revelam, de uma forma tanto ou mais intensa do que as crianças em risco não institucionalizadas, todo um conjunto de características comuns: auto-conceito e autoestimas negativas, desinteresse e insucesso escolares, abandono da escola sem obter o grau mínimo de escolarização e, em certos casos, comportamentos desviantes e marginalização.

Enquadramento Teórico

De acordo com Chissholm (1998) e Vilaverde (2000), as instituições apresentam claras dificuldades em oferecer às crianças um lar próximo do familiar, nomeadamente uma figura de referência, de proteção e de vinculação, o que só por si traduz uma lacuna grave com forte impacto no desenvolvimento dessas crianças. A gravidade da situação parece aumentar à medida que aumentam a precocidade e o prolongamento no tempo do seu internamento institucional (Conselho Técnico Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005),

No âmbito da abordagem ecológica (Bronfenbrenner, 1989), duas assunções têm implicações educacionais e clínicas: (1) o comportamento é multideterminado pela interação entre características individuais e os contextos múltiplos e interrelacionados da pessoa; e (2) este processo de influência é recíproco e bidirecional. A primeira assunção sugere a identificação de dificuldades através de uma avaliação que considere os possíveis papéis da criança e as características da família, pares, escola e comunidade que lhe são inerentes. A segunda sugere a consideração de múltiplos fatores no estabelecimento da relação entre os problemas e o contexto sistémico (Randall e Henggeler, 1999; *in* Oliveira-Formosinho, 2004).

Para Machado e Gonçalves (2002), a função da institucionalização é “proteger o menor das condições negativas que caracterizavam o seu contexto familiar e promover o seu desenvolvimento e bem-estar”. Ainda segundo estes autores, os estudos com menores institucionalizados “apesar de escassos, apontam tendencialmente para sintomas que poderão pôr em causa os resultados efetivos dessa institucionalização”. Johnson (2000; *in* Machado e Gonçalves (2002: 235), numa “análise de várias investigações das últimas três décadas, verificou que apontavam para atrasos no desenvolvimento físico, psicomotor e intelectual, bem como perturbações a nível da vinculação, problemas graves de comportamento e emocionais, em menores colocados em instituição, o que levou a um maior investimento, na América do Norte, na colocação em famílias de acolhimento, preterindo a colocação em instituição”. Betchelor (1999; *in* Machado e Gonçalves (2002) “ao estudar, em adultos, o impacto da institucionalização enquanto crianças, observou que esta apresentava algum efeito positivo na integração social e profissional, mas que o mundo interior da criança ressoava intensamente o profundo percurso de perda e separação vivido na infância”.

De acordo com Oliveira-Formosinho (2004), a institucionalização funcionará como motor ao nível do crescimento e desenvolvimento, se certas condições forem garantidas:

- 1) Remoção de fatores de risco presentes no ambiente de pré-transição;
- 2) Inexistência de ameaças diretas na instituição de acolhimento que ponham em causa a integridade física e emocional dos menores (ex. maus tratos);
- 3) Criação de oportunidades que instiguem a adaptação e o desenvolvimento (ex. apoio psicológico, relações interpessoais positivas, modelos adaptativos).

Para garantir estas condições, o trabalho em contexto institucional deve sustentar-se nos direitos da criança, concebendo-a como sujeito ativo, competente e participante na busca das

suas necessidades, direitos e deveres. É fundamental um reconhecimento das necessidades individuais (físicas, psicológicas, sociais, interpessoais, culturais), uma intervenção individualizada orientada por e para objetivos, atividades, recursos e estratégias, e uma avaliação contínua e sistemática dos processos e resultados, incluindo a criança nessa avaliação. É também fundamental que o contexto institucional seja favorável à criação e desenvolvimento de resiliência perante a adversidade, e de colaboração e cooperação entre as crianças e das crianças com os adultos”.

Fernández del Valle e Zurita (2000) enumeram alguns princípios fundamentais da Institucionalização:

1. Princípio da individualização;
2. Respeito pelos direitos da criança e da família;
3. Normalização da integração;
4. Focagem no desenvolvimento e centralizando as potencialidades da criança;
5. Segurança e proteção;
6. Satisfação adequada das necessidades básicas da criança;
7. Promoção da saúde;
8. Escolarização e oportunidades educativas;
9. Envolvimento familiar;
10. Colaboração e coordenação centradas na criança e na sua família;
11. Construção da instituição de acolhimento como contexto de qualidade.

É difícil determinar o impacto real e efetivo da institucionalização, pois a experiência de vida em contexto institucional constitui um aspeto de uma cadeia inextricável de acontecimentos anteriores, contemporâneos e posteriores, numa relação complexa que alguns autores comparam a uma teia construtiva (Fisher e Bidell, 1998; *in* Martins, 2005).

Martins (2005) apresenta alguns estudos sobre o impacto da experiência institucional de crianças no seu funcionamento e desenvolvimento futuro, nomeadamente em estudos realizados nos países do Leste, durante o século XX. Nestas instituições do Leste, verificou-se que o impacto institucional se relaciona com os níveis de carência e privação registados, nomeadamente problemas de crescimento físico, ao nível do funcionamento cognitivo, linguístico e do desenvolvimento e funcionamento psicossocial (Gunnar, Bruce e Grotevant, 2000; *in* Martins, 2005), muitas vezes relacionados com défices nos seguintes domínios:

1. Cuidados de higiene, nutrição e saúde;
2. Estimulação e possibilidades de ação que a primeira propicia;
3. Relacionamento interpessoal e vinculação.

Segundo Gunnar, Bruce, e Grotevant (2000; *in* Martins 2005), além destes fatores, existem outros que podem ter condicionado a recuperação e a adaptação destas crianças, designadamente: (a idade de admissão na instituição, a duração do internamento, as

características da instituição, a idade à saída da instituição e a qualidade dos contextos pós-institucionais.

Por sua vez, Isabel Alberto (2002; *in* Martins, 2005) entende que, pelas suas características,

“qualquer institucionalização pode comportar consequências negativas a diversos níveis, sobretudo pela vivência subjetiva de afastamento e abandono das crianças relativamente à família e pelas atribuições depreciativas e de auto-desvalorização que pode motivar. Na verdade, a institucionalização supõe riscos objetivos e reais, designadamente, de regulamentação excessiva da vida quotidiana, invasora da definição do espaço próprio; de que a vivência grupal interfira na organização da intimidade; de que a organização institucional e a permanência prolongada das crianças dificulte a construção da sua autonomia pessoal, na medida em que suspende a construção do projeto de vida; de que o profissionalismo na prestação de cuidados bloqueie o desenvolvimento de vínculos e a expressão dos afetos”.

Garantido o cumprimento dos requisitos mínimos de proteção e provisão inerente ao funcionamento dos equipamentos residenciais, surge a questão do seu papel e função e, estreitamente relacionadas, da sua eficácia e qualidade. A colocação extra-familiar deve ser entendida não apenas como o suprimento estrito de uma falha ao nível do contexto parental, mas como oportunidade de ganhos efetivos, tanto para a criança como para a família. É aqui que a definição de critérios de sucesso se torna necessária, tendo em conta a situação das crianças aquando da sua entrada nos centros, quer ao nível das suas circunstâncias familiares, relacionais e sociais, quer do ponto de vista do seu desenvolvimento.

De acordo com a investigação neste domínio, o contributo que os cuidados residenciais podem dar parece não ser inferior aos das opções em alternativa. Aliás, o acolhimento institucional apresenta um conjunto de vantagens diferenciais frente aos outros tipos de cuidados substitutivos (Zurita & Fernández del Valle, 1996), a saber:

- a) é sujeito a menos ruturas e adaptações mal sucedidas do que os outros tipos de colocação, que registam probabilidades de interrupção não previstas muito superiores;
- b) pela natureza da sua própria organização e das modalidades de relação que institui, não solicita do mesmo modo que o acolhimento familiar o estabelecimento de vínculos afetivos próximos com adultos estranhos, eventualmente sentidos pelas crianças e jovens como comprometedores das suas fidelidades pessoais às famílias de origem;
- c) também o tipo de relações instituídas na modalidade de acolhimento institucional, mais profissionais e mediadas, facilita o contacto pais-filho(a) e promove o envolvimento e a proximidade da família biológica, o que contrasta com as dificuldades de relação frequentes entre a família de acolhimento e a família de origem, com estatutos mal assimilados, cuja confusão propicia a rivalidade e a competição afetiva entre si;

Enquadramento Teórico

- d) os centros de menores constituem contextos mais estruturados e organizados, com limites claramente definidos para os comportamentos;
- e) têm capacidade de oferta de serviços especializados para o tratamento de problemáticas específicas, constituindo um contexto privilegiado para a realização de determinadas intervenções terapêuticas;
- f) as experiências propiciadas pela vida em grupo podem ser especialmente benéficas para os adolescentes: facilitam o estabelecimento de laços com diferentes pares e adultos; favorecem o desenvolvimento de sentimentos de pertença e de cooperação em relação ao grupo; promovem a interiorização dos valores e padrões de conduta grupais, criando condições de ensaio de tomada de decisões em conjunto — enfim, favorecem a identificação com o grupo de pares e o desenvolvimento da própria identidade mediante atitudes, papéis e condutas no grupo.

De facto, a medida de acolhimento institucional é especialmente indicada em determinadas situações (Zurita & Fernández del Valle, 1996):

- ***Para crianças e jovens:***
 - a) com dificuldades relacionais graves com os seus pares e/ou com adultos;
 - b) que tenham experimentado situações graves de privação, isolamento ou maus-tratos nas suas famílias, experiências repetidas de separação ou outras colocações insatisfatórias;
 - c) com dificuldades em lidar com a autoridade, interpretando o controlo do adulto como rejeição;
 - d) com condutas inadmissíveis para os padrões morais e de comportamento da família, que se revela incapaz de as modificar;
 - e) com défices ao nível do auto-controlo;
 - f) com comportamentos perigosos para si próprios ou para os outros, requerendo proteção e controlo especiais;
 - g) que tenham irmãos também em situação de risco.

Na verdade, não podemos criticar ou defender a institucionalização de uma forma genérica. Enquanto para certas crianças a institucionalização pode ser prejudicial, para outras pode ser fundamental para a sua evolução e resolução dos seus problemas. Será importante, então, melhorar os recursos humanos e estruturais para que os centros de acolhimento possam garantir uma intervenção psicossocial eficiente, junto desta população de risco: crianças, jovens e famílias (Martins, 2005; Casas, 1988).

2.4. Novas tendências na institucionalização

Em Portugal, o investimento na área das políticas sociais é reconhecidamente inferior ao da maior parte dos países da União Europeia, o que traduz a desvalorização relativa de um setor onde o Estado tem um papel determinante e insubstituível. Ainda assim, no final do século XX, especialmente na segunda metade da década de 90, registou-se o lançamento de um conjunto notável de medidas e programas neste domínio que, não constituindo instrumentos de uma política social integrada, esboçavam, todavia, uma relativa convergência estratégica em torno de alguns princípios básicos.

O estudo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Colen et al; 2004) identifica algumas tendências comuns da União Europeia, no que respeita às colocações institucionais, nomeadamente:

- uma diminuição do número de internatos e de crianças acolhidas em instituição, acompanhada de um aumento do número de crianças colocadas em famílias de acolhimento;
- uma alteração do tipo de população acolhida;
- uma tendência para a criação de pequenas unidades integradas no meio de origem das crianças, em substituição dos antigos internatos com capacidades elevadas;
- uma profissionalização do pessoal afeto a estes serviços;
- uma proliferação de outros tipos de acolhimento (Centros Sociais de Dia, Apoio Familiar Domiciliário, Acompanhamento externo para jovens que desenvolvem um projeto de vida independente com algumas ligações à família).

No conjunto da União Europeia, podemos observar uma diminuição progressiva do número de crianças colocadas em instituições, que contrasta com um aumento do número de crianças colocadas em famílias de acolhimento.

De acordo com Van der Ploeg (1984; *in*Colen et al; 2004)), existiram diversos fatores que contribuíram para a ideia de que o internamento só deveria ser utilizado como colocação de último recurso, nomeadamente a tolerância aos comportamentos desviantes, a proliferação de ações preventivas desenvolvidas nas comunidades mais problemáticas e o surgimento de ações políticas dirigidas a estimular o desenvolvimento da colocação familiar em detrimento da colocação institucional.

A política de redução do número de crianças internadas, aliada ao incentivo às colocações familiares, fez alterar a tendência na proporção das crianças acolhidas em instituições e em famílias. No Reino Unido, verificou-se também uma inversão destes números na década de 90. No entanto, em Espanha, a percentagem de crianças internadas era ainda esmagadora (88%) em relação às crianças colocadas em famílias de acolhimento.

Uma outra alteração evidente foi a alteração de estruturas antigas e de grande dimensão, para pequenas unidades dispersas nas imediações. As pequenas unidades apresentam vantagens e desvantagens que têm sido alvo de investigação, no entanto Kluppel e Slijkerman (1995; in Colen et al; 2004) mostraram que o facto de se trabalhar por pequenas unidades não é suficiente, por si só, para assegurar o sucesso, nem melhorar automaticamente o desempenho dos profissionais. No entanto, os resultados de algumas avaliações efetuadas a pequenas unidades evidenciaram uma melhor concentração do pessoal nas crianças.

Um outro modelo existente é o chamado acompanhamento externo a jovens que vivem em autonomia (sozinhos ou em pequenos grupos), cujo objetivo é oferecer-lhes a possibilidade de desenvolver as competências necessárias para uma via autónoma no domínio da organização doméstica, da confeção de refeições e da utilização dos tempos livres.

Uma outra resposta, que tem sido muito generalizada ultimamente, consiste nos chamados Centros de Dia. Nestes, as crianças e jovens em situação de risco podem permanecer após a escola, sendo esta e as suas famílias implicadas no projeto de intervenção.

Modelos de Institucionalização

The Mulberry Bush School (Conselho Técnico Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005)

Este modelo de intervenção inglês, apesar de já ter sido referido através da Mulberry Bush (MB) em relação à intervenção familiar, caracteriza-se por um âmbito de intervenção bastante mais abrangente, incluindo três categorias:

1. Unidades de inclusão social que operam em escolas regulares do sistema educativo;
2. Escolas especiais de acolhimento com internato (abertas), e que se organizam de acordo com as necessidades das crianças e jovens;
3. Instituições “fechadas”, que acolhem jovens condenados pelo tribunal.

Neste estudo em concreto, interessa explorar um pouco mais a categoria 2, onde se inclui o caso da MB, que se centra no acolhimento de crianças dos 5 aos 12 anos de idade vítimas de experiências precoces, que originaram comportamentos disruptivos em casa ou na escola.

A MB atua em parceria com as autoridades locais e tem por objetivo dotar cada criança de competências pessoais, emocionais, sociais e de aprendizagem de modo a superarem as dificuldades.

A capacidade da MB é de 36 crianças em regime residencial, distribuídos por quatro lares de nove crianças cada. As crianças são organizadas em cinco classes (com sete a oito alunos cada) sem correspondência formal e com o sistema educativo regular. O projeto educativo é fortemente personalizado e assenta em acompanhamento permanente – quotidiano pelos

Enquadramento Teórico

professores e semanal pela equipa psicoterapeuta. Nenhuma criança permanece na instituição durante mais de três anos. Entre janeiro de 2001 e maio de 2004, 38 crianças deixaram MB, das quais:

- 60% regressaram à família biológica ou à família de acolhimento;
- 34% reingressaram em escolas regulares;
- 26% regressaram a escolas especiais de dia;
- 13% ingressaram em escolas residenciais semanais;
- 13% ingressaram em escolas residenciais trimestrais;
- 10% ingressaram em escolas residenciais anuais.

A instituição MB valoriza bastante a formação permanente dos seus quadros. Logo após o recrutamento, os novos profissionais submetem-se a uma formação inicial e anualmente realizam formação contínua, de carácter prático e teórico.

Uma vez que a institucionalização não se apresenta como uma solução do problema, seria fundamental que se trabalhe mais com as famílias, numa perspetiva remediativa. Por sua vez, os técnicos dos serviços sociais nem sempre têm conseguido dar o acompanhamento necessário a todas as famílias de crianças de risco.

O trabalho com a família (biológica ou de acolhimento) é um ponto alto da estratégia, levado a cabo por esta instituição britânica, Mulberry Bush School, apresenta provas dadas neste tipo de intervenção. A forma como realiza a sua intervenção junto das famílias processa-se em quatro fases: (i) Fase antes da colocação na instituição; (ii) Fase média da intervenção; (iii) Fase final ou preparação para a saída; (iv) Fase depois da saída.

O trabalho com as famílias deve ser exercido desde a institucionalização da criança, no sentido da construção e manutenção de um elo de ligação entre a criança e a família.

A família deve ter conhecimento sobre o desenvolvimento da intervenção institucional e sobre os princípios inerentes a esta. Por outro lado, o trabalho com a família privilegia a integração, pelos familiares, nas mudanças positivas conseguidas pela criança ou pelo jovem.

Todos os progressos da criança ou do jovem devem ser perspetivados tendo em vista o regresso a casa, sempre que for possível. Por outro lado a própria família deve ser preparada para receber a criança ou jovem e saber dar o apoio que este precisa. Quando o retorno à família não é viável e a instituição deixa de ser a mais adequada aos interesses do utente, deve-se encontrar uma alternativa e trabalhar com a família a inevitável perda e a quebra de expectativas. Quando a família se apresenta pouco disponível para aceitar a atuação dos técnicos, estes devem continuar à procura de forças de apoio fora da instituição.

Enquadramento Teórico

Depois de a criança ter deixado a instituição, deve-se continuar a dar apoio às famílias, face às dificuldades da nova situação.

Em todo este processo, é fundamental que se estabeleçam protocolos de entendimento e compromissos, numa base de descoberta mútua das soluções e dificuldades.

Tendo por base o pressuposto de que é a família quem melhor conhece a criança e as suas dificuldades, a instituição é quem melhor sabe tratar as crianças, nomeadamente no que respeita aos seus problemas emocionais e comportamentais.

O relacionamento entre a instituição e a família deve ser inspirada por uma intenção de base, sendo esta a preparação da criança ou do jovem para o retorno à família. Para que esta “operação” tenha sucesso, devem ser avaliados exaustivamente todos os indicadores do progresso.

Quando se verificar a inviabilidade deste retorno à família biológica, o interveniente familiar trabalhará preparando os novos arranjos e as novas adaptações, tendo sempre em conta a história natural do sentido de pertença e de expectativas que a criança tenha adquirido ou elaborado.

Como já referimos, o trabalho e o investimento envolvidos na relação instituição-família não terminam com a saída da criança ou do jovem da instituição.

É fundamental que haja continuidade do envolvimento com a família, através de uma avaliação sistemática de resultados e progressos aferida relativamente aos objetos antecipadamente construídos. Por outro lado, a instituição deve garantir uma rede de apoios, na comunidade, ao nível da saúde, educação, passando pelos tempos livres, ocupações extraescolares, atividades de grupo, de voluntariado, etc.

Assim sendo, deve existir uma combinação de estratégias tendentes à construção de mais resiliência em cada criança e em cada família.

The Children's Village - Nova Iorque (Conselho Técnico Científico da Casa Pia de Lisboa 2005)

A Children's Village (CV) é uma instituição privada sem fins lucrativos destinada a acolher as crianças mais vulneráveis de Nova Iorque e a ajudar as famílias a educarem os seus filhos de modo a que estes se tornem adultos saudáveis.

Esta instituição dispõe de dois tipos de programas:

- Residenciais: são destinados a crianças cujas vidas foram traumatizadas e que não podem continuar a viver com as suas famílias. Estas crianças têm

Enquadramento Teórico

acesso a uma educação especial no *campus* da instituição, onde escolhem atividades complementares ao percurso escolar tradicional.

- Os comunitários e preventivos: este programa destina-se a apoiar jovens que saem dos programas residenciais da instituição, tendo em vista os processos de transição e de reinserção comunitária. O programa dá ênfase a cinco aspetos: tutoria educacional para facilitar o sucesso escolar; empregabilidade e desenvolvimento de competências básicas para o trabalho; sequencialidade dos programas de educação; criação de grupos de trabalho e *workshops* entre pares; aconselhamento e orientação individual.

Nestes modelos de intervenção existe uma preocupação com a prevenção, quer nas famílias necessitadas de apoio, quer com parcerias locais. Quanto ao trabalho com as famílias das crianças/jovens em situação de risco, esse apoio é dado antes, durante e após a institucionalização. Um outro fator importante é a dimensão dos lares, pois apresenta-se reduzido, com uma média de 10 crianças e jovens. Existe também um acompanhamento tutorial e personalizado a cada criança e jovem, que combina cuidados terapêuticos e programas educativos individualizados. As instituições criam, em geral, dispositivos significativos para apoio à inserção socioprofissional dos jovens

Algumas instituições preocupam-se de forma relevante com a formação dos seus quadros, integrando-os nas atividades profissionais quotidianas e colocando uma grande ênfase no desenvolvimento de competências de ordem emocional (Comissão Técnica Científica da Casa Pia de Lisboa, 2005).

3. Caracterização da Instituição em Estudo

A Instituição que foi objeto deste estudo caso, o Colégio São Caetano, será referida como *Instituição* ao longo deste trabalho. De seguida faremos uma apresentação sumária da *Instituição*, das suas dinâmicas de funcionamento, dos seus recursos humanos, materiais, assim como as alterações ocorridas após a implementação do plano DOM na *Instituição*.

A *Instituição* situa-se no meio urbano e tem como finalidade o acolhimento de crianças e jovens em situação de risco. A ação da *Instituição* estende-se ao distrito em que se localiza. Juridicamente a *Instituição* é considerada uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). O Estado reconhece o seu contributo na efetivação dos direitos sociais, prestando-lhe apoio, através de acordos de cooperação, ficando a instituição sujeita à sua fiscalização e à obrigatoriedade do cumprimento de determinadas cláusulas.

No ano de 2004 encontrava-se com cerca de 100 crianças e jovens que eram distribuídos por três grupos, de acordo com a idade e o ano escolar: grupo dos Pequenos (1º Ciclo do Ensino Básico - EB); grupo dos Médios (2º Ciclo do EB e 7º Ano do 3º Ciclo do EB) e o Grupo dos Maiores (desde o 8º ano do EB ao 12º do Ensino Secundário e os alunos dos Cursos Profissionais). A partir de 1997, a *Instituição* passou a aceitar também crianças do sexo feminino, desde que tivessem já irmãos do sexo masculino na instituição. A maioria dos jovens frequenta a escola pública, enquanto uma minoria tem formação profissional na instituição nas áreas da carpintaria, informática ou administração.

Trata-se de uma casa de acolhimento de jovens de ambos os géneros, que têm sido vítimas de desintegrações familiares ou que se encontram em situações de risco. A finalidade desta *Instituição* consiste em aceitar estas crianças procurando reinstalá-las nas suas famílias e/ou fornecer formação para a sua educação, desenvolvendo ferramentas para que possam ter uma vida autónoma.

A *Instituição* recebe crianças fundamentalmente do distrito de Braga, mas também recebe algumas vindas do resto país e outras vindas dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Estas crianças e jovens permanecem na *Instituição* até as suas famílias terem condições de as receberem, o que raramente acontece, ou até que estes se autonomizem, arranjando emprego, habitação, ou constituam família. Verificamos que existem jovens que abandonam a *Instituição* sem que nenhuma destas condições exista.

A admissão de crianças e jovens nesta *Instituição* tem vindo a ser alterada no decorrer dos anos. Durante bastante tempo a admissão era feita tendo em conta a situação problemática do menor e da sua família. Nos últimos anos, através da criação de nova legislação, o processo

Enquadramento Teórico

de admissão já tem que ser sujeito aos trâmites legais vigentes, nomeadamente através de decisões do tribunal e/da segurança social.

No entanto, parte dos documentos necessários para o processo de admissão da criança/jovem não integram o processo individual, sendo comum chegarem à *Instituição* sem nenhum documento que a identifique, situação que muitas vezes se mantém durante muito tempo. Além disso, é frequente que as escolas que estas crianças ou jovens frequentam também não possuam qualquer dado ou documento pertencente a estas crianças, sendo a única referência o facto de serem crianças da *Instituição*.

A *Instituição* é composta por uma equipa multidisciplinar, composta por educadores, professores, psicólogos, assistentes sociais e auxiliares de ação educativa, que, em conjunto, procura realizar/construir um projeto de vida que se adapte a cada jovem em particular. Este projeto de vida passa, por exemplo, por definir se a criança/jovem terá prosseguimento de estudos ou se será encaminhado para a formação profissional. Em qualquer das situações a decisão é tomada em conjunto entre a equipa coordenadora e o jovem. No entanto, a criação de um projeto de vida para as crianças e jovens é uma medida que só recentemente é que tem sido implementada.

As instalações da *Instituição* podem ser consideradas de muito boas, graças às melhorias que têm sido efetuadas ao longo dos anos e ao cuidado que têm com as mesmas. À entrada, encontramos um grande claustro de entrada, com bastante luz, plantas e lagos com peixes e cágados. O piso rés do chão é onde se encontra a cozinha e o refeitório, salas de convívios para os diferentes grupos existentes, salas de jogos, secretaria, casas-de-banho, gabinete do diretor e uma capela, que foi adaptada de uma antiga igreja. Na sala de convívio existe uma mesa de matraquilhos, uma de ténis-de-mesa e uma de snooker. No exterior podemos encontrar um campo de jogos, um parque infantil, jardins, o acesso ao pavilhão desportivo e à oficina de carpintaria.

No primeiro andar encontramos as salas de estudo e de apoio extraescolar, uma biblioteca nova composta por livros, CDs, e com computadores com acesso à Internet. Neste piso existe ainda as salas dos educadores, gabinetes das técnicas de serviço social e da psicóloga.

Existem quatro secções destinadas aos quartos: das raparigas, dos rapazes maiores, dos rapazes médios e dos pequenos. À entrada de cada secção de quartos existe um quarto para o educador/vigilante.

Ainda no 1º piso, existe a secção destinada às raparigas, e outra é destinada aos rapazes maiores. No 2º piso existe o acesso aos quartos dos médios e no sótão (3º Piso) existem os quartos dos pequenos. Os quartos possuem entre duas a quatro camas. Nos grupos dos

Enquadramento Teórico

pequenos e dos médios possuem duas casas de banho comuns, com vários lavatórios e chuveiros. Nos quartos dos maiores e das raparigas existem casas de banho em cada quarto.

Existe também um sistema de sonoro em todas as instalações da *instituição* (quartos, refeitórios, biblioteca, salas de estudo, salas de convívio, claustro, etc.), que permite informar os jovens, acordá-los, etc. Existe ainda um sistema de vigilância contra incêndios e aquecimento.

À entrada da Instituição existe um auditório com um palco, onde são realizadas as festas, ações de formação e onde se assiste a filmes, uma vez por semana.

A estrutura física da Instituição encontra-se numa quinta, num edifício antigo, muito bem conservado, com os jardins todos arranjados, não existindo qualquer tipo de lixo em todas as instalações. A *Instituição* dispõe, ainda, de uma vasta área de terreno agrícola, onde existem árvores de fruto.

Na Instituição não encontramos espaços personalizados: quase nada pertence a ninguém, sendo tudo de todos. Na generalidade, depara-se com um ambiente físico muito agradável, muito bem conservado. As condições das instalações físicas são devidas, em grande medida, ao bom uso das instalações e materiais por parte das crianças e jovens, sendo todos responsáveis pela sua conservação. São os jovens, acompanhados por educadores que realizam parte da manutenção das instalações, como pintar, envernizar, limpar, jardinagem, alimentar os peixes, etc.

Esta impressão positiva causada pela observação do ambiente físico estende-se a todos os cantos da Instituição. Nos quartos, por exemplo, deparamos com camas feitas e arrumadas, com armários individuais onde os jovens podem guardar os seus objetos pessoais. No refeitório encontramos mesas redondas de 6 pessoas. Existe também um placard onde se encontram grupos de jovens com as funções distribuídas por cada dia/semana do ano. Estas funções são realizadas pelos jovens e acompanhadas por um educador, que está sempre presente, como: pôr a mesa, levantar a comida, levantar as mesas, arrumar o espaço, etc.

Todas áreas existentes na *Instituição* são usadas e rentabilizadas de acordo com o seu potencial. A quinta é um espaço com potencialidades em termos agrícolas e pecuários, mas que se encontra estagnada, devido a obras. No entanto, os espaços exteriores recreativos são usados por todos os jovens, para jogos, brincadeiras e convívios.

A *Instituição* possui também uma casa de praia, dedicada às colónias de férias de verão.

Recursos Humanos

A equipa técnica da Instituição é constituída por um Técnico de Serviço Social, cinco Educadores (licenciado sem Educação, Sociologia e Educação de Infância). Existem ainda cinco Docentes, uma Psicóloga, um Auxiliar de Educação e um Vigilante. Fazem parte ainda duas cozinheiras, duas funcionárias de limpeza e um motorista.

Desde 2003, houve uma mudança do diretor da Instituição, originando algumas alterações nos serviços da mesma. Estas alterações caracterizaram-se fundamentalmente pelo trabalho da área social, através da contratação de um técnico especializado, que dedica a maior parte do seu tempo ao trabalho com as famílias.

Normas e dinâmicas de funcionamento

A multidisciplinaridade e qualidade técnica da equipa educativa determinam a qualidade do projeto educativo. Registamos que é uma equipa técnica que se articula muito bem, procurando cumprir na íntegra o projeto educativo, registando-se uma grande homogeneidade e coerência na organização e funcionamento da Instituição.

Os recursos humanos são potencializados, observando-se uma grande articulação entre o pessoal, que se reflete na forma como as crianças e os jovens são acompanhados, e também na forma como interagem com os adultos. Partilhamos a opinião de que “a coerência e coesão da equipa são muito valorizadas, acentuando-se o princípio da indispensabilidade de não serem feitos, pelo pessoal, comentários opinativos, sobre quaisquer eventuais divergências, na presença de menores” (Fonseca & Canhões, 1998:85).

O funcionamento do lar altera-se significativamente aos fins de semana pelo facto de as crianças e jovens se deslocarem à casa das suas famílias/ou a famílias de acolhimento. Nos fins de semana em que os jovens ficam na Instituição, trabalha um número de técnicos mais reduzido. No entanto, os tempos são ocupados e as crianças continuam acompanhadas por educadores.

As crianças e jovens são co-responsabilizados pela vida na Instituição, procurando com que cada jovem possua uma tarefa/responsabilidade. Eles participam de forma organizada e sistemática nas tarefas diárias e são incentivados para a auto-organização e cumprimento das tarefas.

A maior parte das roupas não têm um proprietário fixo, mas existem sempre exceções, no sentido de proporcionar alguma autoestima e cuidado pela roupa.

Enquadramento Teórico

O “tempo livre” é dedicado a atividades desportivas, culturais e sociais; existindo clubes onde desenvolvem atividades educativas e lúdicas como: teatros, jardinagem, trabalhos manuais, pintura, etc. Estes clubes são responsáveis por apresentar números nas alturas festivas, como o Natal e a receção aos pais. Além dos clubes, as crianças e jovens podem ver televisão, jogar matrecos, ténis de mesa, etc.

As relações entre as crianças e jovens nem sempre são pacíficas, exibindo por vezes comportamentos com violência física e verbal, direcionada a companheiros ou a adultos.

Nas férias escolares de verão, durante o mês de julho, os grupos pequenos e médios vão para a colónia de férias, que fica junto à praia. Lá, continuam a desenvolver diversas atividades, mas num ambiente mais descontraído. O grupo dos maiores faz campismo, e procuram desenvolver o espírito de viver em comunidade em contacto com a natureza.

Contactos com a Família e a Comunidade

A Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, no seu Art. 58º prevê que crianças e jovens em instituições de acolhimento de carácter definitivo “têm direito (...) de manter regularmente, em condições de privacidade, contactos regulares com a família e com as pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção”.

Nesta Instituição os jovens visitam as famílias de quinze em quinze dias, durante o fim de semana. No entanto, a família pode visitar o seu filho, em qualquer dia da semana, desde que não perturbe o normal funcionamento da instituição.

Existem algumas crianças que não estabelecem qualquer contacto com a sua família, muitas vezes por não a possuir, outras vezes por causa da distância geográfica. No entanto, existe uma preocupação da instituição em incentivar a que as crianças e jovens visitem as famílias, para que não se perca a relação com estas e para que valorizem a sua passagem pela *Instituição*, uma vez que a maior parte destas famílias possui condições de habitabilidade muito fracas, não existindo qualquer conforto. Para as crianças que não possuem qualquer retaguarda familiar ou afetiva, podem ir passar o fim de semana com famílias de acolhimento.

O nível de abertura da *Instituição* à comunidade envolvente é um fator que proporciona a relação entre estes dois meios. A *Instituição* possui as suas portas sempre abertas, possibilitando, a entrada de pessoas externas para à instituição, desde que devidamente identificadas. Desta forma, a imagem da *Instituição* proporciona uma melhor integração destes jovens na comunidade.

O Plano DOM na Instituição

Em 2007, depois de uma avaliação à instituição, a segurança social propôs um reforço da equipa com mais três técnicos: um educador, um assistente social e um psicólogo. Após a contratação destes técnicos, a segurança social promoveu formação para Equipa Técnica e Educativa.

O reforço da equipa técnica provocou algumas alterações no funcionamento: de três grupos (pequenos, médios e maiores) passaram para quatro grupos (Arco-íris, Amanhecer, Bússola e Horizonte). Esta mudança veio responder a uma exigência do plano do Dom que seria reduzir o número de crianças por Lar, procurando-se constituir quatro grupos distintos, como se fossem quatro "Lares" diferentes. Todos os educadores e equipa foram distribuídos formando quatro equipas diferentes. Quanto ao número de crianças, os grupos ficaram mais pequenos e reduziu-se ainda o número total de educandos, passando para 65 educandos, entre 2008 e 2011.

A maior exigência do Plano Dom surgiu ao nível do funcionamento, uma vez que a segurança social editou um manual de funcionamento dos lares de Infância e Juventude onde define os procedimentos que devem ser realizados desde a admissão até à saída do educando, denominado de "projeto de vida". Este trabalho do projeto de vida dos educandos exigiu um trabalho acrescido por parte dos técnicos pois o processo individual de cada criança passou a ter quatro fases, com vários impressos para serem preenchidos.

Assim, a estrutura de cada processo interno passou a ser dividida em quatro fases: 1- Admissão; 2 - Acolhimento 3 - Avaliação diagnóstica (estado de saúde, familiar, avaliação psicológica e desempenho escolar, exigindo também reuniões com as escolas, com as famílias e ao nível da saúde). Após o término destes procedimentos e com base na Avaliação Diagnóstica realizada pelo psicólogo, passa depois ser elaborado um Plano Socioeducativo Individual (4ª fase).

Durante todo o processo de implementação do plano Dom a instituição teve um supervisor a reunir quinzenalmente com a equipa com o objetivo de aperfeiçoar as nossas técnicas de intervenção esclarecimento de dúvidas.

METODOLOGIA

4. Enquadramento Metodológico

Neste capítulo será apresentado o desenho metodológico por que optámos, no sentido de oferecer ao leitor uma visão global da técnica de recolha e de análise dos dados.

Para a realização deste estudo, 41 jovens foram contactados e entrevistados a partir de uma população de 56 indivíduos. Destes 56, que saíram da instituição em estudo (Colégio São Caetano) entre janeiro de 1998 e dezembro de 2004, não foi possível obter informações fidedignas de 15 jovens, não reunindo a avaliação da situação destes jovens qualquer objetividade ou rigor.

Para a recolha dos dados foram realizados alguns procedimentos: autorização do diretor da instituição para a realização do estudo, assim como o acesso aos ficheiros com os dados pessoais dos jovens. Após ter sido concedida a autorização e recolhidas as informações existentes sobre os jovens em estudo procedeu-se ao contacto com os mesmos no período de julho a novembro de 2005. No momento da entrevista, foram explicados os objetivos do estudo ao jovem e solicitada a sua autorização para serem entrevistados

A presente investigação enquadra-se num Estudo de Caso, atendendo a que se pretende caracterizar a realidade particular de um grupo de indivíduos, descrever um fenómeno circunscrito num tempo e espaço determinados, bem como, o interesse em manter os nossos resultados e conclusões adstritas ao contexto estudado sem generalizar a outras realidades. Assim mesmo, consideramos que as características desta modalidade de pesquisa permitiram descrever a realidade emergente na situação particular do grupo de jovens, sem que o nosso objetivo fosse o de inferir ou generalizar os resultados observados para outras populações. O foco do estudo foi a análise em contexto real do processo de integração social de um determinado grupo de jovens após a institucionalização.

Apesar de os estudos de caso serem com frequência caracterizados por abordagens qualitativas, no estudo atual optamos por uma abordagem quantitativa. O tratamento dos dados relativos aos processos de inserção social remeteu-nos para a necessidade de estabelecer parâmetros suficientemente diferenciadores dos níveis de inserção social que foram observados. Esta parametrização visou ainda a comparação das informações relativas à situação individual dos participantes do estudo. Estes níveis são abaixo descritos em pormenor. A caracterização biográfica e sociodemográficos participantes obedeceu aos critérios tipo normalmente usados na investigação social para a codificação dos dados de natureza biográfica (idade, género, local de residência, situação familiar, habitação, etc.).

4.1 Objetivo do estudo

O principal objetivo da presente investigação consiste em conhecer os fatores individuais e institucionais que influenciaram a integração social dos jovens que saíram da instituição em estudo, no período compreendido entre janeiro de 1999 e dezembro de 2004.

Para tal, procedemos à caracterização da amostra em quatro períodos da vida dos jovens e de acordo com cinco áreas de integração social.

4.2 Amostra

Foram adotados diversos procedimentos de seleção da amostra no sentido de exercer o maior controlo possível sobre a mesma, nomeadamente:

- a recolha inicial de dados das fichas biográficas dos jovens que saíram da instituição nos últimos cinco anos, ou seja, entre janeiro de 1998 e dezembro de 2004;
- a seleção de jovens com mais de 16 anos, que tivessem deixado a instituição há mais de 6 meses e cuja permanência tivesse sido superior a 6 meses

Relativamente ao sexo, a amostra distribuiu-se por 97,6% do sexo masculino e 2,4% do sexo feminino. Este dado deve-se ao facto de a instituição em estudo ter aberto a sua intervenção acrianças do sexo feminino no ano de 1997, quando estas possuíam irmãos do sexo masculino na instituição.

Quadro 2 - Idade dos jovens

Idade	N	%
16 e 17 anos	7	17,1
18 e 19 anos	16	39,0
20 a 22 anos	14	34,1
Mais de 23 anos	4	9,8
Total	41	100,0

A maioria dos jovens abrangidos encontra-se entre os 18 e os 19 anos (39%). Seguem-se os jovens entre os 20 e os 22 anos (34,1%), entre 16 e 17 anos (17,1%), e por fim os maiores que 23 anos (9,8%). A idade mínima é de 16 anos e a máxima de 25 anos, sendo a média de idades de 19,5 anos.

Dos jovens inquiridos apenas um destes se encontra casado, no entanto, dois deles possuem filhos.

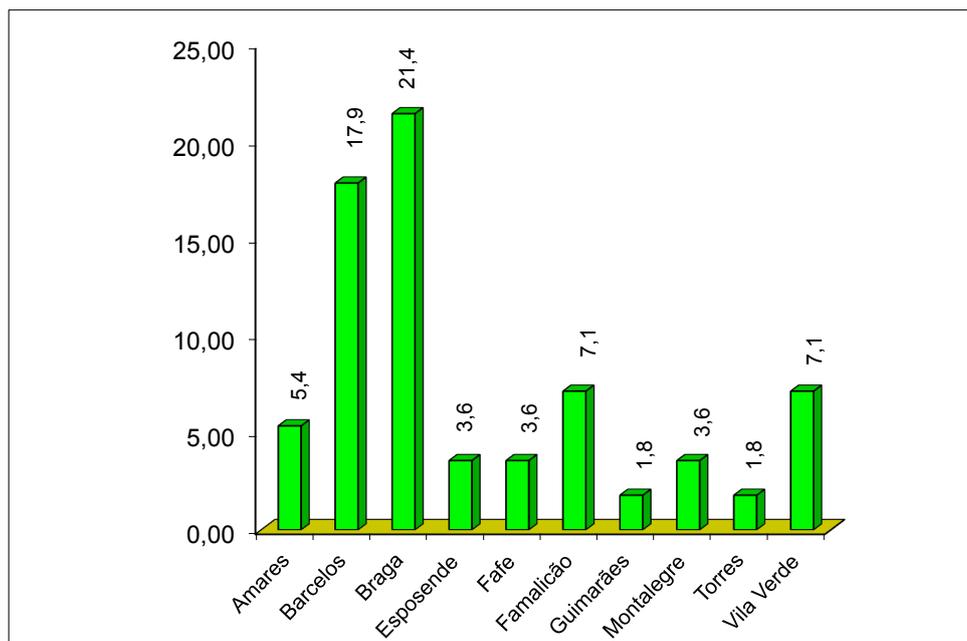


Gráfico 1 - Localidade dos jovens à data da realização da entrevista.

Os jovens que foram entrevistados encontram-se a viver em Portugal, principalmente no Distrito de Braga.

4.3 Instrumentos de Avaliação

Foi elaborado um questionário (Anexo I), que foi aplicado através de uma entrevista. O questionário é constituído sobretudo por perguntas fechadas (o inquirido é convidado a optar entre uma lista de respostas pré-codificadas) e questões abertas (em que o inquirido pode responder livremente) que serão posteriormente agrupadas as respostas semelhantes. A opção por questões fechadas e abertas permitiu uma recolha homogénea de informação no menor espaço de tempo possível e uma análise quantitativa das mesmas respostas

Reportando-nos ao questionário elaborado para a presente investigação, as questões formuladas tiveram em atenção cinco períodos diferentes:

1. **Período antecedente à institucionalização:** com questões referentes ao processo do jovem e ao seu contexto familiar;
2. **Período de institucionalização:** que contém questões relativas ao comportamento do jovem durante o período em que se encontrou institucionalizado;
3. **Fase de transição:** referente ao período em que é preparada a saída do jovem da instituição;

Metodologia

4. **Período pós institucionalização:** situação em que o jovem se encontra e que abarca as seguintes áreas: habitação e situação familiar, educação, emprego, comportamento social e relações humanas.
5. **Relação atual com a instituição.**

O questionário foi construído, seguindo uma sequência lógica em função do período de vida e tempo de institucionalização, procurando abranger todo o período que integra a problemática da institucionalização, ou seja, o antes, o durante e o após institucionalização.

Na elaboração do questionário foram definidas seis áreas principais que nos permitiram calcular o Índice de Integração Social dos jovens que constituem a amostra:

- Família;
- Habitação;
- Educação;
- Emprego;
- Comportamento Social;
- Relações Interpessoais.

Tendo em consideração as diferenças individuais passíveis de serem observadas no modo de ajustamento e, conseqüentemente, no nível de integração social alcançado por cada indivíduo, para cada área foram definidos critérios assaz discriminadores do nível de integração social atingido por cada indivíduo. No quadro 3 abaixo, sintetizam-se os indicadores que nos permitem determinar níveis diferentes de integração social.

Quadro 3 - Índices de Integração Social

Áreas	Critérios de Inclusão	Nível
Família	• Núcleo familiar próprio (situação conjugal ou só mas com relações com a família) ou com pelo menos um dos pais;	• Bom
	• Família alargada ou acolhimento / vive com amigos ou irmãos, mas mantém relações com a família;	• Regular
	• Isolado sem relações com a família, em instituição ou outro local	• Deficiente
Habitação	• Possui casa própria ou arrendada	• Bom
	• Habitação social ou quarto	• Regular
	• Vive na rua, pensão ou barraca;	• Deficiente
	• Teve sempre um local para passar a noite;	• Bom
	• Nem sempre teve um local para passar a noite;	• Regular
	• Poucas vezes teve um local para passar a noite;	• Deficiente
Educação	• Concluiu o ensino secundário, profissional ou superior;	• Bom
	• Concluiu a escolaridade mínima (terceiro ciclo);	• Regular
	• Não concluiu a escolaridade mínima (9ºano)	• Deficiente
	• Frequentou com regularidade a escola e completou a	• Bom

	escolaridade obrigatória ou o ensino profissional ou superior;	
	• Foi pouco assíduo, faltando uma ou mais vezes por semana à escola;	• Regular
	• Abandonou a escola, foi expulso ou suspenso;	• Deficiente
Emprego	• Trabalho fixo, serviço militar ou estudante	• Bom
	• Trabalho precário / doméstico	• Regular
	• Encontra-se desempregado e sem trabalhos pontuais;	• Deficiente
	• Subsiste do seu emprego;	• Bom
	• O seu ordenado não é suficiente para subsistir, dependendo da ajuda dos seus familiares ou de outros;	• Regular
	• Depende de subsídios do estado e/ou da ajuda de familiares ou amigos;	• Deficiente
Comportamento Social	• Nunca se envolveu em agressões físicas;	• Bom
	• Raramente se envolveu em alguma agressão física;	• Regular
	• Envolveu-se algumas vezes em agressões físicas;	• Deficiente
	• Nunca consumiu drogas ou substâncias ilegais;	• Bom
	• Não consumiu drogas ou substâncias ilegais;	• Regular
	• Consome ou consumiu alguma droga ou substância ilegal;	• Deficiente
Relações Interpessoais	• Relaciona-se muito bem com pessoas da sua idade, com a sua família e com adultos não pertencentes à sua família;	• Bom
	• Relaciona-se pouco com pessoas da sua idade, com a sua família e com adultos não pertencentes à sua família;	• Regular
	• Considera como muito fraco o seu relacionamento com pessoas da sua idade, com a sua família e com adultos não pertencentes à sua família;	• Deficiente
	• Encontra-se com frequência (diariamente ou semanalmente) com colegas e amigos, família e com adultos não pertencentes à sua família;	• Bom
	• Encontra-se mensalmente com colegas e amigos, família e com adultos não pertencentes à sua família;	• Regular
	• Raramente encontra-se com colegas e amigos, família e com adultos não pertencentes à sua família;	• Deficiente
	• Considera como excelente o seu relacionamento com grupos comunitários;	• Bom
	• Considera como razoável o seu relacionamento com grupos comunitários;	• Regular
	• Considera como muito fraco o seu relacionamento com grupos comunitários;	• Deficiente

4.4 Questões e variáveis do estudo

Questões:

Tendo em atenção a colocação do problema e a revisão da literatura, formularam-se as seguintes questões:

1. **Qual o Índice de Integração Social dos jovens pós-institucionalizados, em estudo?**
2. **Em caso de serem observadas diferenças, que áreas se mostraram mais influentes na Integração Social dos Jovens Pós-institucionalizados, da instituição em estudo?**

No pressuposto que, para cada área ou dimensão do estudo, foram estabelecidos indicadores discriminantes do nível de inserção social, procedeu-se à análise pormenorizada e sistemática dos dados que se apresentam seguidamente na secção dos resultados respeitando a ordem das áreas ou dimensões em estudo conforme abaixo indicadas:

- Família;
- Habitação;
- Educação;
- Emprego;
- Comportamento Social;
- Relações Interpessoais;

4.5 Tratamento Estatístico

Após a realização das entrevistas procedemos ao tratamento das respostas obtidas. A leitura dos dados permitiu fazer a classificação das respostas por dimensão, e de acordo com os indicadores previamente estabelecidos foi feita a atribuição dos respetivos níveis de integração social. Seguidamente os dados foram lançados numa base de dados e processados no programa de estatística SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 19,0 para o Windows.

Os dados de caracterização da amostra foram dispostos em quadros tabelados ou gráficos de distribuição de frequências e percentagens.

Para as questões abertas recorreremos à análise de conteúdo, agrupando a informação em categorias, o que segundo Pinto (1992), permite tratar, de forma metódica, a informação e os testemunhos que apresentem um certo grau de profundidade e complexidade, para além de satisfazer as exigências do rigor metodológico.

Na análise dos dados procedeu-se de início à caracterização dos percursos de vida dos jovens que participaram do estudo, tendo para efeitos de apresentação biográfica seguido os três momentos considerados do pré, durante e pós-institucionalização.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Na apresentação de resultados, utilizamos uma estatística descritiva, exposta através de gráficos e tabelas.

5. Percursos de Vida

5.1. Período antecedente à institucionalização

Contextualização familiar e social das crianças/jovens.

Agregado Familiar

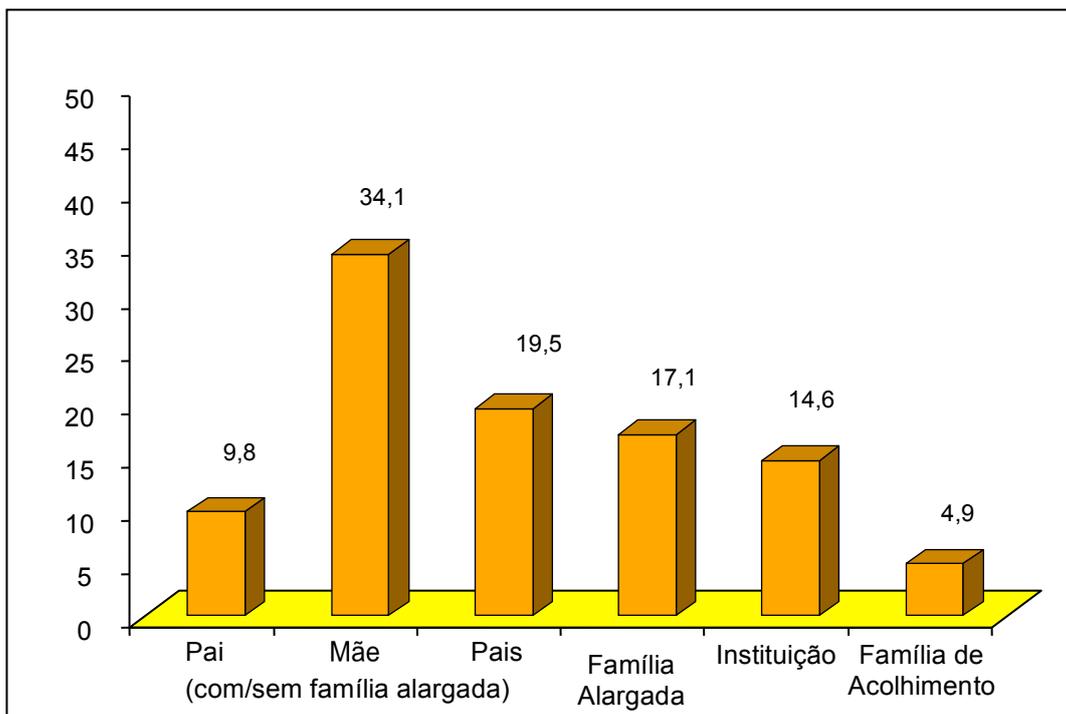


Gráfico 2 - Com quem vivia a criança/jovem, antes da institucionalização.

Os agregados familiares de origem das crianças/jovens eram formados na sua maioria, pela mãe (34,1%), podendo partilhar a habitação com outros elementos da família alargada, como os avós da criança, por exemplo. Em seguida seguem-se os agregados constituídos por ambos os pais (19,5%), podendo também existir outros elementos da família alargada.

Apresentação de Resultados

Quadro 4 - Habitação onde viviam antes da institucionalização.

Tipo de habitação	N	%
Casa própria	13	31,7
Casa arrendada	14	34,1
Habitação social	2	4,9
Instituição	6	14,6
Casa da família de acolhimento	3	7,3
Casa cedida por familiares	2	4,9
Barraca	1	2,4
Total	41	100,0

Em relação à habitação, apenas 2,4% viviam numa barraca, vivendo os restantes principalmente em casas, podendo ser estas arrendadas, próprias ou cedidas por familiares. A maioria dos jovens vivia em casas próprias (31,7%) ou arrendadas (34,1%).

Escolaridade das crianças e jovens antes de entrar na institucionalização

A média de idade à entrada é de 11,2 anos, situando-se entre os 6 e os 16 anos, sendo o escalão etário com maior expressividade, entre os 12 e os 14 anos (34,2%).

Quadro 5 - Relação entre a Idade de entrada e a escolaridade das crianças/jovens antes de entrar na institucionalização.

Idade de Entrada	Sem frequência escolar		1º Ciclo incompleto		1º Ciclo completo		2º Ciclo incompleto		3º Ciclo incompleto		3º Ciclo completo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Entre os 6 e 8 anos	3	7,32	5	12,20	1	2,44							9	21,95
Entre os 9 e os 11 anos			7	17,07	1	2,44	3	7,32	1	2,44			12	29,27
Entre os 12 e os 14 anos			4	9,76			7	17,07	3	7,32			14	34,15
15 e mais anos			1	2,44			1	2,44	3	7,32	1	2,44	6	14,63
Total	3	7,32	17	41,46	1	4,88	12	29,27	6	14,63	1	2,44	41	100,0

Se atendermos à idade normal para conclusão do 1º ciclo verifica-se que ao entrarem na instituição uma percentagem superior a 12,2% das crianças apresentava-se com o 1º Ciclo incompleto. A tendência mantém-se se considerarmos que 19,51% de jovens de 12 ou mais velhos que deveriam ter terminado o 2º ciclo não o tinham feito aquando da entrada na instituição. Acresce a estes dados o número de crianças sem frequência escolar, mas com idade para frequentar o 1º ciclo (7,32%) e também o número de crianças com idade muito avançada para o ciclo de escolaridade a que pertence.

Problemas de Saúde

Quadro 6 - Problemas de saúde.

Problemas de Saúde	N	%
Psicológico	5	12,2
Físico	1	2,4
Sem problemas	35	85,4
Total	41	100,0

Nos dados observados quanto aos problemas de saúde, a maior parte dos jovens entrevistados não apresentava problemas (85,4%). Apresentavam problemas psicológicos 12,2% dos jovens e apenas 2,4% apresentavam problemas do foro físico.

Caracterização das Famílias

Desde a família nuclear à alargada ou à de acolhimento, é na família que a criança define o mundo que a rodeia e aprende a lidar com este. Sendo por isso, o elemento central de cada indivíduo.

A família tem um peso enorme na construção da identidade pessoal de cada criança. Ao caracterizar a família, pretendemos identificar as suas problemáticas e associá-las à criança, para que se possa melhorar a intervenção, prevenindo.

Ao analisar os dados recolhidos foram detetadas algumas dificuldades em delinear o universo familiar de cada criança. Isto porque por vezes as crianças viviam com os tios ou padrastos e consideravam-nos “pais” (porque realizavam a figura paterna na totalidade), outras vezes porque o conhecimento que o jovem tinha acerca dos pais era reduzido.

Dos 41 jovens entrevistados, 12 não tiveram irmãos institucionalizados ao mesmo tempo. Quanto aos restantes, registaram-se 22 fratrias, das quais a maioria era composta por 2 irmãos.

Escolaridade dos pais

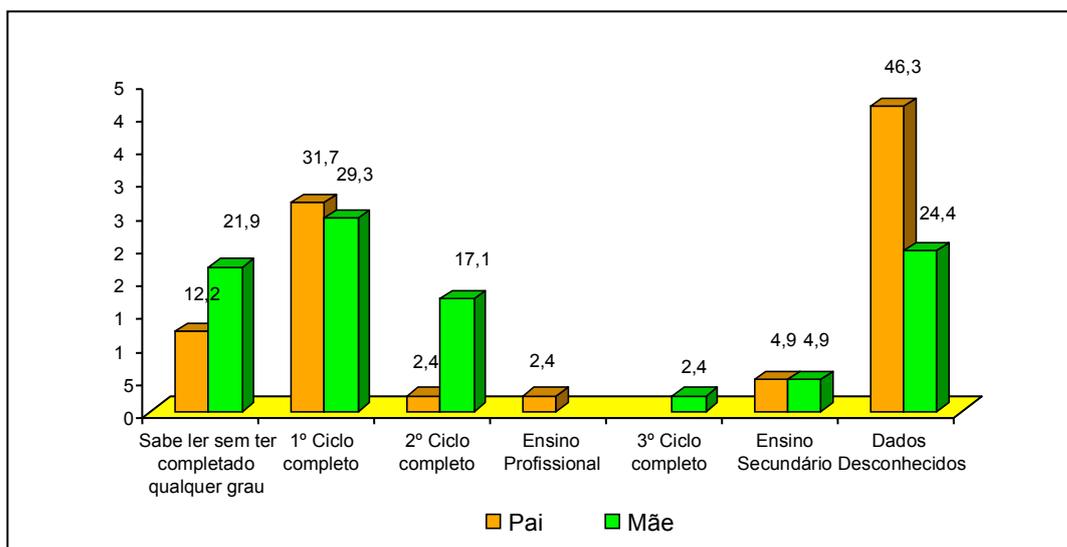


Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos pais das crianças/jovens.

Apresentação de Resultados

Não foi possível obter os dados referentes à escolaridade de todos os pais. No entanto, os dados obtidos são também o reflexo da presença/ausência dos progenitores na vida dos filhos. Foi possível obter mais informações das Mães (75,6%) do que dos Pais (53,7%). A maioria dos pais tinha um passado escolar fraco, existindo um grande número de Pais e de Mães que não completaram qualquer grau de escolaridade (12,2% para os Pais e 21,9% para as Mães). O nível de ensino completo por um maior número de progenitores foi o 1º Ciclo com 31,7% para os Pais e 29,3% para as Mães.

Meio de vida dos pais

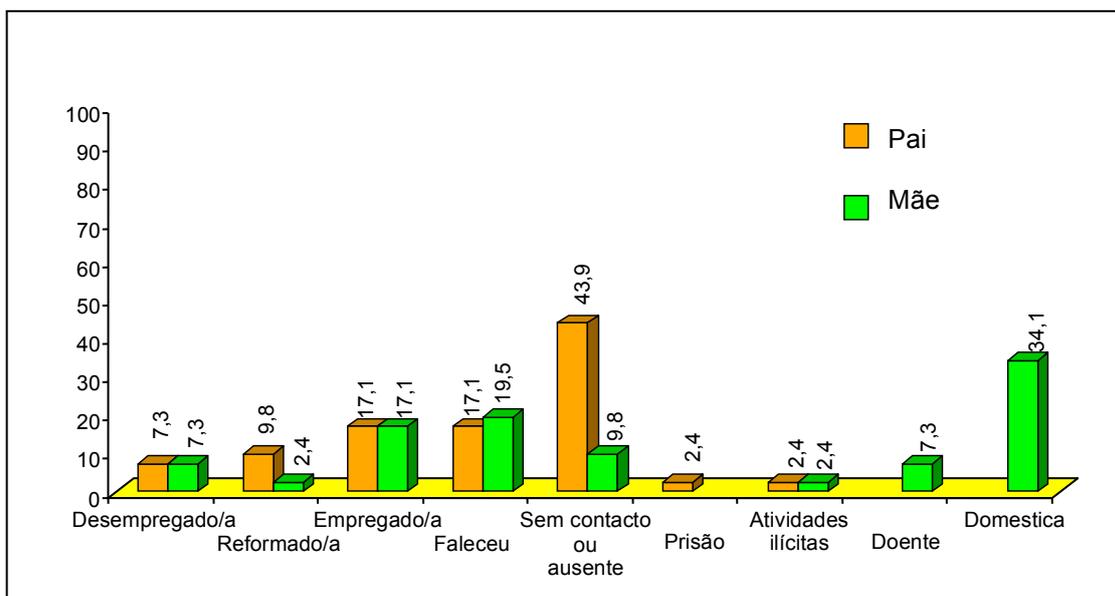


Gráfico 4 - Atividade dos pais.

A análise das condições de vida dos pais, revelou que estes se encontram com muitas dificuldades, em diversos níveis. A maior parte das crianças possui um pai ausente (43,9%) ou que tenha falecido (17,1%), existindo a mesma percentagem (17,1%) de pais empregados.

Em relação à presença da mãe no acompanhamento das crianças/jovens, a atividade mais representada pelas mães é como doméstica (34%), seguindo-se as crianças órfãs da parte da mãe (19,5%) e as depois as mães empregadas (17,1%).

Através da análise destes dados e dos dados apresentados anteriormente, verifica-se que as famílias monoparentais prevalecem nestas crianças e jovens.

O gráfico anterior, sendo só por si revelador das condições socioeconómicas das famílias de origem, revela igualmente uma distinção clara entre pais e mães. De facto, nenhum dos grupos se pode considerar como tendo uma situação boa ou estável. Mas é evidente a presença da mãe em detrimento do pai.

Apresentação de Resultados

É de assinalar o peso das mães domésticas (14%) e desempregadas (7,3%), pois trata-se de mães sem qualquer fonte de rendimento próprio o que, numa situação de separação, as coloca numa posição economicamente muito vulnerável.

Para aqueles que trabalhavam ou já tinham trabalhado, os níveis profissionais observados não trazem novidades nesta análise.

Quadro 7 - Profissão do(s) pai(s).

Profissão do(s) pai(s)	N=14	%
Manobrador de máquinas	1	2,4
Eletricista	2	4,9
Funcionário fabril	6	14,6
Agricultor	1	2,4
Auxiliar de educação	1	2,4
Vendedor ambulante	2	4,9
Jardineira	1	2,4
Total	14	34,1

A maioria dos pais tinha profissões não qualificadas nos diferentes ramos de atividade.

Poder-se-á concluir que os pais encontravam-se entre grupos sociais desfavorecidos: com poucas ou nulas habilitações, a sua relação com o mercado de trabalho caracterizava-se essencialmente pela precariedade.,

Situação conjugal dos pais

Ao analisar a situação conjugal dos pais, verifica-se que o número de pais que vivem casados ou em união de facto (29,11%) é bastante reduzido quando comparado com as restantes situações, onde se pode observar mais uma vez a prevalência da educação monoparental.

Quadro 8 - Situação conjugal dos pais.

Situação conjugal dos pais	N	%
Casados	11	26,8
Viviam juntos	1	2,4
Divorciados	4	9,8
Separados	13	31,7
Nunca viveram juntos	5	12,2
Viúvo	5	12,2
Faleceram ambos	2	4,9
Total	41	100,0

5.2. Período de institucionalização

Informações referentes comportamento do jovem durante o período em que se encontrou institucionalizado.

Motivo de entrada na Instituição

Para a análise do período de institucionalização das 41 crianças e jovens procuramos caracterizar os motivos que precederam à sua entrada. Tal como foi referido anteriormente, estes dados foram obtidos através da entrevista feita aos jovens.

Quadro 9 - Motivo de entrada na instituição.

Motivo de entrada	N	%
Negligência	5	12,2
Maus-tratos físicos	3	7,3
Órfão	4	9,8
Sem condições de habitação	11	26,8
Abandono	1	2,4
Dificuldades Económicas	7	17,1
Problemas Familiares	3	7,3
Mau comportamento	3	7,3
Pais emigrantes	1	2,4
Sem retaguarda familiar	3	7,3
Total	41	100,0

Quanto aos motivos de entrada na Instituição, estão diretamente relacionados com as características observadas nas famílias de origem.

A falta de condições de habitação surge em primeiro lugar como motivo de entrada para 26,8% das crianças. As restantes dificuldades encontram-se repartidas por vários motivos, entre a segunda principal causa ligada às dificuldades económicas (17,1%), seguida pela negligência (12,2%).

Processo de Institucionalização

Quadro 10 - Quem propôs a institucionalização da criança/jovem.

Quem propôs a institucionalização	N	%
Tribunal	8	19,5
Segurança Social	16	39,0
Família Alargada	5	12,2
Família	12	29,3
Total	41	100,0

Apresentação de Resultados

No que respeita à forma como decorreu o processo de institucionalização, a Segurança Social apresenta-se como o principal organismo que propôs a institucionalização da criança/jovem (39%), seguindo-se a própria família (29,3%) e depois o tribunal (19,5).

Questionaram-se os jovens sobre algum apoio que as famílias possam ter recebido, no sentido de minorar as suas dificuldades. Pelas respostas obtidas verificamos que as famílias não receberam qualquer tipo de apoio ou intervenção.

Quadro 11 - Reação da família à institucionalização da criança/jovem.

Reação da família à institucionalização	N	%
Muito boa	19	46,3
Boa	8	19,5
Fraca	14	34,1
Total	41	100,0

A resposta da família à situação da institucionalização apresenta-se como “muito boa” na maior parte dos inquiridos (46,3%), de seguida e com 34,1% acham que foi fraca.

Relações com a Família de origem

Quadro 12 - Regularidade dos contactos com a família durante a institucionalização.

Regularidade dos contactos com a família	N	%
Quinzenalmente	28	68,3
Mensalmente	7	17,1
Só nas férias	5	12,2
Sem contacto	1	2,4
Total	41	100,0

A regularidade do contacto entre a família e a criança/jovem, para 68,3% foi realizado quinzenalmente, seguindo-se os encontros mensais com 17,1%. Estes dados são também o reflexo das medidas/regras da instituição, no sentido de incentivar o contacto com a família e de a responsabilizar pela criança/jovem. Será também de referir que 12,2% das crianças apenas contavam com a família nas férias e que 2,4% não possuía qualquer tipo de contacto com a família de origem ou pessoa de referência.

Quadro 13 - Qualidade da relação com a família durante a institucionalização.

Qualidade da relação com a família	N	%
Muito Boa	17	41,5
Boa	19	46,3
Fraca	5	12,2
Total	41	100,0

Apresentação de Resultados

Em termos de qualidade da comunicação (oral e relacional) entre a família e a criança/jovem, durante o tempo em que se encontraram institucionalizados, a maior parte dos jovens considerou essa relação como Boa (46,3%) e Muito Boa (41,5%).

Utilizando uma Correlação de Pearson, procurando observar o grau de correlação entre a qualidade e a regularidade da relação entre a criança/jovem e a família, verificamos que a correlação atinge o nível de significância de 0,05, indicando que regularidade pode ser um fator importante na percepção de qualidade na comunicação. Estes dados também se consolidam ao verificarmos que os indivíduos que consideraram manter uma comunicação fraca com a família eram jovens cujo contacto com a família era apenas nas férias ou inexistente. .

Durante a fase de institucionalização das crianças, procuramos ver se tinha havido algum trabalho de prevenção, quer por parte das instituições, bem como a resposta das famílias a essa intervenção. Na verdade verificou-se que a única ajuda que as famílias receberam limitou-se ao processo burocrático de “institucionalização” das crianças. Assim famílias não receberam qualquer tipo de apoio antes, durante e após a institucionalização.

Participação em Cursos de Formação Profissional

Quadro 14 - Participação dos jovens nos cursos de formação profissional.

Formação profissional	N	%
Sim	10	24,4
Não	31	75,6
Total	41	100,0

Da amostra em estudo, 10 indivíduos (24,4%) participaram na formação profissional fornecida pela Instituição na área Marcenaria/Carpintaria.

Apesar de a instituição apresentar uma oferta limitada em termos de cursos de formação profissional, uma área que apresenta oportunidades de empregabilidade é a da Marcenaria/Carpintaria, a qual permite que cerca de um quarto dos jovens consigam melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Porém este é um número reduzido comparativamente ao que poderia ter usufruído das potencialidades da instituição em termos de formação profissional.

5.3. Fase de transição

Período em que é preparada a saída do jovem da instituição

Motivo de Saída

Quadro 15 - Motivos de saída da instituição.

Motivos	N	%
O jovem atingiu a maioridade	7	17,1
Desejado pelo jovem	11	26,8
Problemas causados na Instituição - expulsos	8	19,5
Conclusão dos estudos/Ensino Superior	8	19,5
Sugestão da Instituição	2	4,9
Melhoria das condições familiares	4	9,8
Fuga	1	2,4
Total	41	100,0

Como motivo principal da saída dos jovens da instituição encontramos o desejo dos mesmos (26,8%) e em segundo lugar a conclusão dos estudos/ensino superior e problemas causados na instituição pelo jovem (19,5%)

Idade de Saída da Instituição

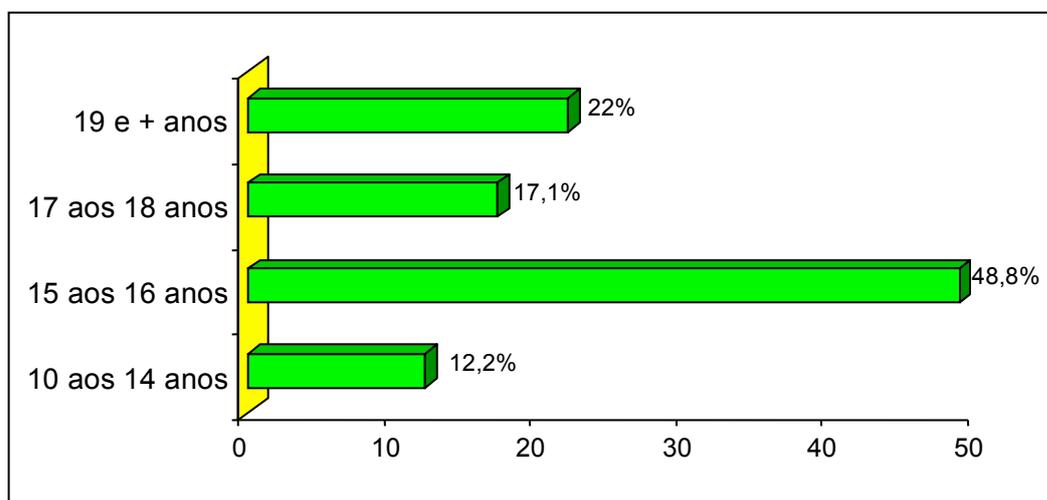


Gráfico 5 - Idade das crianças e jovens à data de saída da Instituição.

As idades onde se observam um maior número de saídas são entre os 15 e os 16 anos (48,8%), e os jovens com 19 ou mais anos (22%).

Este gráfico não se consegue entender, a escala de 0 a 50 representa o quê? Ou se trata da escala percentual (0-100) ou o nº de indivíduos com limite de 41 e não 50... não percebo qual é a medida e o intervalo.

Preparação da saída por parte da instituição

Quadro 16 - Preparação da saída por parte da instituição.

Preparação da saída	N	%
Sim	14	34,1
Não	27	65,9
Total	41	100,0

A maior parte dos jovens referiu que não preparou a saída da instituição (65,9%), enquanto, que apenas 34,1% afirmaram que prepararam a saída. Ou seja, perante estes dados existiu uma grande percentagem de jovens sem qualquer garantia de uma boa integração, não tendo sido elaborado qualquer tipo de plano de ação no sentido de preparar a saída.

Tempo de preparação da saída da instituição

Na maior parte dos jovens o tempo que existiu entre a primeira vez que abordou a saída e a saída propriamente dita, foi inferior a 1 mês (73,2%), seguindo-se os jovens que demoraram entre 2 a 3 meses (17,1%).

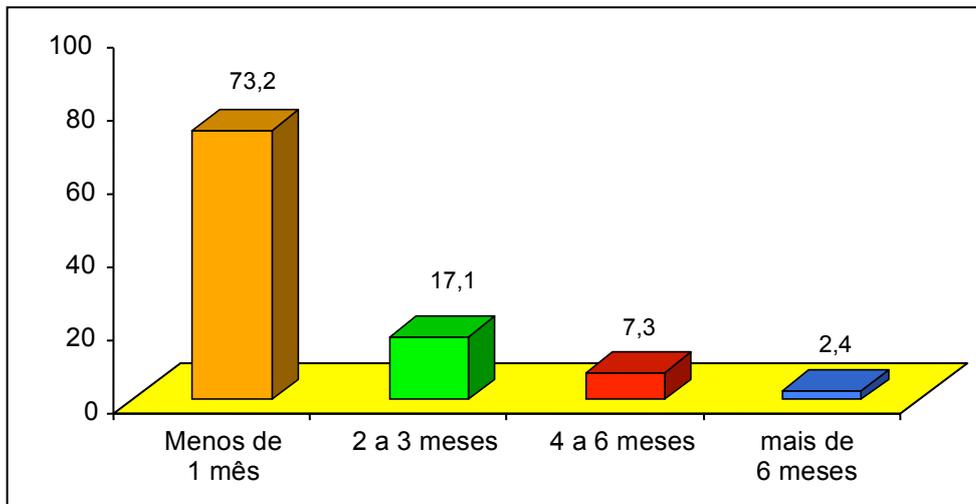


Gráfico 6 - Tempo de preparação da saída.

Desejo dos jovens em sair da instituição

Quadro 17 - Desejo dos jovens em sair da instituição.

Desejavam sair?	N	%
Sim	29	70,7
Não	12	29,3
Total	41	100,0

Apresentação de Resultados

Quando se perguntou se desejavam sair da instituição, a 70,7% respondeu que sim, enquanto, que 29,3% desejavam continuar na instituição.

Sentimento à saída da instituição

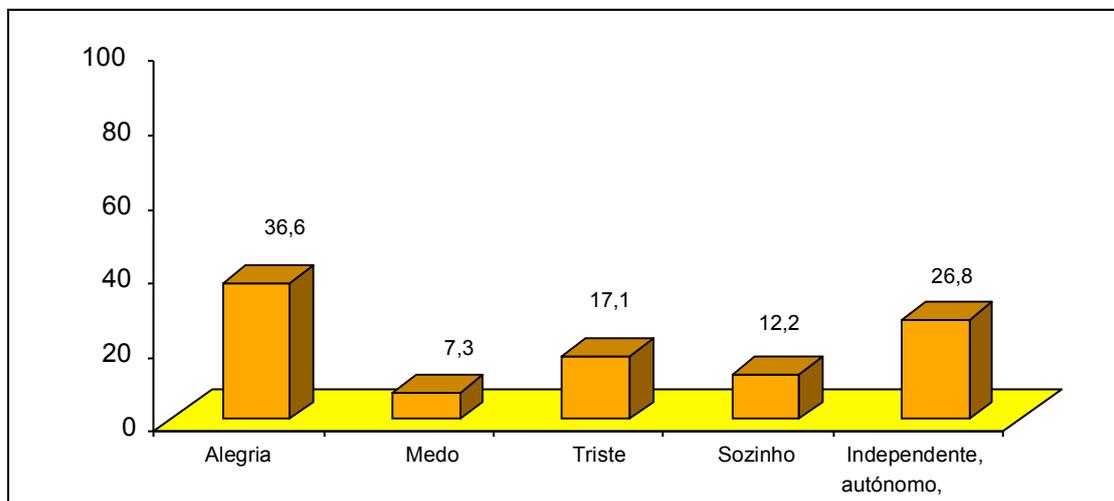


Gráfico 7 - Sentimentos dos jovens à saída da instituição.

Quanto ao sentimento que os jovens tiveram no momento da saída, a maior parte sentiu alegria (36,6%), seguindo-se o sentimento de “independência, autonomia e liberdade” com 26,8%.

Com quem foram viver, à saída da instituição

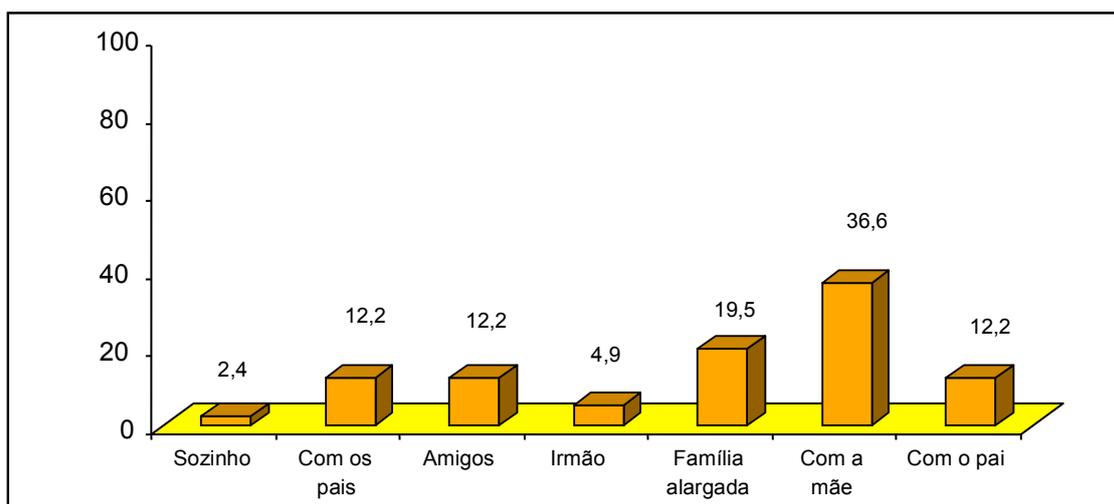


Gráfico 8 - Com quem foi viver, à saída da instituição.

A maior parte das crianças e jovens que foram viver com familiares, regressou ao contacto com a mãe. Se nos reportarmos ao total da amostra, verificamos que apenas para 12,2% das crianças e jovens regressa a casa para coabitar com ambos os pais.

Tipo de encaminhamento à saída da Instituição

Perante as diferentes situações observadas aquando da saída dos jovens, agrupamos os mesmos em duas situações: reintegração familiar ou autonomização.

- ⇒ A **reintegração familiar** agrupa as situações de encaminhamento para os pais (separados ou em união de facto) e para a família alargada, onde existe uma retaguarda familiar que assegura a alimentação, habitação, etc.
- ⇒ A **autonomização** agrupa as situações em que os jovens foram viver sozinhos, com irmãos ou amigos, implicando uma maior independência e responsabilidade.

É também importante referenciar a existência de situações em que os jovens não possuem qualquer retaguarda familiar, tratando-se de jovens que ficam completamente sozinhos, sem referências familiares. Perante isto, a instituição proporciona/apoia a criação de condições mínimas para que estes jovens se juntem e partilhem as despesas de uma casa, sendo também uma forma de integração.

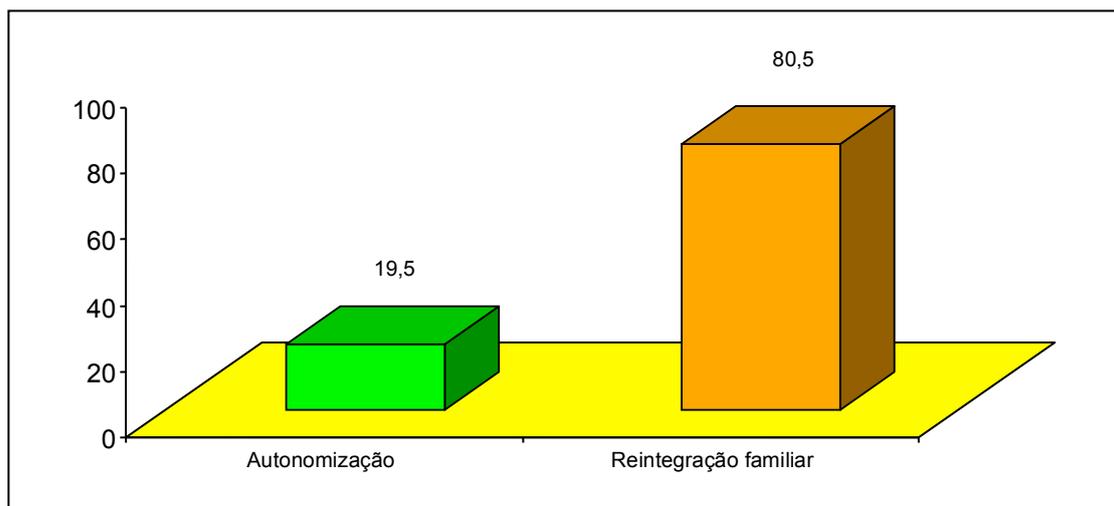


Gráfico 9 - Tipo de encaminhamento à saída da instituição

Os encaminhamentos à saída deram-se essencialmente para a reintegração familiar, com 80,5%, ficando a autonomização com 19,5%. Entre as crianças mais novas (até aos 16 anos) a saída processou-se essencialmente através da integração na família. Em contrapartida, a saída para a autonomização deu-se nas idades mais elevadas.

Ao relacionarmos com quem vivia antes de entrar na instituição e com quem foi viver depois de ter saído da instituição, verificamos que houve uma tendência para a autonomização, mas muito reduzida. Além disso, será importante referir que a maior parte dos jovens vive com os seus familiares, sendo os estudantes universitários os que prosseguiram para a autonomização.

Apresentação de Resultados

Quadro 18 - Relação entre a idade de saída da instituição e a situação de integração à data da realização deste estudo.

Idade à saída	Autonomização		Reintegração familiar		Total	
	N	%	N	%	N	%
10 aos 14 anos	1	2,44	4	9,76	5	12,20
15 aos 16 anos	0	0,00	20	48,78	20	48,78
17 aos 18 anos	1	2,44	6	14,63	7	17,07
19 e + anos	6	14,63	3	7,32	9	21,95
Total	8	19,51	33	80,49	41	100,00

Verificamos que a maior parte dos jovens que se encontram em autonomização saíram com idades superiores a 17 anos, à exceção de um jovem que saiu com uma idade compreendida entre os 10 e os 14 anos, mas que já se encontra numa situação autónoma.

Quadro 19 - Relação entre os motivos de saída e o tipo de encaminhamento à saída.

Motivos de saída da instituição	Autonomização		Reintegração familiar		Total	
	N	%	N	%	N	%
O jovem atingiu a maioridade	1	2,44	6	14,63	7	17,07
Desejado pelo jovem		0,00	11	26,83	11	26,83
Problemas causados na Instituição - expulsos	1	2,44	7	17,07	8	19,51
Conclusão dos estudos/Ensino Superior	6	14,63	2	4,88	8	19,51
Sugestão da Instituição		0,00	2	4,88	2	4,88
Melhoria das condições familiares		0,00	4	9,76	4	9,76
Fuga		0,00	1	2,44	1	2,44
Total	8	19,51	33	80,49	41	100,00

Nos processos de autonomização, a saída efetuou-se por corresponder principalmente ao desejo do jovem em 26,83%. Em 14,63%, foi a maioridade do jovem a ditar a sua saída da instituição e em 17,07% deveu-se a problemas causados na Instituição. Dos jovens se ficaram autonomizados 14,63% deveu-se à conclusão de estudos ou entrada no Ensino Superior.

Apoios recebidos da Instituição durante a fase de transição

Quadro 20 - Tipos de apoios recebidos à saída da instituição.

Tipo de Apoio	N	%
Alimentação	2	4,9
Financeiro	2	4,9
Emprego	1	2,4
Todos os anteriores	3	7,3
Total	8	19,5
Jovens sem apoio	33	80,5
Total	41	100,0

Apresentação de Resultados

Quanto ao apoio prestado pela instituição aos jovens no momento de saída e durante o tempo de adaptação à saída, apenas 19,5% receberam apoio da instituição. Os restantes 80,5% referem que não receberam qualquer tipo de apoio.

O tipo de apoio fornecido pela instituição aos 19,5% jovens foi em termos de alimentação, financeiro e emprego.

Relação entre a Idade e a Escolaridade, à saída da Instituição

Esta vertente é muito importante porque condiciona fortemente o desempenho e o percurso de vida das crianças e jovens que, à partida, já se encontravam numa posição de desvantagem.

O aumento progressivo da escolaridade obrigatória, a par da maior exigência de competências no acesso ao mercado de trabalho faz com que a instrução tenha um papel chave na integração social dos indivíduos. Para quem, como a maioria das crianças, não dispunha de uma estrutura familiar de apoio que facilitasse ou promovesse contactos, o certificado escolar constitui um fator fundamental, pelo que a sua maior ou menor qualificação pode ser determinante no percurso de vida.

Dos 41 jovens em estudo, apenas um deles frequentou uma escola adaptada às suas dificuldades (surdez), mas sabia assinar o seu nome e ler com bastantes dificuldades.

Quadro 21 - Relação entre a idade e a escolaridade à saída da instituição.

Idade de Saída	Não completou qualquer grau		1º Ciclo Completo		2º Ciclo Completo		3º Ciclo concluído		Ensino Secundário Completo		Ensino Profissional		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10 aos 14 anos		0,00		0,00	2	4,88	2	4,88		0,00	1	2,44	5	12,20
15 aos 16 anos	1	2,44	3	7,32	13	31,71	3	7,32		0,00		0,00	20	48,78
17 aos 18 anos		0,00	1	2,44	1	2,44	4	9,76		0,00	1	2,44	7	17,07
19 e + anos		0,00		0,00	2	4,88	1	2,44	6	14,63		0,00	9	21,95
Total	1	2,4	4	9,8	18	43,9	10	24	6	14,63	2	4,9	41	100

A maior parte dos jovens saem da instituição na faixa etária entre os 15 e os 16 anos de idade (48,78%). Quanto ao nível académico obtido à saída, o 2º ciclo concluído apresenta 43,9%, seguindo-se do 3º ciclo completo com 24% e por fim o Ensino Secundário com 14,63%.

Educação

As crianças e jovens que compõem a nossa amostra, nem sempre tiveram oportunidades e capacidades para obter sucesso nos estudos. Dessa forma, a instituição procurava intervir junto destes alunos para que estes adquirissem ferramentas no sentido da autonomização.

Apresentação de Resultados

A partir do momento em que estes jovens entraram na instituição, os problemas de absentismo reduziram, pois as crianças e jovens são acompanhados diariamente nas suas tarefas escolares.

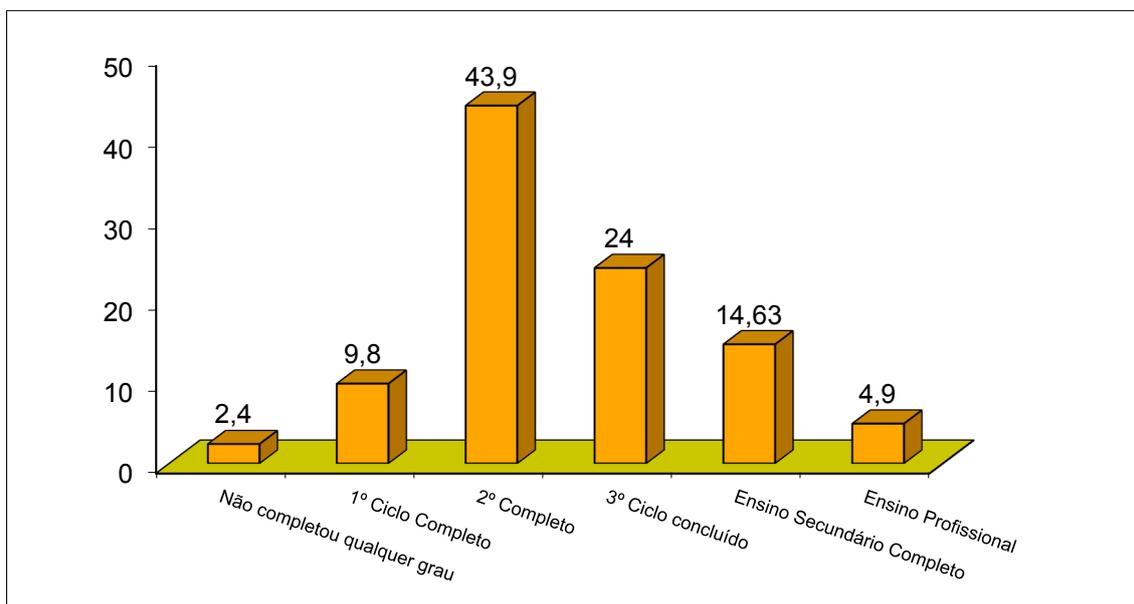


Gráfico 10 - Escolaridade à saída da instituição.

A maior parte dos jovens (43,9%) saiu da instituição com o 2º Ciclo Completo, seguindo-se os jovens que saíram com o 3º Ciclo completo (24%) e 14,63 % com o Ensino Secundário apenas 2,4% dos jovens não completaram qualquer grau.

Sempre que se reunissem as condições necessárias, os jovens eram encaminhados para cursos profissionais. No entanto, como já foi referido anteriormente, apenas 10 frequentaram a formação profissional.

Os jovens também foram questionados sobre o seu envolvimento com a escola, no que respeita à progressão dos estudos, absentismo, abandono ou situações de suspensão/expulsão.

Quadro 22 - Tipo de Envolvimento que tiveram com a escola

Tipo de Envolvimento	N	%
Regular: continuou estudos ou concluiu	21	51,2
Absentista: regularmente faltoso	14	34,1
Abandono	5	12,2
Suspensão ou expulsão	1	2,4
Total	41	100,0

Quando lhes questionamos acerca do envolvimento que têm ou tiveram com a escola, a maior parte considera-o regular (51,2%), 34,1% considera que era regularmente faltoso, 12,2% que abandonou a escola antes de ter completado o grau de ensino pretendido e apenas 1 foi expulso.

Apresentação de Resultados

Estes resultados parecem francamente positivos, uma vez que se trata de crianças e jovens de risco, isto porque 51,2% foi sempre regular nos seus estudos. Os dados do absentismo refletem, sobretudo, o período dos jovens antes da institucionalização.

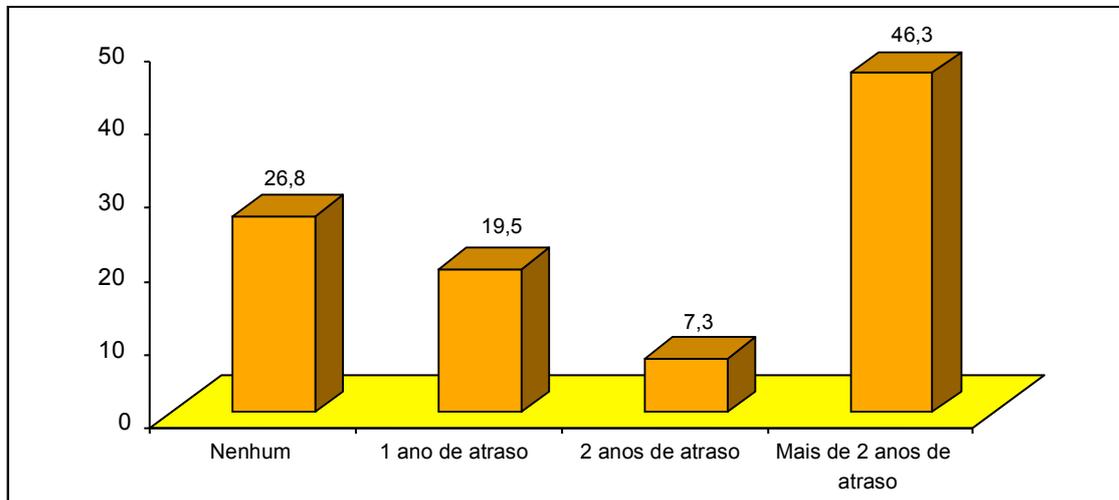


Gráfico 11 - Número de retenções escolares

A maior parte dos jovens ficou retido mais do que 2 anos (46,3%), sendo principalmente, durante o período antecedente à institucionalização. Logo de seguida encontram-se os jovens que nunca ficaram retidos (26,8%).

5.4. Período pós institucionalização

Situação em que o jovem se encontra depois da saída da instituição

Habitação e Situação Familiar

Quadro 23 - Agregado familiar atual (com quem vive).

Agregado familiar atual	N	%
Sozinho	7	17,1
Com os pais	3	7,3
Amigos	7	17,1
Irmãos	3	7,3
Família alargada	4	9,8
Com a mãe	14	34,1
Com o pai	2	4,9
Casado com a sua família	1	2,4
Total	41	100,0

À saída da instituição a maioria dos jovens foi para casa de familiares. Viver com a Mãe, foi a opção mais frequente(34,1%), seguindo-se-lhe as situações em que foram viver sozinhos ou com amigos (ambos com 17,1%). Apenas 2,4%, o correspondente a um jovem que casou e vive com a sua própria família.

Tipo de habitação

Ao analisarmos a situação habitacional à saída dos lares, verificamos que 97,6% foi viver para uma casa, existindo apenas um jovem (2,4%) que vive numa barraca. Atualmente a maior parte destes alojamentos consistem em habitações da família que os acolheu à saída da instituição, como casas arrendadas (43,9%), 29,2% vivem em casa própria e 7,3% em habitação social. Em quarto arrendado encontra-se 17% dos jovens.

Os jovens foram questionados sobre a existência de alguma situação em que não tivessem um sítio para ficar por 24 horas. Cerca de 70,7% dos jovens nunca experimentou uma situação desse género, 24,4% experimentou raramente ficar sem local para dormir, enquanto apenas 4,9% experimentaram por diversas vezes não ter um sítio para ficar por mais de 24 horas.

Emprego – Situação Profissional

A fonte dos rendimentos, a estabilidade no emprego e a qualidade do trabalho condicionam fortemente o posicionamento dos indivíduos em termos sociais, constituindo por isso elemento chave para a caracterização dos jovens.

Quadro 24 - Situação profissional.

Situação profissional	N	%
Empregado a tempo inteiro ou estudante	31	52,5
Emprego precário	3	5,1
Desempregado	7	11,9
Total	41	69,5

A maior parte dos jovens encontra-se a trabalhar ou a estudar (ou a fazer ambas as situações: estudar e trabalhar). Apenas 11,9% se encontra desempregado, no entanto, 5,1% possui um emprego precário.

Forma de subsistência

Quadro 25 - Contactos com a família durante a institucionalização.

Forma de subsistência		N	%
Emprego		19	32,2
A cargo de familiares	Desempregado	6	10,2
	Estudante	5	8,5
Estudante e trabalhador a tempo parcial		6	10,2
Estudante sem retaguarda familiar		1	1,7
Atividades ilícitas (droga)		4	6,8
Total		41	69,5

A forma de subsistência referida por um maior número de jovens foi o trabalho: 32,2% afirmam ser esta uma das suas fontes de rendimento. Se considerarmos que o trabalho, além de fonte de rendimento, consiste também um meio de informação, socialização e de realização pessoal, verificamos que, na sua maioria, estes jovens contam com um dos principais instrumentos para a sua integração no mercado de trabalho, em particular, e na sociedade em geral.

Assim, também nos jovens abrangidos pelo estudo, vamos encontrar o trabalho como complemento à sua vida estudantil (10,2%). Além destas situações, verifica-se que existe um número considerável de jovens que se encontra muito dependente das suas famílias, quer porque se encontram a estudar ou porque estão desempregados.

Comportamento Social

A aceitação social pressupõe a aceitação e o cumprimento de regras na sociedade assim como um comportamento adequado às mesmas.

Envolvimento em Agressões Físicas

Quadro 26 - Envolvimento em agressões físicas.

Envolvimento em agressões físicas	N	%
Nunca	30	73,2
Raramente	2	4,9
Algumas vezes	8	19,5
Frequentemente	1	2,4
Total	41	100,0

A maior parte dos jovens nunca se envolveu em agressões físicas (73,2%), no entanto, 19,5% envolveu-se algumas vezes.

Envolvimento com a Justiça

Quadro 27 - Relação entre o envolvimento com a justiça e a idade de saída da instituição.

Envolvimento com a Justiça	Idade de Saída		10 aos 14 anos		15 aos 16 anos		17 aos 18 anos		19 e + anos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem problemas	2	4,88	10	24,4	5	12,20	7	17,07	24	58,5		
Problema de delito menor ultrapassado	2	4,88	4	9,8	2	4,88	2	4,88	10	24,4		
Atualmente com problemas	1	2,44	6	14,6	0	0,00	0	0,00	7	17,1		
Total	5	12,20	20	48,78	7	17,07	9	21,95	41	100,0		

A maior parte dos jovens referiu que não teve qualquer tipo de problema com a justiça (58,5%), no entanto, existe um número considerável que se encontra com problemas atualmente (17,1%).

Entre os jovens que possuíam problemas com a justiça, a maior parte deles saiu da instituição entre os 15 e os 16 anos de idade.

Quadro 28 - Relação entre o envolvimento com a justiça e a escolaridade dos jovens.

Envolvimento com a justiça	Sem problemas		Problema de delito menor ultrapassado		Atualmente com problemas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
3º Ciclo concluído ou superior	12	29,27	4	9,76	3	7,32	19	46,34
2º Completo ou 3º incompleto	10	24,39	4	9,76	2	4,88	16	39,02
1º Completo ou 2º incompleto	2	4,88	2	4,88	1	2,44	5	12,20
Não sabe ler/escrever, sem possui qualquer grau concluído		0,00		0,00	1	2,44	1	2,44
Total	24	58,54	10	24,39	7	17,07	41	100,0

Apresentação de Resultados

Quanto à relação entre a escolaridade dos jovens e o seu envolvimento com a justiça, os dados não são muito conclusivos, no entanto, os jovens sem problemas apresentam melhores índices de escolaridade.

Envolvimento com substâncias ilegais

Quadro 29 - Consumos de substâncias ilegais.

Envolvimento com substâncias ilegais	N	%
Nunca Consumiu	18	43,9
Experimentou	15	36,6
Consome	8	19,5
Total	41	100,0

Quanto ao envolvimento com substâncias ilegais, a maior parte dos jovens nunca consumiu (43,9%), 36,6% referiu que experimentou, 19,5% consome mesmo que não seja de forma regular.

Relações Interpessoais

Quadro 30 - Relacionamento entre pessoas da mesma idade, família de origem e com adultos fora da família.

Qualidade do Relacionamento	Colegas da mesma idade		Família		Adultos fora da família		Total
	N	%	N	%	N	%	%
Muito Bom	18	43,9	16	39,0	12	29,3	37,4
Razoável	16	39,0	23	56,1	23	56,1	50,4
Muito Fraco	7	17,1	2	4,9	6	14,6	12,2
Total	41	100	41	100	41	100	100,00

Verificámos que o sistema de relações pode ser considerado de Razoável (50,41%) e Muito Bom (37,40%), existindo um número reduzido de jovens que consideraram as relações como Muito Fracas.

Ao analisarmos o relacionamento de acordo com o tipo de população, verificamos que com os colegas da mesma idade 17,1% dos jovens considera ter um relacionamento muito fraco, mas a maioria considera-o como Muito Bom. Ao nível da família e do relacionamento com adultos fora da família verificamos que a maioria também considera-o como Razoável e Muito Bom.

Quadro 31 - Frequência com que contacta com pessoas da mesma idade, família de origem e com adultos fora da família.

Frequência	Colegas da mesma idade		Família		Adultos fora da família		Total
	N	%	N	%	N	%	%
Muita frequência	28	68,3	25	61,0	20	48,8	59,3
Mensalmente	11	26,8	7	17,1	15	36,6	26,8
Raramente	2	4,9	9	22,0	6	14,6	13,8
Total	41	100	41	100	41	100	100,00

Apresentação de Resultados

Depois de analisarmos a qualidade do relacionamento, verificamos que este se deve fundamentalmente devido à frequência do mesmo, como era de esperar. Assim, a maior parte dos jovens referiu que a frequência dos contactos com pessoas da mesma idade, família e adultos fora da família é diário ou semanal (com Muita Frequência).

Quadro 32 - Frequência do relacionamento com grupos comunitários.

Tipo	Voluntariado		Clubes de jovens		Coletividades Desportivas	
	N	%	N	%	N	%
Excelente	3	7,3	5	12,2	8	19,5
Razoável	3	7,3	5	12,2	15	36,6
Muito Fraco	35	85,4	31	75,6	18	43,9
Total	41	100	41	100	41	100

Não existe muito contacto com grupos comunitários, quer em atividades de voluntariado ou pertencendo a clubes de jovens. No entanto, verifica-se uma participação maior em coletividades desportivas.

Índice de Integração Social

Após a caracterização dos percursos dos jovens, construímos um índice de Integração Social, avaliado em função de seis áreas.

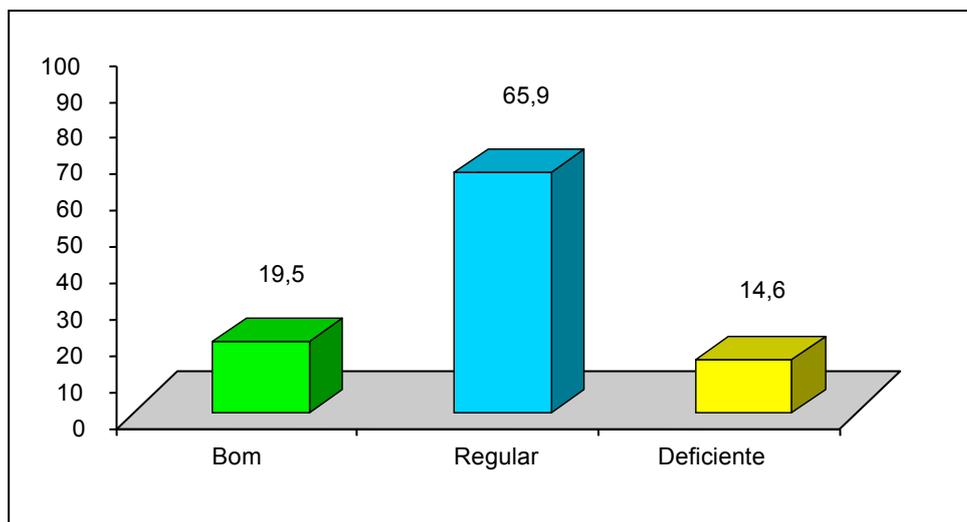


Gráfico 12 - Percentagem de Integração Social dos jovens em estudo.

A maioria dos jovens encontra-se no IIS Regular (65,9%), seguida dos que estão no IIS Bom (19,5%). Com uma Deficiente Integração Social encontramos 14,6% dos jovens.

Apresentação de Resultados

Para sabermos se existem diferenças significativas entre os Índices de Integração Social, procedeu-se a um tratamento destes dados através da estatística não paramétrica, nomeadamente através de um One-Simple Chi-Square Test, utilizando um grau de confiança de 95% e um nível de significância de 0,05.

Quadro 33 - One-Simple Chi-Square Test ao Índice de Integração Social.

	N	Média	Desvio Padrão	Sig.
IIS	41	1,95	,590	,000

De acordo com os resultados neste teste, verificamos que o resultado é muito significativo uma vez que $0,000 < 0,05$, existindo por isso, diferenças entre os diferentes índices de integração social.

Uma vez que os períodos de institucionalização das crianças e dos jovens foram muito diferentes, procuramos ver até que ponto a permanência na instituição condicionou a integração.

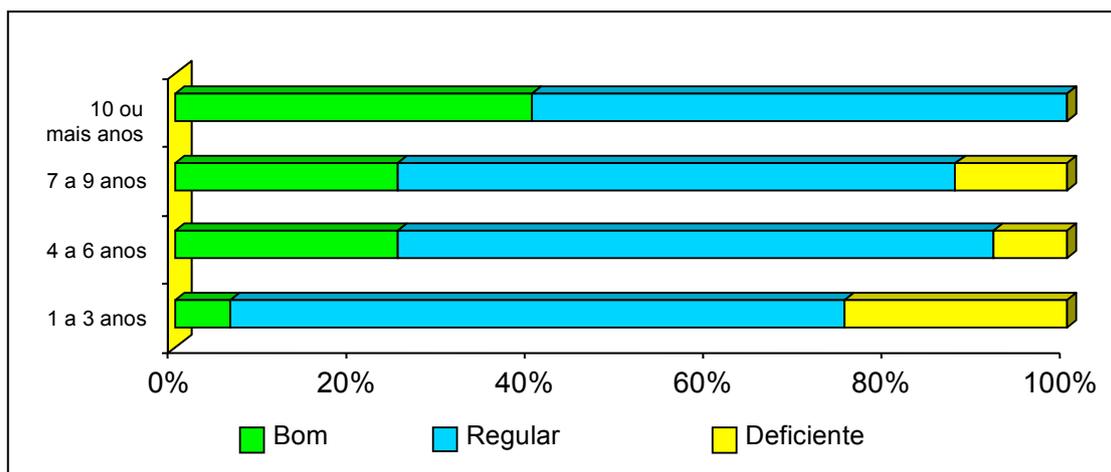


Gráfico 13 - Percentagem de Integração Social dos jovens de acordo com o tempo de institucionalização.

Da leitura do gráfico verifica-se que quanto maior foi o período de institucionalização, melhor foi a integração dos jovens. Os jovens que tiveram uma integração deficiente estiveram menos tempo ao cuidado da instituição. Destes dados pode ser interpretado o bom acolhimento institucional.

A concluir a análise do Índice de Integração Social, procedemos à diferenciação por áreas.

Apresentação de Resultados

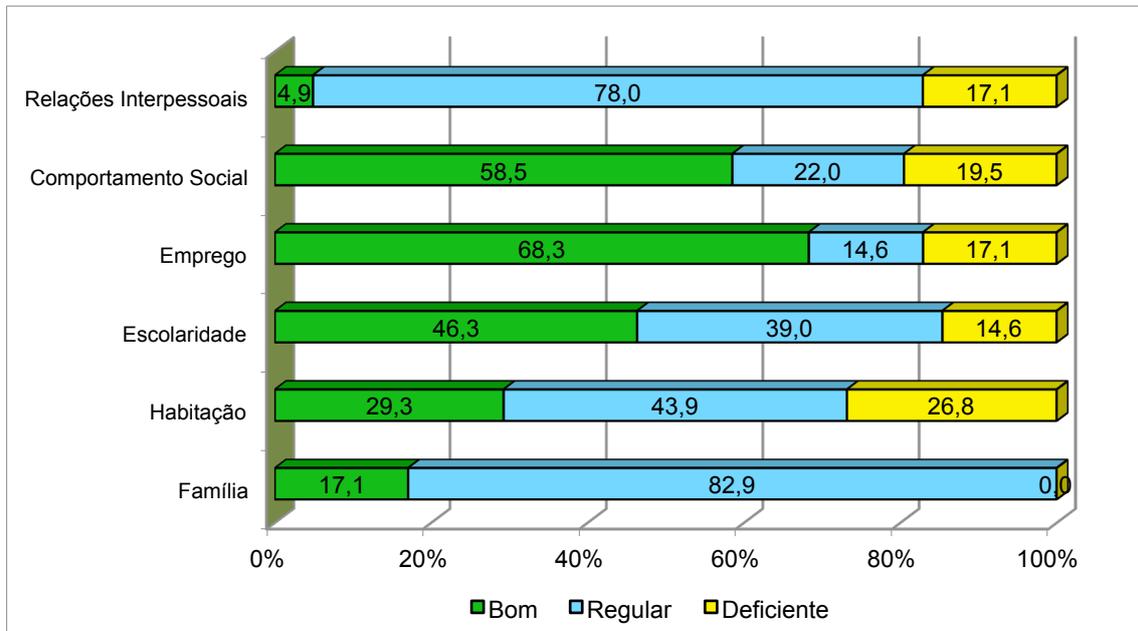


Gráfico 14 - Áreas do Índice de Integração Social.

A análise por áreas revelou que os três domínios em que os jovens apresentam melhor Índice de Integração são: Emprego (69,3% com IIS = Bom) e Comportamento Social (58,5%). Ou seja, a maior parte dos jovens possuem “estratégias sobrevivência” e de acordo com comportamentos adequados socialmente.

Quadro 34 - Análise não paramétrica às áreas de integração social.
(One-Simple Chi-Square Test)

	Sig.
Relações Humanas	,000
Comportamento Social	,003
Emprego	,000
Escolaridade	,034
Habitação	,350
Família	,000

Através da análise não paramétrica efetuada às áreas de integração social, confirmamos que os resultados obtidos foram muito significativos em todas as áreas de integração social à exceção da área Habitação ($p=0,350$).

5.5. Relação com a instituição.

Os seguintes dados referem-se à opinião dos jovens sobre a atuação da instituição em causa, a memória dos tempos que passaram no lar e o relacionamento que estabeleceram quer com colegas, quer com os educadores. Em relação ao período imediatamente a seguir à saída da instituição, abordamos a dificuldades sentidas pelos jovens, a sua perceção geral sobre o modo como as enfrentaram.

Influência da Instituição na vida dos jovens

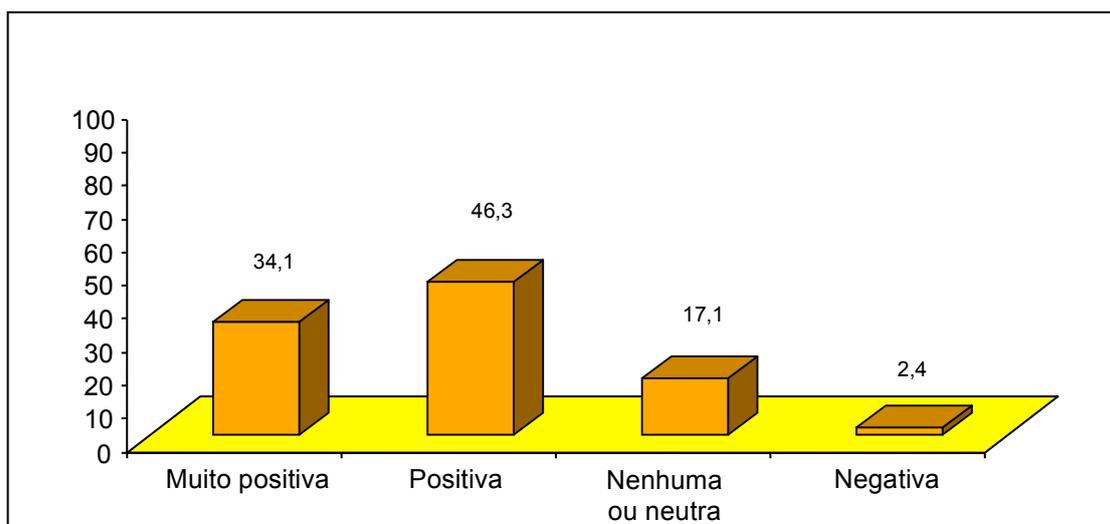


Gráfico 15 - Influência da Instituição na vida dos jovens.

A maior parte dos jovens considera que a Instituição exerceu uma influência Positiva e Muito Positiva na sua vida, com 46,3% e 34,1%, respetivamente. Existiu 17,1% dos jovens que considerou que a influência foi nenhuma ou neutra e apenas 2,4% considerou essa influência negativa.

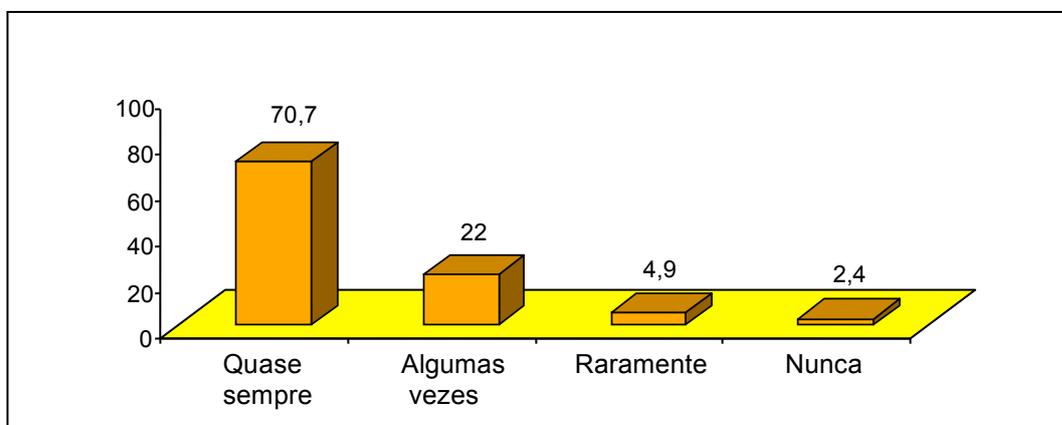


Gráfico 16 - Tratamento com respeito.

Apresentação de Resultados

A grande maioria dos jovens considerou: foi tratado quase sempre com respeito (70,7%), 22% considerou que foi tratado com respeito apenas algumas vezes. Um número muito reduzido achou que raramente ou nunca foram tratados com respeito.

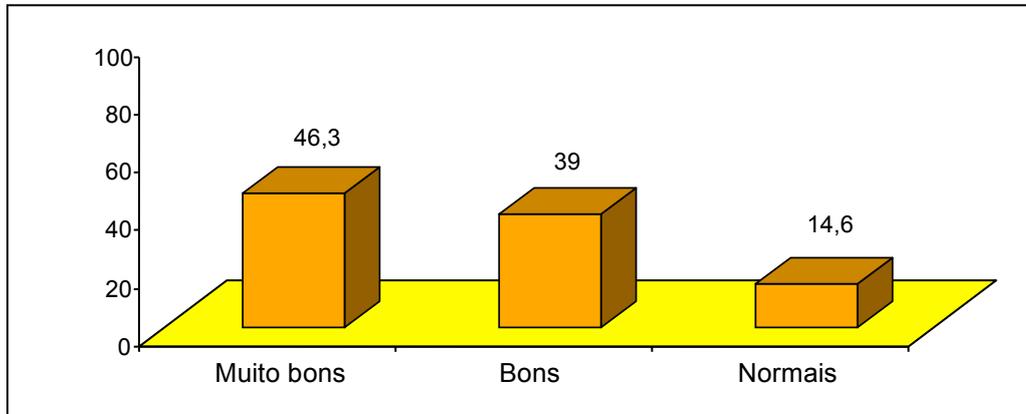


Gráfico 17 - Qualidade dos serviços da instituição.

Quanto aos serviços que a Instituição forneceu, os jovens acharam-nos muito bons (46,3%), seguindo-se de muito bom (39%). Apenas 14,6% consideraram que os serviços foram normais.

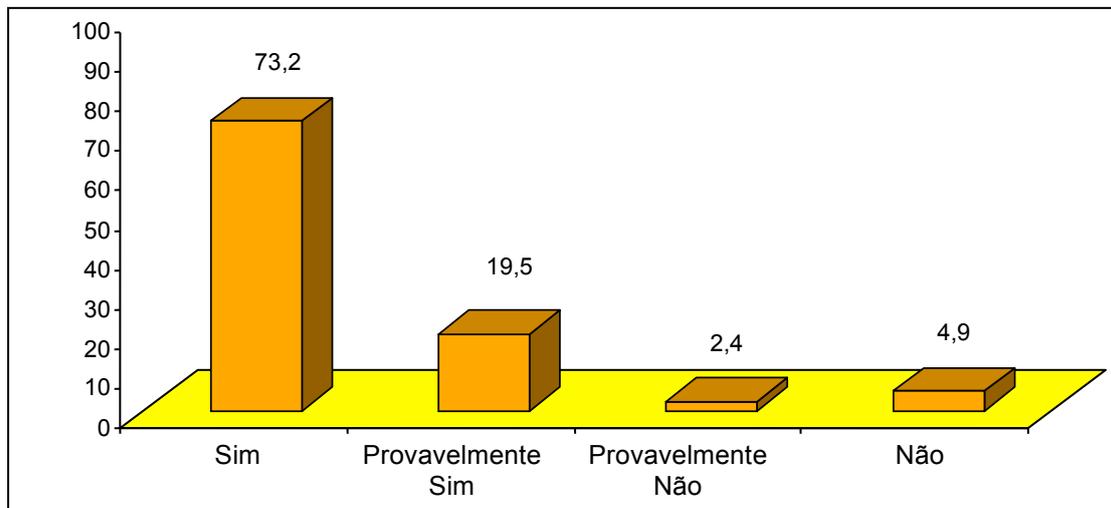


Gráfico 18 - Recomendação da instituição.

Quando foram questionados sobre se recomendariam a instituição a alguém que precisasse, 73,2% afirmou que sim, 19,5% respondeu que provavelmente sim, 2,4% respondeu que provavelmente não e apenas 4,9% não recomendava a instituição a ninguém.

Apresentação de Resultados

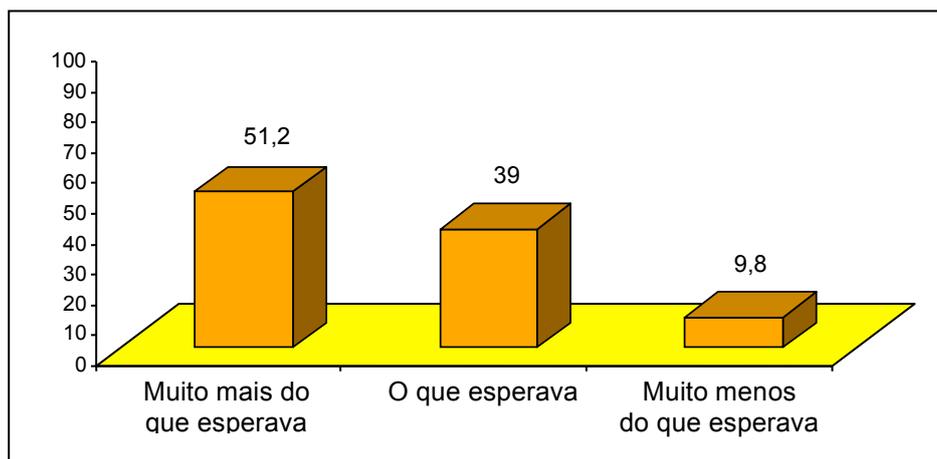


Gráfico 19 - Foste muito ajudado com os serviços que recebeste?

Quando questionados sobre se foram muito ajudados com os serviços que receberam, a maior parte respondeu que foi ajudado muito mais do que esperava (51,2%), 39% respondeu que foi ajudado apenas no que esperava. Apenas 9,8% achou que foi ajudado muito menos do que esperava.

Quadro 35 - Pessoa de confiança na instituição.

Pessoa de confiança na instituição	N	%
Sim	31	75,6
Tive mas só durante algum tempo	6	14,6
Não	4	9,8
Total	41	100,0

Questionaram-se os jovens sobre se, existiu algum educador ou pessoa adulta em quem confiassem. A maior parte respondeu que sim, com 75,6%; 14,6% considerou que confiou em alguém mas só durante algum tempo, enquanto 9,8% não confiava em ninguém enquanto esteve institucionalizado.

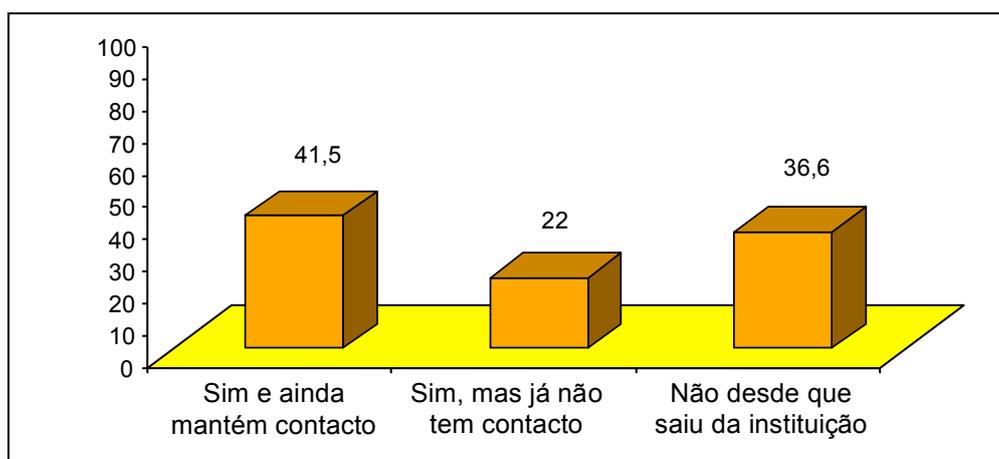


Gráfico 20 - Mantiveste contacto com algum colega/amigo do tempo em que estiveste na instituição.

Apresentação de Resultados

Os jovens foram questionados sobre as suas relações da instituição. A maior parte (41,5%) manteve o contacto com algum colega/amigo do tempo em que estiveram na instituição. De seguida, encontram-se os jovens que deixaram de manter contacto com os colegas/amigos, a partir do momento em que saíram da instituição (36,6%). Com 22% encontram-se os jovens que mantiveram contacto com alguns colegas/amigos, mas deixaram de ter contacto, com o passar do tempo.

Quadro 36 - Recordações positivas e negativas da Institucionalização.

Recordações Boas	%	Recordações Menos Boas	%
Desporto	43,9	Falta de apoio psicológico e preparação para a vida	24,4
Convívios	26,8	Disciplina e castigos	19,5
Tudo	14,6	Comportamento dos educadores	17,1
Estudar	4,9	Ir à missa e rezar	7,3
Trabalhos	4,9	Estudar	7,3
		Desporto	7,3
		Regras	4,9
Não respondeu	4,9	Não respondeu	12,2
Total	100,0	Total	100,0

Através de questões abertas, questionamos os jovens sobre as recordações boas e menos boas, do tempo em que estiveram institucionalizados. Destacamos em primeiro lugar o número de indivíduos que não respondeu a estas questões, sendo superior nas questões menos boas (12,2%), do que nas boas (4,9%).

Se observarmos a natureza as recordações mencionadas, verificamos que na globalidade das recordações manifestadas, (boas e menos boas) prevalecem os valores relacionais – amizade e convívio entre colegas; relação com os educadores;

Denotamos também que as atividades programadas ligadas à ocupação dos tempos livres e lazer: desporto, convívios, etc.; que contrasta com os aspetos ligados à organização da Instituição – disciplina e castigos – bastante mencionados na referência às recordações menos boas.

Entre as recordações menos boas, somos confrontados com uma curiosidade, que consiste no facto de um grande número de jovens ter sentido a falta de apoio psicológico e preparação para a vida.

Apresentação de Resultados

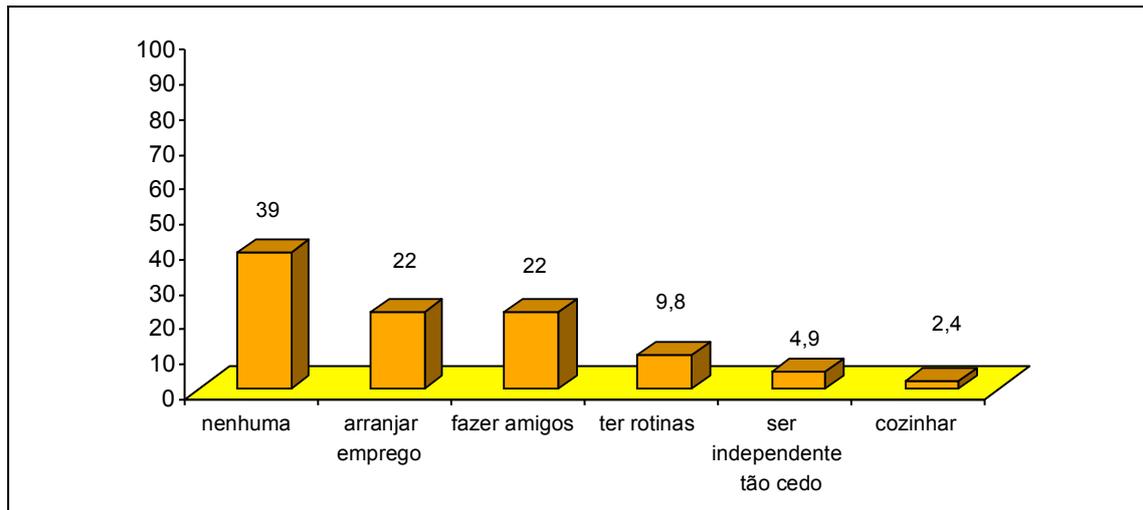


Gráfico 21 - Dificuldades sentidas à saída da instituição.

Foram questionados sobre a principal dificuldade que sentiram à saída da instituição. A maior parte dos jovens considerou que não sentiu qualquer dificuldade (39%); seguindo-se com 22%, os que responderam arranjar emprego e fazer amigos. De seguida encontramos a dificuldade em estabelecer rotinas (9,8%) e o arranjar emprego e ser independente tão cedo, com 4,9%.

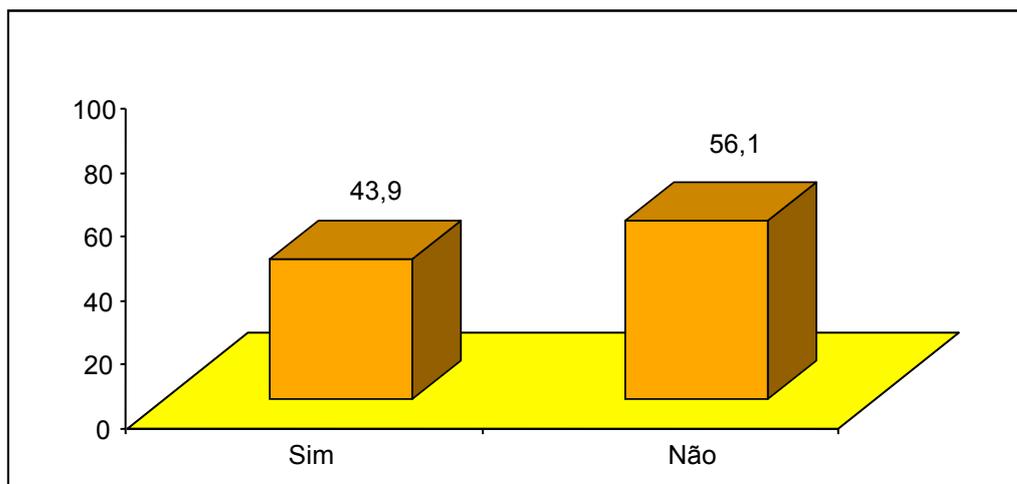


Gráfico 22 - Achas que a instituição podia ter feito mais alguma coisa para o(a) apoiar na vida?

Questionamos os jovens sobre se existiu alguma coisa que a Instituição poderia ter feito para os apoiar na vida. A maior parte respondeu que Não, com 56,1%. De seguida encontram-se os jovens que consideram que a instituição poderia ter feito mais qualquer coisa para os apoiar, com 43,9%.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

1. **Qual o Índice de Integração Social dos jovens pós-institucionalizados, em estudo?**
2. **“Quais as áreas que se mostraram mais influentes na Integração Social dos Jovens Pós-institucionalizados, em estudo?”**,

Uma vez que os períodos de institucionalização das crianças e dos jovens foram muito diferentes, procuramos ver até que ponto a permanência na instituição condicionou a integração.

Nesta fase do estudo serão discutidos os resultados obtidos à luz da literatura recolhida e das questões de pesquisa formuladas.

Quanto à primeira questão, onde se questionava **“Qual o Índice de Integração Social dos jovens pós-institucionalizados, em estudo?”**, verificamos que o resultado foi globalmente positivo uma vez que a maior parte dos jovens encontra-se com um Índice de Integração *Regular* (65,9%), seguindo-se os jovens que se encontram *IIS Bom* (19,5%), e só depois os que se encontram com uma *Integração Deficiente* (14,6%).

Com base nos resultados dos dados recolhidos, serão apresentadas algumas características verificadas para os diferentes Índices de Integração Social. Para os jovens que se classificaram com o Índice **Bom** (19,5%), reuniram as seguintes características:

- O tempo de institucionalização foi mais longo (10 ou mais anos na maior parte dos casos);
- Encontraram situações profissionais estáveis e/ou prosseguiram estudos;
- Concluíram os estudos (2º, 3º Ciclo e Secundário ou então seguiram para cursos profissionais ou universitários);
- A saída da instituição foi preparada, recebendo apoio durante a fase de transição;
- Não tiveram nem têm qualquer tipo de problema com a justiça;
- Iniciaram um processo de autonomização, à saída da instituição;
- A média das idades é superior, quando comparadas com os outros graus de integração social;
- Sentiam-se bem na instituição.

No que respeita aos jovens que se encontram numa Integração **Regular** (65,9%), sabe-se que:

- A saída da instituição foi preparada apenas com alguns jovens;
- Na maior parte dos casos, os jovens regressaram para as suas famílias, existindo por isso uma fase de reintegração familiar:
 - Voltaram a depender da família para subsistirem;
- Situação profissional relativamente estável, para a maior parte dos jovens;

Discussão dos Resultados

- Consideraram a influência da Instituição nas suas vidas como Positiva e Muito Positiva;
- Desejavam sair da instituição apesar de não terem problemas e considerarem que esta reunia ótimas condições;
- Não receberam apoio da instituição, durante a fase de transição para a maior parte dos casos;
- A maioria não tem problemas com a justiça, no entanto, alguns dos jovens ainda estão com problemas em resolução.

Quanto aos jovens com uma Integração **Deficiente** (14,6%), possuem em comum as seguintes informações:

- Estiveram institucionalizados durante menos tempo (1 a 3 anos na maior parte dos casos);
- O nível de escolaridade é mais baixo do que nos outros graus;
- A média de idade de saída é mais baixa do que nos outros graus de integração;
- Não prepararam a saída da Instituição e não tiveram qualquer tipo de apoio durante a saída;
- Desejavam muito sair da instituição;
- Encontram-se desempregados e a depender das famílias;
- Apresentam problemas com a justiça;
- Consideram os serviços da instituição normais.

Em termos gerais, o Índice de Integração Social dos jovens, em estudo, apresentaram resultados muito favoráveis para a sua integração, tendo em conta o passado vivido enquanto crianças. Apesar de a maioria não ter adquirido os instrumentos para uma plena integração, verificamos que o estudo apresentou algumas limitações no que se refere ao espaço temporal que os jovens tiveram para se integrarem na sociedade. Isto é, ao aplicarmos os questionários a jovens que saíram da instituição nos últimos cinco anos, verificamos que não tiveram tempo suficiente para adquirirem experiência e instrumentos suficientes para já estarem plenamente inseridos. Assim sendo, ao verificarmos que os jovens plenamente inseridos apresentam uma média de idades superior, enquanto os jovens parcialmente inseridos são mais novos e encontram-se ainda dependentes das suas famílias. Perante estes dados e estas relações poderemos concluir que a maioria dos jovens encontrava-se ainda numa fase de adaptação a uma nova realidade, e que nos dias de hoje é cada vez mais comum.

Por outro lado, os dados obtidos neste estudo vão também de encontro com os resultados obtidos num estudo semelhante, que foi realizado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Esse estudo também avaliou o Índice de Integração Social (IIS) dos Jovens e obteve os seguintes resultados: 37% dos jovens encontravam-se no IIS = Bom, 57% encontravam-se no IIS = Regular e 6% no IIS = Deficiente (Colen, M., 2005). Aqui, também é visível que a maior parte dos jovens encontra-se no nível Regular.

Tendo em conta os resultados obtidos permite-nos concordar com Machado e Gonçalves (2002), em que referem que a função da institucionalização contribui para “proteger o menor das condições negativas que caracterizavam o seu contexto familiar e promover o seu desenvolvimento e bem-estar”. Esta conclusão aplica-se à maioria dos jovens, porém existem um grupo minoritário para quem a institucionalização não ajuda a superar as dificuldades anteriores a ela ou mesmo aqueles que não beneficiam do acolhimento institucional. Betchelor (1999) ao estudar, em adultos, o impacto da institucionalização enquanto crianças, observou que esta apresentava algum efeito positivo na integração social e profissional, mas que o seu mundo interior ressoava intensamente o profundo percurso de perda e separação vivido na infância.

Quanto à segunda questão formulada, **“Quais as áreas que se mostraram mais influentes na Integração Social dos Jovens Pós-institucionalizados, em estudo?”**, concluímos que houve uma influência muito significativa por parte de quatro áreas: o emprego, o comportamento social, a escolaridade e a habitação.

Quisemos também verificar de que forma poderia haver diferenças entre as áreas analisadas e os índices de integração social, no entanto, o estudo permite evidenciar a existência de diferenças significativas entre as áreas e os Índices de Integração Social, pois todas as áreas à exceção da Habitação apresentaram índice de significância inferior a 0,05, que foi calculado através do One-Simple Chi-Square Test.

Estes dados veem ao encontro das conclusões do Observatório Europeu LEADER (2000), que refere que a perda de emprego constitui um elemento desencadeador de exclusão social e que está muitas vezes associado a um baixo nível de qualificações.

Por outro lado, as áreas que menos influenciaram no Índice de Integração Social foram a família e as relações interpessoais.

Depois destas conclusões gerais acerca das questões formuladas, será importante sintetizar alguns dos pontos principais, encontrados nos diferentes períodos analisados, nomeadamente o período antecedente à institucionalização, o período de institucionalização, a fase de transição, o período pós institucionalização, e por fim, a relação com a instituição.

Quanto ao **Período antecedente à institucionalização**, verificamos que:

- Os pais encontravam-se entre grupos sociais desfavorecidos: com poucas ou nulas habilitações, a sua relação com o mercado de trabalho caracterizava-se essencialmente pela precariedade;
- Foram observadas carências socioeconómicas, habitacionais, emprego, apresentando sinais de pobreza;
- Predominam as famílias monoparentais, sendo a mãe o progenitor mais presente, mas com muitas dificuldades económicas. O pai é, na maior parte das vezes, ausente;

Discussão dos Resultados

- A maior parte das crianças encontrava-se no 1º ciclo, aquando da entrada na instituição, destacando-se um grande número de reprovações antes da institucionalização;
- Quanto à escolaridade dos pais, possui poucos dados, no entanto, a maioria dos pais tinha um passado escolar fraco, existindo um grande número de Pais e de Mães que não completaram qualquer grau de escolaridade (12,2% para os Pais e 21,9% para as Mães). O nível de ensino completo por um maior número de progenitores foi o 1º Ciclo;
- A escolaridade das crianças e jovens também é reduzida, quando comparada com as suas idades e com o número de reprovações;
- Um grande número de crianças que inicia o processo de institucionalização possui irmãos que são sujeitos ao mesmo processo e sofrem dos mesmos problemas.

A análise às condições de vida das crianças e das famílias de origem permitiu identificá-las como famílias de risco, onde a “exclusão social” apresentada por Bento e Barreto (2002) induz em que as famílias destas crianças encontram no “estado final de um processo que pode começar na pobreza e que se caracteriza pela rutura com os três principais sistemas de suporte social: os mercados de trabalho, de habitação e o estado segurança social, pensões não contributivas”.

Este estudo vai também ao encontro das principais linhas de evolução das formas de organização da vida familiar em Portugal, nos últimos 40 anos. Salienta-se o aumento do divórcio ou do envelhecimento populacional, diminuem as famílias de casal com filhos e aumentam as de casal sem filhos e as monoparentais (Almeida et al., 1998).

Perante estas características, verificamos que a pobreza existe nestas famílias e não possuem condições para assegurarem um desenvolvimento integral destas crianças e jovens.

Quanto ao **Período de institucionalização**, verificamos que:

- Os principais motivos de institucionalização apresentados são a falta de condições habitacionais, dificuldades económicas e negligência;
- Normalmente é a Segurança Social que intervém, no sentido de iniciar o processo de institucionalização, não intervindo diretamente sobre a família;
- As famílias consideram a institucionalização como positiva, aceitando que não conseguiriam dar o suporte necessário para os seus filhos;
- A instituição de acolhimento possibilita e incentiva para que exista um contacto próximo das crianças e jovens com as famílias de origem;
- Existe Formação Profissional na instituição, no entanto, o número de jovens institucionalizados que a frequentam é muito reduzido.

Perante os problemas observados no período antecedente à institucionalização, os motivos de institucionalização apresentados, enquadram-se perfeitamente no âmbito da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), de acordo com o seu artigo 1.º do Diploma, visa a

“promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”.

Desta forma “o internamento surge como solução institucional em épocas sociais marcadas por transformações socioeconómicas, culturais e ideológicas profundas. No entanto, na origem do acolhimento institucional encontra-se, normalmente, a vivência de situações de risco no seio da família; as crianças institucionalizadas provêm de famílias que não têm condições (materiais, sociais, psicológicas) necessárias para originar na criança ou no jovem, um desenvolvimento biopsicossocial equilibrado, falhando na sua função educativa” (Amado et al.,2003, p.27).

No entanto, aferimos que a intervenção dos organismo institucionais com as famílias é muito reduzida, uma vez que não intervêm sobre famílias no sentido de melhorarem as situações vividas, quer antes da institucionalização, durante ou depois.

Quanto ao **Período de transição**, verificamos que:

- O principal motivo que os jovens apresentam para sair da instituição é o “desejo do jovem”;
- O tempo de preparação para a saída é muito reduzido, não existindo por vezes qualquer tipo de preparação da saída, ficando estes sem qualquer tipo de segurança/garantia quanto ao seu futuro/integração social. A maior parte dos jovens vai viver com um dos pais (a mãe predominantemente);
 - Assim sendo, verificou-se que a maior parte dos jovens encontra a “reintegração familiar” como a principal alternativa para sair da instituição (80,5%); sendo apenas 19,5% os jovens que conseguem reunir as condições para a sua “autonomização”.
 - Verificou-se que no momento da saída, não foi feita qualquer avaliação à situação familiar e não estavam reunidas as condições para a saída do jovem.
- Os sentimentos que predominam nos jovens durante a fase de saída são a alegria, independência/liberdade, ou então de medo, tristeza e solidão;
- A maior parte dos jovens consegue concluir um grau de ensino, nomeadamente o 2º ciclo, seguido do 3º e depois do Secundário. Alguns dos jovens iniciam o ensino universitário, mas são acompanhados externamente, iniciando-se uma fase de transição, para a saída dos mesmos.

Ao longo da estadia das crianças e jovens na instituição, a instituição procurou que se realizassem contactos regulares com as famílias de origem ou pessoas de referência, permitindo assim, que a reintegração familiar surgisse com naturalidade. Esse trabalho da instituição é visível nos resultados obtidos, uma vez que a reintegração familiar foi a via mais utilizada pelos jovens aquando da saída da instituição.

De acordo com Bento & Barreto (2002), a norma do trabalho tem sido na época moderna o principal critério para a definição do que é a integração social. Logo, o trabalho é o grande

organizador social, a partir do qual o indivíduo afirma a sua pertença a uma comunidade e garante a sua subsistência e alojamento.

Quanto ao **Período de pós-institucionalização**, averiguamos que:

- A maior parte dos jovens foi viver para melhores condições de habitabilidade, para junto das suas famílias (principalmente a mãe);
- A maior parte dos jovens encontra-se a trabalhar e/ou a estudar, encontrando-se apenas 11,9% desempregado;
- A inserção na vida ativa ocorre cada vez mais tarde, resultado do prolongamento da escolaridade e da dificuldade sentida no acesso ao emprego;
- A maior parte dos jovens não apresenta comportamentos sociais de risco, nomeadamente agressões físicas, problemas com a justiça e consumos de droga;
- As relações humanas são consideradas como boas e muito boas, sendo a família o principal foco de relacionamento;
- Os níveis de Integração Social situam-se predominantemente entre o Razoável e o Bom (conforme analisados anteriormente).

Em Portugal, como noutros países, a inserção na vida ativa faz-se cada vez mais tarde, em virtude não só do prolongamento da escolaridade, como das dificuldades sentidas no acesso a um emprego. Por outro lado, verificamos que a precariedade, associada à falta de recursos e de emprego, acentua as dificuldades de dimensão social e a expressão plena da cidadania e contribuem para a exclusão social (Salgueiro, 2000).

Perante os resultados obtidos é possível observar uma melhoria significativa das condições de vida relativamente às condições de vida iniciais junto das famílias de origem, o que indica de certa forma, uma inversão das situações de pobreza que dera origem à sua institucionalização.

Quanto à **Relação com a Instituição**, averiguamos que:

- Quando questionados sobre Instituição, durante o tempo em que estiveram institucionalizados, os jovens responderam que a influência que a Instituição exerceu foi muito positiva, tendo sido tratados quase sempre com respeito e apresentando serviços considerados de muito bons.
- Sentem que foram ajudados mais do que esperavam e recomendariam a Instituição a todos os jovens que se encontrassem numa situação semelhante à sua.
- Alguns dos jovens mantêm contacto com algum colega ou amigo que conheceram na instituição.
- Quanto às recordações boas, os jovens lembram-se principalmente das atividades de ocupação dos tempos livres e de lazer. As menos boas são os castigos e as regras de disciplina a que eram sujeitos.
- A principal dificuldade sentida pelos jovens depois da sua saída foi a de arranjar emprego, mas cerca de 56% dos jovens considera que a instituição não podia ter feito mais nada por eles do que aquilo que fizeram.

Discussão dos Resultados

O acolhimento institucional apresenta-se com um conjunto de vantagens diferenciais frente aos outros tipos de cuidados substitutivos (Zurita e Fernández del Valle, 1996), nomeadamente a prevenção de ruturas ou adaptações mal sucedidas, vínculos afetivos menos comprometedores, promoção e proximidade com a família biológica, comportamentos organizados, oferta de serviços mais especializados, local privilegiado para experiências de grupo que favorecem a identificação com o grupo de pares e o desenvolvimento da própria identidade mediante atitudes, papéis e condutas no grupo.

Na verdade, não podemos criticar ou defender a institucionalização de uma forma genérica. Enquanto para certas crianças a institucionalização pode ser prejudicial, para outras, pode ser fundamental para a sua evolução e resolução dos seus problemas. Será importante então, melhorar os recursos humanos e estruturais para que os centros de acolhimento possam garantir uma intervenção psicossocial eficiente, junto desta população de risco: crianças, jovens e famílias (Martins, 2005; Casas, 1988)

CONCLUSÃO

“A institucionalização de crianças/jovens é uma solução para um problema”...Porém, pode levar a que alguns sintam que “estar órfão, mesmo sem realmente o ser, é o ficar órfão... emocionalmente; é o querer fugir ... sem ter para onde ir; é a revolta, a solidão ... é o sentir-se culpado sem saber porquê, e achar que o voltar a casa seria a melhor coisa do mundo...”(Strecht, 1998, p. 74)

Estas considerações de Strecht servem-nos de mote para realizar um balanço sobre o trabalho desenvolvido, por referência aos objetivos e finalidades traçados numa fase inicial.

Na verdade, verificamos que a institucionalização de crianças e jovens, à luz dos resultados observados neste estudo, revela-se como uma boa solução para este problema existente na nossa sociedade. Isto porque, os resultados obtidos ao nível da Integração Social dos jovens foram claramente positivos.

Na verdade, chegar aqui significa olhar para trás, olhar para o caminho percorrido e responder às inquietações colocadas no início e no decorrer do processo, no sentido de projetar o futuro com mais esperança para o futuro destas crianças e jovens.

Foi possível proceder à caracterização das crianças e jovens antes de entrarem nos equipamentos da Instituição, bem como perceber o tipo de famílias de origem, as condições em que viviam e as fragilidades e disfunções que apresentavam, uma vez que, condiciona decisivamente o seu percurso de vida. Procurou-se escrutinar os fatores indicativos das situações de pobreza em que as famílias se encontram e a impotência destas para proporcionar um saudável desenvolvimento aos seus filhos.

Perante esta realidade, a intervenção deve surgir, não apenas no sentido de retirar as crianças destes meios, mas também, intervindo junto das famílias no sentido de melhorar/alterar os comportamentos observados.

Assim, a partir do momento em que as crianças são institucionalizadas, inicia-se um novo ciclo para as suas vidas, onde a instituição passa a assumir o papel da família, proporcionando o seu integral desenvolvimento físico, intelectual, social e moral.

Completada esta etapa, e considerando que a instituição assumiu o seu papel na plenitude, a vontade destas crianças e jovens é o desejo de voltar a casa e de ganhar a sua liberdade é maior do que a decisão de construir o seu futuro com mais garantias e seguranças, mesmo que o período de transição que medeia entre a fase de preparação da sua saída seja muitas vezes reduzido.

Conclusão

As palavras de Strecht confirmam-se uma vez que 80,5% dos jovens regressa a casa quando sai da instituição. No entanto, 19,5% consegue autonomizar-se arranjando emprego, habitação e novas relações, muitas vezes com a ajuda da própria instituição.

Ao olharmos agora para a instituição em estudo, e ao tentarmos responder a algumas das questões colocadas na introdução, nomeadamente: Como é que se prepara a saída? Como é feito o acompanhamento dos jovens quando saem da instituição? Como é que estes se integram socialmente?

Verificamos que existem algumas lacunas na intervenção da instituição, nomeadamente no que diz respeito à elaboração de um projeto de vida para cada jovem, à preparação atempada da saída dos jovens e à intervenção e acompanhamento das famílias dos jovens.

Por outro lado, pudemos observar que a relação que a instituição estabelece com os jovens é muito positiva uma vez que estes sentem que o período em que estiveram institucionalizados foi muito positivo, pois aprenderam regras, foram respeitados e tratados sempre com muito carinho e qualidade em todos os serviços prestados pela instituição. Sentem também, que foram mais ajudados do que estavam à espera e recomendariam a instituição a todos os jovens que se encontrem em situações semelhantes às suas.

Esta investigação veio evidenciar a importância de estudos deste tipo, uma vez que nos permite ter dados para analisar, refletir e melhorar muitos dos procedimentos que têm vindo a ser tomados ou que não são tidos em conta.

REFERÊNCIAS

Almeida, A., Almeida, H., & André, I. (1998). *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal: relatório final*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Almeida, A., Isabel, M., & Almeida, H. (1998). Relações Familiares: Mudança e Diversidade. J. M. Viegas (Org), *Portugal que Modernidade?* 45-78. Oeiras: Celta Editora.

Amado, J., Limão, I., Ribeiro, P., & Pacheco, V. (2003). Integração Escolar de Alunos Institucionalizados. *Boletim do Instituto de Apoio à Criança, nº70 (27-32)*. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança

Amado, J., Ribeiro, F., Limão, I., & Pacheco, V. (2003). A escola e os alunos institucionalizados. *Políticas de Educação, n.º 16 (27-32)*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica.

Assis, R. (2001). A Intervenção do estado no domínio das crianças e jovens em perigo. *Revista de Direito Comparado: SCIENTIA IURIDICA*. Tomo L Número 289.

Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Sem-Amor, Sem-Abrigo*. Confrontações. Lisboa: Climepsi Editores.

Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. *Annals of Child Development*. Vol. 6, 187-249.

Capucha, L. (1998) *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da fase experimental*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Comissão Nacional do Rendimento Mínimo.

Capucha, L. (2000). Territórios da Pobreza, onde é preciso voltar. *Revista de estudos urbanos e regionais: Marginalidades e Exclusão, (102-116)*. Porto: Edições Afrontamento.

Casas, F. (1988). Las Instituciones residenciales para la atención de chicos y chicas en dificultades socio-familiares: apuntes para una discusión. *Menores, 10, (37-50)*.

Coias, J. (1995). O Internamento de Menores como Medida Educativa Terapêutica: um Modelo de Intervenção em Meio Institucional. in D. Silva, J. Barroso, J. Coias, & R. Bruto da Costa (Orgs.). *Congresso Os Jovens e a Justiça* (pp. 179-196). Lisboa: APPORT.

Referências Bibliográficas

Colen, M., Belo, F., Borges, G., Branco, M., Marques, S. (2005). *Trajetórias de vida das crianças e jovens saídos dos lares da SCML*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Conselho Técnico Científico da Casa Pia de Lisboa (2005). *Casa Pia de Lisboa: Um Projeto de Esperança – As estratégias de acolhimento das crianças em risco*. Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa.

Cunha, B. & Cardoso, A. (2004). Abandono Escolar Precoce e Exclusão Social: Resultados de uma investigação-ação junto de jovens de um bairro degradado. *Crianças e Jovens de Risco, da investigação à intervenção (141-151)*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Edições Almedina.

Damião da Silva, M. (2004). *Crianças a cargo de instituições: riscos reversíveis e irreversíveis Crianças e Jovens de Risco, da investigação à intervenção (83-113)*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Edições Almedina.

Fernández del Valle, J. y Zurita, J. (2000). El acogimiento residencial en la protección a la infancia. Pirámide. Madrid.

Fonseca, A. (2004) Crianças e Jovens em Risco: análise de algumas questões atuais. *Crianças e Jovens de Risco, da investigação à intervenção (11-36)*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Edições Almedina.

Le Boudec, G. (1988) Les defis de la formation continue. Paris: Ed. L'Harmattan.

Machado, C. & Gonçalves, R. (2002). Violência e Vítimas de Crimes – Vol.2 – Crianças. Coimbra: Quarteto.

Marques, M. (1993). O Modelo Educativo das Escolas Profissionais: Um Campo Potencial de Inovação – Contribuições para a sua compreensão ou um ensaio a partir de uma experiência. Lisboa: Associação Nacional de Escolas Profissionais. Educa-Formação.

Oliveira-Formosinho, J., Sousa, Z., Araújo, S. (2004). A Criança Institucionalizada. *A Criança na Sociedade Contemporânea*. Lisboa: Universidade Aberta.

Pinto, J. et al. (1992), Metodologias em Ciências Sociais. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento,

Pires, H., Almeida, L., & Ferreira, J.(2000). Questionário Académico de Vivências Académicas (QVA) aos estudantes universitários das PALOP. Em: A. P. Soares, A. Osório, J. V. Capela, L.

Referências Bibliográficas

S. Almeida, R. M. Vasconcelos & S. M. Caíres (Orgs.), *Transição para o ensino superior* (119-127). Braga: Universidade de Minho.

Salgueiro, T. (2000). *Fragmentação e exclusão nas metrópoles*. Revista de estudos urbanos e regionais: *Marginalidades e Exclusão*. Porto: Edições Afrontamento.

Strecht, P. (1998), *Crescer Vazio: Repercussões Psíquicas do Abandono e Maus Tratos em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Zurita, J.& Fernández del Valle, J. (1996). Recursos residenciales para menores. J. Ochotorena, & M. I. Madariaga (Eds.), *Manual de protección infantil* (393-445). Barcelona: Masson.

Outras Publicações

A Convenção sobre os Direitos da Criança, Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990.

Código Civil e a Organização Tutelar de Menores.

Comissão Nacional dos Direitos da Criança (1998). II Relatório de Portugal sobre a aplicação da Convenção dos Direitos da Criança.

Declaração dos Direitos da Criança da ONU (1959).

Decreto-Lei n.º 185/93 de 22 de maio. - Aprova o novo regime jurídico da adoção.

Decreto-lei n.º 189/91 de 17 de maio: cria as Comissões de Proteção de Menores.

Decreto-Lei n.º 2/86, de 2 de janeiro de 1986.

Decreto-Lei n.º 98/98 de 18 de abril: cria a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco.

Despacho n.º 3412/99 de fevereiro: transição das crianças e jovens em risco do sistema da Justiça para o da Solidariedade.

Despacho n.º 8392/2007 de 10 de maio de 2007 – Plano DOM.

Estivill, J. (2003) *Panorama da Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social – conceitos e estratégias*. Disponível em <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf>.

Referências Bibliográficas

Instituto da Segurança Social (2005), Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental.

Instituto da Segurança Social (2010) Plano de Intervenção Imediata 2009 - Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009. Lisboa, Instituto da Segurança Social.

Instituto Nacional de Estatística (2004). Crianças Institucionalizadas.

Instituto para o Desenvolvimento Social - Ministério do Trabalho e da Solidariedade – IDS/MTS (2000). Lares de Crianças e Jovens: Caracterização e Dinâmicas de Funcionamento.

Instituto para o Desenvolvimento Social - Ministério do Trabalho e da Solidariedade - IDS/MTS (2000). Crianças e Jovens que Vivem em Lar. Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida.

Lar de Infância e Juventude (2005). Projeto Educativo do Colégio São Caetano, Braga. (Documento não publicado).

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Lei n.º 166/99 de 14 de setembro: Lei Tutelar Educativa.

Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto: alterações introduzidas à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Martins, P. (2005). A Qualidade dos Serviços de proteção às Crianças e Jovens – As respostas institucionais. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3163>.

Observatório Europeu LEADER (2000) A Exclusão Social, um fenómeno pluridimensional. *Inovação em Meio Rural*, Caderno n.º8, 7-16.

Tomás, C. (2002). *A Infância no contexto da globalização: que riscos?* Disponível em http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/asas.pdf.

UNICEF (2004), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. UNICEF.

Anexos

ANEXOS

COLÉGIO DE S. CAETANO

MAXIMINOS 4700 - 228 BRAGA
MAIL: colegioscaetano@mail.telepac.pt
TELEMOVEL: 969 196 381/2
TELEFONES: 253 695 320
FAX: 253 695 321

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, José Pereira de Figueiredo, Director do Colégio de S. Caetano, Instituição Particular de Solidariedade Social, declara que acolhe de bom grado a proposta de realização do Mestrado do professor MIGUEL ADOLFO COUTO NOVAIS nesta Instituição.

Esta proposta terá como campo de acção a investigação no domínio da Intervenção Psicossocial em crianças, jovens e famílias.

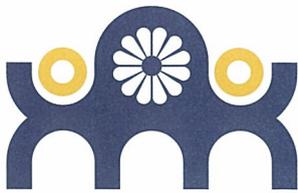
Por ser verdade passo a presente declaração que assino e autentico com o carimbo do Colégio.

Braga, 1 de Setembro de 2004

O Director

Colégio de S. Caetano
- Maximinos -
Tel. 253 695 320 - Fax: 253 695 321
4700-228 BRAGA


(Ir. José Pereira de Figueiredo)



colégio são caetano
lar de crianças e jovens

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, César Ruiz Martín, Director do Colégio de São Caetano, Instituição Particular de Solidariedade Social, sediada no Largo Madre de Deus, Maximinos, Braga, declara que autoriza a divulgação da Instituição “Colégio de São Caetano” na dissertação do Mestrado do professor Miguel Adolfo Couto Novais realizada na Universidade do Minho no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial em crianças, jovens e famílias.

Por ser verdade passo a presente DECLARAÇÃO que assino e autentico com o carimbo da Instituição.

Braga, 02 de Março de 2012

O Director Técnico

Dr. César Ruiz Martín

(Ir. César Ruiz Martín)



A. Dados do(a) Jovem

1. Nome		2. Processo	
3. Data de Nascimento		4. Morada	
5. Idade			
6. Telefone		7. Telemóvel	

B. Dados do Processo de ADMISSÃO

1. Data de Entrada		2. Data de Saída	
3. Idade de Entrada		4. Raça	
5. Número de Entradas		6. Anos de Institucionalização	

7. Com quem vivia imediatamente antes de entrar na Instituição

8. Antes de entrar na instituição, a criança/jovem vivia:

1 Numa casa
 2 Num quarto
 3 Numa pensão
 4 Numa barraca
 5 Na rua
 6 Desconhecido

9. Nível de Escolaridade da antes de entrar na Instituição (não assinalar se a criança tinha menos de 5 anos)

1 Não sabe ler/escrever	<input checked="" type="checkbox"/>
2 Sabe ler sem ter completado qualquer grau	<input type="checkbox"/>
3 1ºCiclo do Ensino Básico (até ao 4º ano) incompleto	<input checked="" type="checkbox"/>
4 1ºCiclo do Ensino Básico (até ao 4º ano) completo	<input type="checkbox"/>
5 2ºCiclo do Ensino Básico (até ao 6º ano) incompleto	<input checked="" type="checkbox"/>
6 2ºCiclo do Ensino Básico (até ao 6º ano) completo	<input type="checkbox"/>
7 3º Ciclo do Ensino Básico (até ao 9ºano) incompleto	<input checked="" type="checkbox"/>
8 3º Ciclo do Ensino Básico (até ao 9ºano) completo	<input type="checkbox"/>
9 3º Ciclo do Ensino Básico (até ao 9ºano)	<input checked="" type="checkbox"/>

10. Antes de entrar na Instituição tinha algum problema de saúde?

Sim
 Não
 | Que tipo de Problemas? (físicos/psicológicos) _____

13. Motivo de Entrada

14. Motivo de Saída

B. Agregado Familiar

	Pai	Mãe
Idade		

Profissão	1.	2.
------------------	----	----

Condição perante o trabalho dos pais	1	2
1. Emprego fixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Emprego precário/temporário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A trabalhar em biscates	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Desempregado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Reformado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Doméstica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. A cumprir pena de prisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Prostituição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Atividades Ilícitas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Nível de Escolaridade da antes de entrar na Instituição (não assinalar se a criança tinha menos de 5 anos)

1. Não sabe ler/escrever	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sabe ler sem ter completado qualquer grau	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. 1ºCiclo do Ensino Básico (até ao 4º ano) incompleto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. 1ºCiclo do Ensino Básico (até ao 4º ano) completo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. 2ºCiclo do Ensino Básico (até ao 6º ano) incompleto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. 2ºCiclo do Ensino Básico (até ao 6º ano) completo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. 3º Ciclo do Ensino Básico (até ao 9ºano) incompleto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. 3º Ciclo do Ensino Básico (até ao 9ºano) completo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. 4º Ciclo do Ensino Básico (até ao 9ºano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. N.º de Irmãos		Idades	
-------------------------	--	---------------	--

6. Informações Adicionais

C. Entrevista

1. Data da entrevista

2. Hora de Início/Fim

3. Fonte de informação

- 1 Jovem
- 2 Pai/ Mãe (biológico, padrasto/ madrasta, adotivo)
- 3 Avô/ Avó
- 4 Outro familiar
- 5 Pai/ Mãe de acolhimento
- 6 Outro (especificar) _____
- 7 Recusou-se a participar

Introdução (O entrevistador lê o guião ao entrevistado)

“Olá, o meu nome é [o seu nome] e estou aqui da parte do Colégio de São Caetano (CSC) e da Universidade do Minho. Estou a fazer um estudo de mestrado e pretendo compreender os percursos de vida dos jovens que deixaram o Colégio São Caetano nos últimos cinco anos. Queremos saber como podemos melhorar os serviços do Colégio São Caetano, por isso, gostávamos de saber como te têm corrido as coisas. Tenho uma entrevista que dura cerca de 20 minutos, e que lida com assuntos como a escola, o emprego, ou condições de vida e uso de apoios.

Toda a informação recolhida é confidencial. Não partilharei as tuas respostas específicas com mais ninguém. As respostas que deres serão colocadas em conjunto com as dadas por outros indivíduos. Quero sublinhar que não haverá forma de te identificar a ti ou às tuas respostas. Não há risco algum em participares nesta entrevista.

A tua participação é totalmente voluntária. Se escolheres participar, isso é ótimo. Podes também saltar perguntas a que não queiras responder. Porém, eu preciso mesmo da tua ajuda e, portanto, eu espero que tu escolhas participar na entrevista de uma forma completa. Se o momento te for conveniente, posso já fazer-te algumas perguntas?”

4. Disposição da Entrevista

- 1 O entrevistado concordou em participar
- 2 O entrevistado recusou participar

Se o entrevistado se recusar a participar:

“Muito bem, obrigado pelo teu tempo e nós não te voltaremos a contactar.”

D. INTEGRAÇÃO SOCIAL E FAMILIAR

"Gostaria de começar por perguntar-te alguma coisa sobre onde vives."

1 Onde é que vives atualmente?

- 1 Casa própria (constituiu família) ou independentemente
- 2 Casa dos pais
- 3 Numa instituição ou centro de reabilitação. Qual? _____
- 4 Na rua Prisão
- 5 Outro (especificar): _____

2 Qual o teu estado civil?

- 1 Casado
- 2 Solteiro
- 3 Divorciado
- 4 Viúvo

3 Habitação

- 1 **A casa é:** Própria Alugada Hab. Social Sem casa (na rua)
- Quantas pessoas vivem na casa?** **Número de quartos**

4 Podes dizer-me alguns dos lugares onde viveste desde que saíste do Colégio de São Caetano?

Exemplos de colocações:

5 Depois da tua saída da instituição, houve alguma situação em que não tivesses um sítio para ficar por 24 horas ou mais?

Por exemplo: ficou com amigos, dormiu numa casa para sem-abrigo, dormiu num carro, dormiu na rua, etc.

- 1 Não
- 2 Sim Se Sim, quantas noites?

6 Deste à luz ou foste pai desde a saída do Colégio de São Caetano?

- Sim Ir para a pergunta 6 b
- Não Confirmar "Não Aplicável" para a pergunta 6 b, ir para a pergunta 7

6b Tens responsabilidades parentais para com a(s) criança(s)?

Se o jovem é o responsável pelos cuidados primários da(s) sua(s) criança(s)? O jovem dá apoio financeiro ou de outra natureza à(s) sua(s) criança(s)?

- Sim
- Não

E. EDUCAÇÃO

7

Que escolaridade tinhas quando saíste do Colégio de São Caetano?

- 1 3º Ciclo do EB (9ºano) Ensino Secundário (até ao 12º ano) Profissional Ensino Superior
- 2 2ºCiclo do Ensino Básico (5º e 6º ano)
- 3 1ºCiclo do Ensino Básico (1º ao 4º ano)
- 4 Sem estudos

8

Qual foi o tipo de envolvimento que tens ou tiveste com a escola?

- 1 Continua a estudar ou completou o 3º Ciclo ou Secundário, o Ensino Superior ou algum Curso Profissional
- 2 Regularmente faltoso (Absentismo)
- 3 Abandonou Porquê? _____ O que passaste a fazer? _____
- 4 Suspenso ou Expulso

F. EMPREGO

9

Qual é atualmente a tua situação profissional?

- 1 Empregado (a tempo inteiro) Qual? _____
- 2 Empregado (a tempo parcial) Qual? _____
- 3 Emprego precário. Qual? _____ (Sem contrato, Sem Seg. Social, etc)
- 4 Desempregado Há quanto tempo? _____

10

Qual é a tua forma de subsistência?

- 1 Trabalho
- 2 A cargo de familiares
- 3 Subsídios
- 4 Atividades ilícitas: prostituição, droga, etc.
- 5 Outro: _____

G. COMPORTAMENTO DELINQUENTE

"Comportamentos criminais ou problemáticos que tenhas tido desde a saída do Colégio de São Caetano."

11

Desde que saíste do Colégio de São Caetano, envolveste-te em alguma agressão física?

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Algumas vezes
- 4 Frequentemente

11b

Com quem é que te envolveste em agressões?

- 1 Pessoas da mesma idade (pares, familiares)
- 2 Familiares adultos
- 3 Adulto(s) fora da família

12 Desde a saída do programa, foste...

Confirmar todos os que se aplicam. **DELITO MENOR:** um crime menor, tal como invasão da propriedade alheia ou vandalismo, punível com prisão numa cadeia de um posto da guarda e não num estabelecimento prisional. **DELITO GRAVE:** um crime sério, tal como assassínio, violação, ou fraude, com prisão num estabelecimento prisional ou uma forma mais séria de punição.

- | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|-------------|
| | Sim | Não | |
| 1 Preso ou detido | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| 2 Condenado por um delito (menor/grave) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Qual? _____ |

13 Consumiste alguma droga ou substância ilegal desde que saíste do Colégio de São Caetano?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim. Há quanto tempo? _____ |
| <input type="checkbox"/> Recusou-se a responder | <input type="checkbox"/> Não sabe |

H. RELAÇÕES HUMANAS

14 Como tem sido relacionamento com as pessoas da tua idade?

- 1 Muito bom – há mais do que uma pessoa da sua idade com a qual mantém uma relação próxima e positiva
- 2 Bom – tem pelo menos uma pessoa da sua idade com quem mantém uma relação próxima e positiva
- 3 Fraco – tem relações positivas com pessoas da sua idade, mas nenhuma próxima
- 4 Muito Fraco – não tem relações próximas nem positivas com pessoas da sua idade

15 Como tem sido relacionamento com a tua família de origem?

- 1 Muito bom – há mais do que uma pessoa da família com a qual mantém uma relação próxima e positiva
- 2 Bom – tem pelo menos uma pessoa da família com quem mantém uma relação próxima e positiva
- 3 Fraco – tem relações positivas com pessoas da família, mas nenhuma próxima
- 4 Muito Fraco – não tem relações próximas nem positivas com a sua família de origem

16 Como tem sido relacionamento com adultos fora da tua família?

- 1 Muito bom – há mais do que um adulto fora da família com a qual mantém uma relação próxima e positiva
- 2 Bom – tem pelo menos do que um adulto fora da família com quem mantém uma relação próxima e positiva
- 3 Fraco – tem relações positivas com adultos fora da família, mas nenhuma próxima
- 4 Muito Fraco – não tem relações próximas nem positivas com adultos fora da sua família

17 Com que frequência é que contactas com...

Nota: os **contactos** podem ser cara-a-cara, por telefone, cartas, e-mails, etc. A **família de origem** refere-se aos pais de nascimento, aos irmãos, avós, pais adotivos. **Adultos fora da família** inclui adultos que não sejam família e adultos da família de acolhimento.

- | | | | | |
|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | Diaria-
mente | Semanal-
mente | Mensal-
mente | Nenhuma |
| 1 Pessoas da tua idade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Família de origem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Adultos de fora da família | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

18 Como é que classificas o teu envolvimento com grupos comunitários desde a saída?

O jovem está envolvido em grupos comunitários? Exemplos de grupos comunitários: organizações religiosas, clubes de jovens, grupos recreativos, grupos políticos, desportos organizados, voluntariado.

- 1 Muito Bom – muito envolvido, pertence a vários grupos, identifica-se com o grupo, faz parte do grupo.
- 2 Bom – envolvido com um grupo ou atividade. Sente que é parte do grupo.
- 3 Fraco – envolvimento superficial ou inconsistente em grupos ou eventos comunitários.
- 4 Muito Fraco – não há envolvimento em grupos nem em atividades comunitárias.

I. RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO

19 Que tipo de influência exerceu o Colégio de São Caetano na tua vida?

- 1 Muito positiva
- 2 Positiva
- 3 Nenhuma ou neutra
- 4 Negativa

20 Foste tratado com respeito?

- 1 Quase sempre
- 2 Algumas vezes
- 3 Raramente
- 4 Nunca

21 Na generalidade, como classificarias os serviços que recebeste?

- 1 Muito bons
- 2 Bons
- 3 Normais
- 4 Fraco

22 Recomendarias o Colégio de São Caetano a um amigo ou a um familiar?

- 1 Sim
- 2 Provavelmente Sim
- 3 Provavelmente Não
- 4 Não

23 Foste muito ajudado com os serviços que recebeste?

- 1 Muito mais do que esperava
- 2 O que esperava
- 3 Muito menos do que esperava
- 4 Nada do que esperava

24 No Colégio de São Caetano, existiu algum educador ou pessoa adulta em quem confiasses?

- 1 Sim (um Irmão ou um Educador? _____)
- 2 Tive, mas só durante algum tempo
- 3 Não

25 Mantiveste contacto com algum colega/amigo do tempo em que estiveste no Colégio de São Caetano?

- 1 Sim - ainda mantém contacto
- 2 Sim - mas já não tem contacto
- 3 Não. Desde que saiu do Colégio, deixou de ter qualquer contacto

J. PERCURSO DE VIDA (Pré e Pós Institucionalização)

"Se ainda tiveres algum tempo, gostaria de te fazer mais algumas perguntas. Não existem respostas certas ou erradas. Estas perguntas servem para nos ajudar a ter uma ideia de como te estás a sair na vida."

26

Como é que era a tua vida antes de receberes os serviços do Colégio de São Caetano?

Inquirir sobre condições de vida, escola, relacionamento com os outros/relações sociais, consumo de álcool e outras drogas.

27

Como é a tua vida atualmente?

Inquirir sobre condições de vida, escola, relacionamento com os outros/relações sociais, consumo de álcool e outras drogas.